

EIA/RIMA - HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

**DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS NAS TERRAS INDÍGENAS, SITUADAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CORREDOR DE TRANSPORTE MULTIMODAL CENTRO-NORTE**

**POVO INDÍGENA XERENTE/ TO**

**CONSULTOR: Luís Roberto de Paula**

**JAN/1998**

## Sumário

**Apresentação, Introdução e Recomendações Gerais** \_\_\_\_\_

**Resumo** \_\_\_\_\_

### **Parte I - Diagnóstico**

1. Nome do grupo indígena \_\_\_\_\_
2. Localização \_\_\_\_\_
3. Território Xerente \_\_\_\_\_
4. População atual \_\_\_\_\_
5. Modo de Vida e Uso dos recursos naturais \_\_\_\_\_
6. Relação dos Xerente com a sociedade regional \_\_\_\_\_
7. Condições de Vida \_\_\_\_\_

### **Parte II - Análise dos Impactos Ambientais**

1. Metodologia Utilizada \_\_\_\_\_
2. Impactos: Identificação, avaliação, medidas prévias e mitigadoras \_\_\_\_\_

### **Parte III - Programas de Monitoramento e Mitigação**

1. Justificativa \_\_\_\_\_
2. Detalhamento dos Sub-programas \_\_\_\_\_
3. Cronograma de Execução \_\_\_\_\_

## **Bibliografia**

## **Anexos**

## APRESENTAÇÃO

O primeiro aspecto a ser destacado nessa apresentação é o pouco tempo que foi reservado aos estudos específicos referentes às populações indígenas afetadas pela Hidrovia Araguaia-Tocantins.

A partir de maio/junho de 1997 é que começaram os contatos para a formação da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA das populações indígenas, com exceção do consultor responsável pelos estudos referente aos Bororo, contratado somente em setembro.

As viagens de contato e de levantamento de dados sobre as populações indígenas iniciaram-se assim somente em julho-agosto. Vale ressaltar que as informações relativas à parte técnica da obra - projeto executivo - chegaram às mãos da equipe em outubro e as relativas aos meios biótico e sócio-econômico, apenas em meados de novembro. Isso fez com que as reuniões informativas nas aldeias fossem realizadas somente em meados de dezembro.

A inexistência de dados específicos sobre solos, vegetação, geologia, regime hídrico, etc, atrasou em muito o desenvolvimento dos estudos sobre como o empreendimento afetaria as comunidades indígenas. Além disso, não houve tempo suficiente para preparar e submeter estes dados técnicos às comunidades indígenas afetadas, de maneira que elas pudessem participar da avaliação dos impactos assinalados no EIA/RIMA.

Essa não participação das comunidades indígenas, em que pese o esforço da equipe em disponibilizar os dados, deve ser vista como um fator limitante dos dados levantados e apresentados nos respectivos diagnósticos ambientais.

Deve se ressaltar também a não existência de estudos específicos sobre o Meio Biótico (das bacias dos rios Araguaia, Tocantins, das Mortes e Garças), relativos à fauna ictiológica, mastofauna e flora. Essa carência de dados de pesquisa básica reflete a situação geral das pesquisas científicas sobre o Centro Oeste brasileiro.

Por último algumas considerações sobre a metodologia empregada para a elaboração de EIA/RIMA's devem ser apontadas. Os estudos sobre populações indígenas deveriam ser feitos após a avaliação dos impactos do empreendimento sobre o meio físico e biótico, o que permitiria aos antropólogos consultores avaliar juntamente com os grupos indígenas as consequências específicas destes impactos em suas respectivas comunidades. Além disso, a posse destes dados proporcionaria os subsídios necessários para a elaboração dos Programas de Controle e Monitoramento, bem como para previsões mais adequadas das medidas prévias e mitigadoras.

Os diagnósticos ambientais ora apresentados constituem uma primeira versão a respeito de um empreendimento altamente complexo que requer um acompanhamento antropológico contínuo, nas fases de implantação, construção e operação, demandando, portanto, estudos mais detalhados sobre as conseqüências dos seus impactos socioambientais.

Assim, não devem ser consideradas como encerradas as consultas e o acompanhamento das comunidades indígenas no tocante à avaliação dos impactos do empreendimento.

## 1. Introdução

O presente relatório diz respeito aos resultados alcançados pelo levantamento socioeconômico e ambiental das Terras Indígenas situadas na Área de Influência da Hidrovia Araguaia-Tocantins e definidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Os estudos que o compõe foram elaborados a partir de dados primários e secundários, coletados e analisados pelos antropólogos-consultores André Amaral de Toral (povos indígenas Javaé, Karajá e Karajá do Norte); Antonio Carlos Magalhães (Tapirapé); Eduardo Carrara (Xavante); Gilberto Azanha (Krahô e Krikati); Luís Roberto de Paula (Xerente); Maria Elisa Ladeira (Apinayé) e Paulo Serpa (Bororo) e visam 1) propor medidas mitigadoras para os efeitos e impactos do empreendimento sobre os povos indígenas mencionados; 2) subsidiar a elaboração de programas de proteção e monitoramento ambiental das terras indígenas afetadas e 3) estabelecer medidas compensatórias de médio e longo prazo para os povos indígenas em questão.

A quantidade e a qualidade das informações apresentam diferenças tendo em vista a disponibilidade de dados. Os itens relativos à saúde e à educação, dependentes dos aportes da FUNAI, em alguns casos estão incompletos. A atualização destes dados, bem como o levantamento mais aprofundado das perspectivas de futuro dos povos indígenas afetados, deverão ser complementados em uma etapa subsequente, com vistas a execução das medidas compensatórias e dos programas de controle.

Os grupos indígenas localizados na área de influência do Corredor Centro-Norte pertencem a dois grupos lingüísticos e culturais distintos: os Macro-Jê e Tupi. Os grupos Macro-Jê são os *Karajá* (*Karajá do Norte*, *Javaé* e *Karajá*); os *Xerente* e os *Xavante* (que formam um sub-grupo específico, denominado *Akuen*), aqueles classificados como *Timbira* (os *Krahô*, *Apinajé* e *Krikati*) e os *Bororo*. O único representante Tupi na área de influência da Hidrovia é o povo *Tapirapé*. Apesar do grande recorte Macro-Jê apontar para pautas sócio-

culturais genéricas comuns a todos estes povos (morfologia das aldeias e padrão demográfico das mesmas, profusão de grupos rituais, divisão em metades, etc.), as especificidades de cada povo apontadas nos estudos são fundamentais para compreender as diferenças na relação destes grupos quanto aos acidentes da história de contato com as frentes de expansão, o modo de ocupação/uso do território e dos recursos naturais, a relação com os não-índios e a sociedade envolvente etc.

De modo genérico, as questões com que se defrontam hoje os grupos indígenas citados são semelhantes e tiveram sua origem no caráter da frente de expansão da sociedade nacional sobre os territórios originais ocupados por estes povos. Esta frente, agropastoril e colonizadora (diferente, pois, daquela que penetrou, por exemplo, a Amazônia e que foi basicamente predadora de recursos naturais e de mão-de-obra indígena e - por isso mesmo - sem preocupação explícita com a colonização da região), começou a pressionar sistematicamente os territórios ocupados pelos povos indígenas do Brasil Central a partir de meados do século XVIII.

A resistência armada destes povos indígenas em defesa de suas terras se prolongaria até os anos 60 do século XX, quando os Xavante "aceitam", finalmente, conviver pacificamente com os não-índios. Os outros grupos já haviam "aceitado", até meados do século XIX, a convivência com a sociedade nacional. Este fato é demonstrado através da instalação de missões religiosas e militares entre estes povos e o subsequente estabelecimento de núcleos populacionais perenes nos limites das terras indígenas.

Isto não quer dizer que esta convivência continuou "pacífica" ao longo de todo esse tempo; ao contrário, os preconceitos mútuos, a ambição e a ganância dos não-índios (e, aos olhos dos índios, seu inusitado e descontrolado crescimento demográfico), continuariam a propiciar escaramuças e conflitos localizados em todas as áreas indígenas da região.

É a repercussão destes conflitos, para além do nível local, que levará o então Serviço de Proteção aos Índios, a partir dos anos 30 desse século, a estabelecer seus postos de assistência entre aqueles grupos e a tomar algumas atitudes em defesa de seus direitos. Porém, o preço desta proteção - em geral pouco eficaz - será a imposição aos índios de uma dependência política (e econômica em alguns casos) para com a agência governamental.

Apesar do longo tempo de contato e da drástica redução populacional e territorial sofrida nas primeiras décadas do contato, estes grupos vêm mantendo - em graus de dificuldade diversos - sua organização social e

política, seus complexos sistemas rituais e, sobretudo, suas línguas. Este tradicionalismo foi mantido, em parte, em função do caráter da frente de expansão acima mencionado.

Atualmente, os territórios ocupados pelos povos Timbira (Krahô, Krikati-Pykopjê, Apinajé e os Canela-Apãnjêkra e Ramcôkamekra, estes últimos localizados fora da área de influência do Corredor), Xavante e Bororo (vários grupos locais autônomos) são descontínuos, formando ilhas que variam entre 1.000 a 400.000 hectares, cercadas ou mesmo invadidas por estabelecimentos agropastoris e núcleos urbanos.

Esses territórios estão localizados em uma região onde a violência da luta pela posse da terra foi notória ao longo da década de 1970, com o avanço da incorporação de terras aos empreendimentos agro-pastoris, capitalizados - pelos governos militares - no contexto da famigerada "política de integração nacional". Esta política, que patrocinou a abertura de estradas onde "ocorriam" os territórios de muitos povos indígenas, incentivou a especulação imobiliária e a incorporação de terras da maioria dos povos indígenas citados à "modernização" da agricultura nestas faixas de fronteiras internas.

As diferenças quanto à manutenção do padrão tradicional entre estes grupos, começariam a se acentuar nos anos 70-80 quando os territórios ocupados por estes povos, começaram a sofrer um outro tipo de impacto, derivado de ações governamentais diretas que visavam à ocupação e o desenvolvimento econômico da Amazônia.

De fato, nas décadas mencionadas, as micro-regiões de Imperatriz e Araguaína (no médio Tocantins) e Barra do Garças e São Félix (alto e médio Araguaia) passaram a ser alvo de empreendimentos governamentais significativos visando implantar a infraestrutura necessária à exploração econômica (mineração, madeira, pecuária, soja). Dentre estes empreendimentos se destacam: a abertura e asfaltamento de inúmeras estradas de rodagem, o Projeto Ferro-Carajás, a UHE de Tucuruí, o projeto POLONOROESTE, o Corredor de Exportação da CVRD, os pólos metalúrgicos de Açailândia-Marabá, etc., os quais induziram os conhecidos efeitos socioeconômicos perversos - a valorização das terras e a subsequente urbanização forçada de posseiros e pequenos produtores tradicionais, predação dos recursos naturais, a pistolagem e a prostituição em larga escala...o "progresso" enfim.

Como reflexo dessa política desenvolvimentista, a FUNAI, a partir de 1974, passaria a implantar nestas e noutras áreas indígenas, os projetos de "desenvolvimento comunitário". Tais projetos visavam à produção de excedentes em moldes capitalistas utilizando terras e mão-de-obra indígenas.

Para a maioria dos grupos indígenas situados na área de influência destes empreendimentos, o processo desenvolvimentista desencadeado na região apenas significou - e tem significado - transtornos, ocasionados pela invasão de suas terras por fazendeiros ou mesmo posseiros expropriados, a passagem sobre elas de estradas de rodagem estaduais e federais, ferrovias, linhas de transmissão de energia, afora a pressão cotidiana sobre suas riquezas naturais, sobretudo as madeiras e minérios.

Na verdade, os grupos indígenas da região não se beneficiaram do desenvolvimento induzido por aqueles empreendimentos. As políticas compensatórias que visavam mitigar, em parte, os efeitos negativos deste processo sobre os grupos indígenas, redundaram em fracasso. O fator dominante na determinação deste fracasso parece ter sido o fato de que os órgãos responsáveis pelos empreendimentos (CVRD e ELETRONORTE, Ministério dos Transportes, principalmente) negociaram exclusivamente com a FUNAI as medidas compensatórias, acreditando que os interesses dos índios e os da FUNAI fossem idênticos ou coincidentes, o que raramente é o caso. A FUNAI, por sua vez, usou os recursos para aumentar a sua própria infra-estrutura, pouco se ocupando em pensar ou discutir com os beneficiários - os índios - em como empregar tais recursos (que não eram poucos à época) em ações que, no longo prazo, minimizassem de fato, os efeitos da modernização da economia regional em curso.

Findo os recursos dos convênios, a FUNAI, "falida" institucional e financeiramente, não pode continuar injetando recursos naquelas áreas indígenas, nem com a mesma frequência, nem no mesmo volume. O resultado foi que alguns grupos indígenas (os Guajajara do PI Araribóia, e os Cinta-Larga de Rondônia, para ficar nos exemplos mais agudos), já bastante dependentes da "assistência" recebida em função dos "grandes projetos", não resistiriam à pressão das madeiras para, literalmente, dilapidar o seu patrimônio de madeiras nobres em troca de uma remuneração financeira que lhes permitissem manter a assistência até então recebida e os privilégios monetários de uns poucos líderes indígenas.

Os grupos indígenas da região em foco conseguiram resistir a estas pressões, preservando, na medida do possível, as terras que lhes restaram e mantendo sua identidade étnica. Hoje, essas forças contrárias tendem a aumentar, por conta de novos investimentos governamentais (agora não mais para realizar a "integração nacional", mas para diminuir o assim chamado "custo Brasil") e em função da transformação gradual dos cerrados do Leste do Mato-Grosso, Tocantins e sul do Maranhão em uma espécie de nova fronteira agrícola, com novas barragens (UHE Serra da Mesa, Lajeado e Serra Quebrada), a Hidrovia Araguaia-Tocantins, a Paraná-Paraguai, e as ferrovias Norte-Sul e Ferronorte.

Em vista do exposto, uma questão chave requer reflexões sérias e profundas por parte de todos os envolvidos em empreendimentos desta natureza: *Como negociar com os povos indígenas afetados medidas efetivas que lhes garantam a integridade de suas terras e programas de médio e longo prazo que compensem os efeitos negativos?* É importante ter claro que aquilo que significa “progresso” para nós (energia, transporte) para os índios não quer dizer nada além de transtornos. Não que não queiram ou que não possam beneficiar-se ainda que indiretamente, destes investimentos; mas energia para produzir ou armazenar o quê? estradas asfaltadas para transportar o quê? se o que produzem ou podem porventura vir a produzir é absolutamente insignificante mesmo no contexto da produção regional. Os índios têm claro que estes empreendimentos – como tantos outros ao longo das suas histórias - *são dos “brancos” e para os “brancos”*.

Termos como “conforto” ou “qualidade de vida” têm outra conotação e significado para as sociedades indígenas aqui tratadas. E a interlocução com os índios, antes de efetivada, deve ser precedida de uma pesquisa séria sobre quem são os legítimos interlocutores (quais as lideranças, quais organizações ou associações indígenas), quais os interesses em jogo e o quê pode vir a ser considerado como um ganho real para o futuro desses povos enquanto sociedades diferenciadas.

Por fim, os povos indígenas situados na área de influência da Hidrovia Araguaia-Tocantins apresentam uma gama variada de situações em termos de preservação de valores culturais, disponibilidade de recursos naturais e intensidade de contato com a sociedade nacional.

Assim, os estudos individuais, que se seguem, refletem a situação específica de cada grupo indígena e os impactos que sofrerão com a construção e a operação da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Este empreendimento – que trará sensíveis mudanças ao ambiente e modo de vida dessas populações, num quadro que tende a agravar-se com a hidrovia – requer, portanto, além dos estudos preliminares, uma continuidade tanto no que se refere as pesquisas ora iniciadas, como nos Programas de Controle e Monitoramento Socioambiental.

## **2. Recomendações Gerais**



A implementação das medidas abaixo relacionadas – considerando a pressão fundiária sobre as terras indígenas a ser induzida pelo empreendimento e os impactos referentes à implantação da obra - são condição *sine qua non* para a concessão das Licenças de Instalação e Operação da Hidrovia:

1. A regularização fundiária das terras indígenas consideradas neste empreendimento.

Por regularização fundiária entende-se a identificação, delimitação e ampliação das referidas terras, bem como, o processo administrativo da demarcação física e a completa extrusão dos ocupantes não-índios incidentes nestas terras.

As terras indígenas afetadas pelo empreendimento, que se encontram em momentos diferentes do processo de regularização fundiária, apresentam problemas diferenciados, sendo que as medidas específicas para a sua solução estão relacionadas nos respectivos relatórios de cada consultor.

2) O estabelecimento de políticas de vigilância e fiscalização das Terras Indígenas.

Estas políticas visam à constituição de planos interativos de fiscalização das terras indígenas envolvendo os organismos governamentais competentes – FUNAI, IBAMA, OEMA's – incluindo a participação dos povos indígenas envolvidos.

Para tanto, faz-se necessário a realização de estudos que levem ao zoneamento agro-ecológico de acordo com cada região, identificando unidades de conservação e prevendo-se:

a) Criação de APA's no entorno das Terras Indígenas com prévia regularização das questões fundiárias;

b) Criação de unidades de conservação através de reservas e estações ecológicas, áreas de relevante interesse ecológico (ARIE), reservas do patrimônio arqueológico, histórico e cultural e corredores de proteção da fauna e

c) Criação de "ICMS-Verde", que seria um mecanismo fiscal - a ser regulamentado através de projeto de lei estadual - visando compensar os municípios que possuem em sua sede Terras Indígenas ou as futuras Unidades de Conservação aqui propostas.

3) Cuidados básicos nas operações de derrocamento e dragagem.

Nos trechos próximos das terras indígenas devem ser utilizados outros meios menos impactantes que a dragagem por sucção para remoção de areia, já que esta interfere no nível de turbidez da água. Recomenda-se por exemplo, o sistema de fixação de bancos, através da instalação de painéis.

Deve ser realizado o monitoramento constante dos sedimentos e da qualidade da água de todos os rios afetados pela operação da hidrovia. Neste monitoramento deve ser feita a análise química do nível de toxicidade e contaminação, já que os sedimentos serão revolvidos pela dragagem e afetarão peixes e outras espécies da fauna aquática pondo em risco a saúde das populações indígenas.

O material resultante do processo de dragagem não poderá ser disposto no interior das terras indígenas e das APA's propostas para o entorno das terras indígenas afetadas. A localização destas zonas de deposição deverá respeitar os ecossistemas existentes conforme as conclusões do relatório do meio biótico.

Nos casos em que o canal da hidrovia tangencia a margem da reserva indígena, como no caso dos Karajá de Santa Isabel e Macaúba ; dos Xavante de Areões (Capitariquara, Mutum e Tritopá) e dos Xerente (Aldeias Porteira, Salto e Bela Vista), devem ser estudadas alternativas que distanciem o canal das margens. O consequente assoreamento do antigo canal deve ser evitado através de operações de dragagem, de maneira que o canal da hidrovia não venha a interferir com a localização das aldeias indígenas.

Com a esperada erosão das margens, em função do trânsito de embarcações, devem ser construídos muros de contenção nas margens dos trechos dos rios, onde se localizam as aldeias indígenas, e, em outros locais, tais como - cemitérios e sítios arqueológicos.

Salientamos que as operações de derrocamento e a dragagem - segundo as conclusões apontadas nos estudos do meio físico e meio biótico – não são passíveis de medidas mitigadoras eficazes para minimizar os impactos destas atividades.

#### 4) Cuidados básicos na construção de Portos

Além das recomendações expressas nos relatórios de meio-físico e biótico é fundamental que a construção de portos seja feita obedecendo os seguintes critérios:

- a) em hipótese alguma devem ser construídos portos no interior e em frente às terras indígenas, bem como em unidades de conservação e parques naturais já existentes e, ou, em estudo;
- b) os portos devem se localizar no mínimo a 15 km dos limites das APA's que envolvem as terras indígenas.

5) Instâncias de participação no Planejamento, Implementação e Controle dos Programas referentes às Medidas Mitigadoras e Compensatórias.

Tendo em vista a necessidade do controle e fiscalização da implementação dos Programas de Medidas Mitigadoras e Compensatórias, bem como, garantir a participação e a representação dos povos indígenas e o respeito aos seus direitos constitucionais, sugerimos a criação das seguintes instâncias

- a) Grupo de Trabalho Supra - Institucional (GTSI) : este grupo será constituído de representantes dos órgãos governamentais afetos a questão (FUNAI, IBAMA, OEMA's, Ministério Público, Ministério dos Transportes), Associações Indígenas e representantes de organismos da sociedade civil. Caberá a este GT a **fiscalização** das ações de implementação das medidas mitigadoras e compensatórias indicadas para as fases de implantação e operação da Hidrovia.
- b) Grupo de Trabalho dos Programas Indígenas (GTPI) : este grupo será constituído pelos representantes das comunidades indígenas, por antropólogos-consultores, pela FUNAI, Ministério Público e Ministério dos Transportes e outras instituições governamentais. Caberá a esse grupo, a **elaboração** das ações necessárias para a execução dos Programas de Mitigação e Compensação nas Terras Indígenas.

São Paulo, 15 de janeiro de 1998.

**André Toral, Antonio Carlos Magalhães,  
Eduardo Carrara, Gilberto Azanha, Luís Roberto de Paula  
Maria Elisa Ladeira, Paulo Serpa**

## RESUMO DO DIAGNÓSTICO

Abaixo estão descritos de maneira sucinta os temas abordados em cada um dos 7 itens que compõem a primeira parte do EIA/RIMA sobre a Hidrovia Araguaia-Tocantins - Diagnóstico SocioEconômico - a respeito da comunidade indígena Xerente. **Entretanto, é fundamental ler cuidadosamente todo o diagnóstico , a fim de evitar análises superficiais e, portanto, conclusões precipitadas.**

### **Item 1 - Nome do grupo / Item 2 - Localização Atual**

Nestes itens estão definidos o nome do grupo indígena e sua auto-denominação, bem como, os limites geográficos da atual localização da Reserva Xerente.

### **Item 3 - Território Xerente**

Neste item está descrito a localização territorial **tradicional** dos Xerente no decorrer da sua história, através de relatos de viajantes (Séculos XVI / XX) ; de etnógrafos que estiveram entre o grupo durante o século XX; e de testemunhos orais de membros da comunidade Xerente.

O seguinte diálogo entre um cacique Xerente e o antropólogo David Maybury-Lewis, em 1956, nós dá uma idéia da dimensão do antigo território Xerente:

*“Nós costumávamos caçar em todo o território entre o Tocantins e o Rio do Sono. Tínhamos aldeias nas margens do Tocantins a dois dias de viagem rio abaixo. Agora não há aldeias. Os civilizados se instalaram e os Xerente tiveram de sair. Quando lutamos, eles mandaram soldados, e lutamos com eles também. Daí fizeram um tratado. Sim senhor! O próprio Imperador nos deu nossas terras num pedaço de papel. Mas os civilizados mandaram os rebanhos pastarem lá. Quando matamos o gado, disseram que éramos ladrões e que era impossível viver perto de nós. Agora nossas aldeias estão destruídas e os civilizados trabalham sem parar para nos expulsar até de Tocantínia. Você deve dizer ao governo que queremos de volta as terras em que costumávamos caçar, até a Panela de Ferro.”*

*- “Mas isto fica a vinte léguas! Exclamei. A três dias de suas aldeias mais próxima. Há cidades entre lá e aqui”*

- *“Ela é nossa (terra)”. Ele repetiu. “O Imperador disse. Nós a queremos de volta”.*  
(Maybury-Lewis, 1990: 69; Wenzel, 1996:40)

Ainda nos dias de hoje, quando paramos para conversar com os mais velhos, as reclamações sobre a contínua redução do território tradicional Xerente são uma constante. Falam de um tempo em que suas aldeias localizavam-se acima do Rio do Sono - *Paneiros* - ou em Miranorte - *Sadu nômze* . Que caçavam nas imediações de Porto Nacional *“Kri rã”* . Que pescavam no Rio dos Bois - *Wdê ttê kâ* . Todos estes locais ficaram de fora da demarcação da reserva. Hoje, é raro algum Xerente se aventurar em perambular por algum destes lugares.

Foi durante o século XVIII, que se registraram as primeiras frentes de expansão sobre seu território tradicional através da ocupação da área por contingentes populacionais, dedicados quase que exclusivamente a mineração. O comércio, a agricultura e a pecuária serviram, durante todo o século XVIII, apenas como meios de sustentação as atividades de mineração (Farias,1990:21/22).

*‘Os garimpeiros, mineradores e seus escravos, foram os primeiros a invadir o território, que, até então, era habitado por índios Karajá, Xavante, Xerente, Acroá, Xacriabá, entre outros’*  
(Farias,1990:21/22).

Nos dias atuais, existem três cidades que, devido as suas localizações, exercem uma enorme pressão sobre o território atual Xerente. A cidade de Tocantínia, localizada em meio à reserva, tem sido palco de tensões entre a população local não-índia e os Xerente por quase todo este século. A cidade de Miracema, do outro lado da margem, também possui uma importância crucial na vida dos Xerente, pois, além de ter abrigado antigamente várias de suas aldeias, hoje é para onde os Xerente se encaminham em várias ocasiões - como por exemplo, recebimento de aposentadorias, compras de alimentos, vestuário, assistência médica, escolas de primeiro e segundo grau, etc. Miracema do Norte ficou famosa por ter sido escolhida a primeira capital do Estado do Tocantins, em 1989. Com isto, seu nome mudou para Miracema do Tocantins e, em menos de três anos, sua população saltou de 6.000 para quase 20.000 pessoas. A cidade do Rio do Sono, também possui uma importância fundamental na geopolítica da região. Devido a sua localização, limitando a reserva Xerente a oeste, este município encontra-se separado da atual capital do Estado, Palmas, localizada ao sul. Existe uma enorme pressão da população local para que a estrada de terra (TO-230), que corta a reserva Xerente, seja asfaltada e para o término da construção de uma ponte, iniciada em 1993.

Duas estradas - TO 010 e TO 245 - atravessam a reserva Xerente, dando acesso de Tocantinia à cidade de Pedro Afonso e da primeira à cidade de Aparecida do Rio Negro. A possível pavimentação da TO-010 também tem sido motivo de conflitos entre os Xerente e a população local de Tocantinia. Esta estrada dá acesso direto à capital Palmas, a cerca de 80 km de distância. O Governo do Estado tenta há mais de dois anos conseguir o apoio da população desta aldeia para que aceitem a pavimentação do trecho citado, através de uma série de promessas. Objeto de várias manifestações da população local de Tocantinia a favor da pavimentação, e de liminares por parte da FUNAI e do Estado, contra e a favor do mesmo respectivamente, o litígio encontra-se atualmente pendente, aguardando a elaboração de um EIA/RIMA, para se chegar a uma decisão definitiva.

Toda esta pressão sobre o território Xerente tem causado sérios transtornos ao grupo, com o acirramento dos conflitos políticos internos que, muitas vezes desunidos, acabam por deixar escapar possibilidades reais de concretizar projetos econômicos sérios - oriundos do órgão tutor, de universidades, de organizações não governamentais - que apontariam para sua autonomia econômica. Além do mais, muitos dos danos ambientais - causados por uma série de projetos que nada tem haver com o potencial da reserva e do grupo - são praticamente irreversíveis.

Nesse sentido, o objetivo principal deste item é demonstrar a contínua perda territorial que os Xerente sofreram no decorrer da história do contato devido ao contato com sucessivas frentes de expansão não-indígenas.

#### **Item 4 - População Atual**

Neste item é abordado o quadro atual da população Xerente. É descrita de maneira detalhada a distribuição populacional por sexo e idade de cada uma das aldeias que compõem a Reserva Xerente. Além disto - através do cálculo da taxa de natalidade entre Xerente - é efetuada uma projeção do aumento populacional para os próximos anos. Percebe-se claramente que, após a demarcação da maior parte de sua reserva (1972), a população Xerente têm aumentado continuamente.

## Item 5 - Modo de Vida e Uso dos Recursos Naturais

Neste item são abordados os vários aspectos que constituem a organização social Xerente - territorialidade, política, rituais, cosmologia, língua e morfologia social - entrelaçando-os com o seu específico modo de exploração do meio ambiente.

Em relação a sua organização social, por exemplo, veremos que este grupo possui um ordenamento social complexo que inclui grupos sociais específicos - metades, clãs, linhagens e grupos rituais (Lopes da Silva & Farias, 1984). A base deste ordenamento está centrada numa divisão em duas metades sócio-cosmológicas - *Siptato* e *Sdakraã*, associadas respectivamente ao Sol e a Lua, que organizam todo seu sistema social, econômico, político, cultural e de parentesco.

Organizados politicamente de maneira tradicional - através de clãs, facções, metades - vários grupos Xerente disputam constantemente a liderança das diversas aldeias que compõem a reserva. Esta maneira de se organizar tem sofrido uma desestruturação enorme devido a uma série de fatores de ordem externa, o que tem ocasionado um aumento exagerado de aldeias. Em 1987, por exemplo, existiam 7 aldeias na Reserva Xerente. Hoje este número chega a casa dos 30. Como veremos, a política de divisão das lideranças Xerente, que começou a ser implementada pelos governos estaduais do Tocantins durante o início da década de 90, é sem dúvida alguma, a maior responsável por esta fragmentação.

Em termos socioambientais, os Xerente, como os demais grupos Acuen, tradicionalmente exploravam o meio ambiente principalmente através da caça e da coleta, associadas à uma agricultura de coivara complementar. Devido à tais características básicas de subsistência, a necessidade de um amplo território sempre foi fundamental para a constituição e a reprodução do grupo.

Veremos que, devido à contínua diminuição de seu território tradicional e a consequente pressão sobre seus recursos naturais (caça, pesca, coleta), as fontes de alimentação tradicionais dos Xerente encontram-se comprometidas. Este fato tem levado esta população indígena a uma dependência cada vez maior de empregos, cargos e benesses políticas locais, o que constitui um grande obstáculo a possibilidade de autonomia política e econômica do grupo.

### **Item 6 - Relação dos Xerente com a sociedade regional.**

Neste item será demonstrado a inserção econômica, política e social dos Xerente na sociedade regional. Veremos que, devido à dependência cada vez mais contínua de fontes econômicas e políticas não - indígenas e do comprometimento de suas fontes de alimentação tradicional, os Xerente encontram-se numa situação social extremamente preocupante. Em outras palavras, a pressão sobre os recursos naturais existentes, tanto sobre o atual território Xerente, como também, sobre toda a região que o circunda, tem levado esta população - no decorrer dos anos - a viabilizar novas formas de sobrevivência.

A venda de bebidas alcoólicas de maneira indiscriminada para os Xerente ( mesmo sendo totalmente proibida!) e a retenção de cartões de aposentadoria por comerciantes locais - que só tendem a agravar a situação social do grupo - são alguns dos problemas que necessitam de respostas urgentes das autoridades competentes

Será destacado também , a ( não) inserção dos Xerente na política institucional na cidade de Tocantínia. Os Xerente poderiam eleger, segundo cálculos da FUNAI, no mínimo 3 vereadores nesta cidade. Entretanto, devido a uma série de circunstâncias oriundas das políticas locais, os Xerente não possuem nenhum vereador eleito. Outra obstáculo à autonomia política Xerente foi o fim das atividades de sua Associação, que depois de um começo promissor - no ano de 1992 - acabou passando por uma série de dificuldades e se encontra inativa nos dias atuais.

Fechando este item está descrito os projetos governamentais em curso naquela região, os quais têm contribuído significativamente para o atual quadro de desestruturação social da comunidade Xerente - Prodecer III, Hidrelétrica do Lageado, Ferrovia Norte -Sul, pavimentação de estradas que cortam a reserva, ponte sobre o Rio do Sono e agora, a Hidrovia Araguaia-Tocantins.

### **Item 7 - Condições de vida**

Neste item estão descritas as atuais condições de vida da comunidade Xerente através de dados e análises da condição de infra-estrutura das fontes de alimentação, saúde, educação e assistência que são propiciadas pelos poderes públicos (estaduais e federais). Sua subsistência atualmente é garantida pelas roças familiares, abertas anualmente nas matas de galeria localizadas próximas aos pequenos rios ou nos vãos de serra, com solos mais propícios à agricultura de coivara. Planta-se mandioca, arroz e feijão, sendo estes os



componentes principais da dieta básica dos Xerente.

O dinheiro proveniente das aposentadorias rurais e dos salários de funcionários da FUNAI, da Prefeitura ou do Estado, é em geral canalizado para compra de roupas ou bens industrializados - querosene, sal, café, açúcar, fumo, ferramentas, etc.

O quadro geral da alimentação entre os Xerente revela assim, um alto grau de comprometimento das suas fontes tradicionais de alimentação com o conseqüente excesso de dependência de recursos externos.

Especial atenção é dada as condições de saúde e educação - observando-se a assistência propiciada pelos órgãos responsáveis - Prefeitura de Tocantínia, FUNAI e o Governo do Estado do Tocantins. De maneira geral, ambas se encontram em situação de precariedade.

## Parte I - Diagnóstico

### 1. NOME DO GRUPO INDÍGENA

Os **XERENTE** - autodenominados *Acuen* - formam com os Xavante do Mato Grosso, o ramo central das sociedades de língua Jê.

### 2. LOCALIZAÇÃO.

Área Indígena Xerente localiza-se na região norte do atual Estado do Tocantins, sendo delimitada a oeste pelo Rio Tocantins; ao norte, pelo município de Pedro Afonso; a leste pelo Rio do Sono, e ao sul pelo município de Lageado. Nesta mesma direção, a 80 km de distância, encontra-se a capital do Estado, Palmas. **(Ver Anexo I).**

Os limites geográficos da Área Indígena Xerente estão assim definidos:

#### a) Área Indígena Xerente - Demarcada em 08.01.1976

Limites: parte do ponto 01 marco 24-A

Fronteira	Descrição	Coordenadas Geográficas
<b>Norte</b>	Confluência do Rio Gorgulho com o Rio Tocantins	09°17'23,7S / 48°20,22,9Wgr.
<b>Leste</b>	Marco 48-B ponto 04 segue pelo Rio do Sono sentido montante	09°44'36,3S / 47°53'53,9Wgr.
<b>Sul</b>	Córrego Brejão (Roncador) marco AB ponto 05	09°46'27,1S / 47°67'44,8Wgr.

<b>Oeste</b>	Ribeirão Piabanha na confluência com o Rio Tocantins	09°29'48,3S/48°22'03,5Wgr ponto 13 até o marco inicial 24-A ponto 01.
--------------	--	---

**b) Área do Funil - Demarcada em 29.10.1991**

Limites: partindo do marco 824

Fronteira	Descrição	Coordenadas geográficas
Norte	Margem direita do Rio Tocantins e na confrontação com o lote 30	9° 37'18,086"S e 48° 24'09,034"Wgr.
Leste	Confluência com o Ribeirão Piranha, a montante até o ponto D-88	9° 39'35.460"S e 48°14'00,122"Wgr.
Sul	Confluência com o Córrego Tamanca, a montante até o ponto D-58	9°41'04,386"S e 48°15'22,930"Wgr.
Oeste	Marco 05 na confluência com o Rio Tocantins Seguindo à fusante até o marco 824	9°37'18,087"S e 48°24'09,034"Wgr.

**3. TERRITÓRIO XERENTE.**

**3.1 Aspectos da ocupação tradicional Xerente.**

Segundo o etnógrafo Curt Nimuendajú - através de testemunhos orais recolhidos na década de 30 - em tempos imemoriais, os Xerente diziam ter habitado territórios a leste, próximos à bacia do Rio Sono Francisco (Nimuendajú,1942). Devido às dificuldades de sobrevivência numa região árida como o sertão do nordeste, os Xerente migraram para a região do Araguaia -Tocantins. Não se sabe ao certo, qual o período que estes fatos ocorreram, já que a historiografia oficial só vai identificá-los como um grupo diferenciado a partir do século XIX .

Num mito recolhido por Nimuendajú (1942:94) há indícios desta migração, como assinala Maria Isaura de Queiroz (1952) :

*“Asaré sofria desesperadamente de sede; para aplacá-la, seus irmãos deram-lhe de beber água das nozes de tucum; mas não foi suficiente, o tormento de Asaré continuou. Os irmãos então derrubaram uma palmeira pindaíba, fizeram uma ponta bem aguçada num dos lados e todos, agarrados a ela, fincaram-na terra a dentro suando e cavando cada vez mais fundo, até que, numa das vezes em que puxaram para fora, lhe viram úmida a ponta; fincaram com toda a força mais uma vez e então brotou água”*

Conclui a autora:

*“Não vemos aqui um reflexo da aridez do terreno em que primitivamente viveram os Xerente, das cacimbas fundas que era tão difícil abrir em cata de líquido?” (1952: 15)*

Numa região tão rica em recursos hídricos como é a bacia do Araguaia -Tocantins, parece muito estranho um trabalho tão grande para conseguir um pouco de água, como referido no fragmento do mito. Portanto, a hipótese de que nestes tempos imemoriais, os Xerente habitarem a região do Nordeste é bastante plausível.

Em relatos mais recentes, testemunhos orais dos Xerente indicam que sua área de ocupação tradicional era muito maior do que a atual. O seguinte diálogo entre um cacique Xerente e o antropólogo David Maybury-Lewis, em 1956, nós dá uma idéia da dimensão do antigo território Xerente:

*“Nós costumávamos caçar em todo o território entre o Tocantins e o Rio do Sono. Tínhamos aldeias nas margens do Tocantins a dois dias de viagem rio abaixo. Agora não há aldeias. Os civilizados se instalaram e os Xerente tiveram de sair. Quando lutamos, eles mandaram soldados, e lutamos com eles também. Daí fizeram um tratado. Sim senhor! O próprio Imperador nos deu nossas terras num pedaço de papel. Mas os civilizados mandaram os rebanhos pastarem lá. Quando matamos o gado, disseram que éramos ladrões e que era impossível viver perto de nós. Agora nossas aldeias estão destruídas e os civilizados trabalham sem parar para nos expulsar até de Tocantínia. Você deve dizer ao governo que queremos de volta as terras em que costumávamos caçar, até a Panela de Ferro.”*

- *“Mas isto fica a vinte léguas! Exclamei. A três dias de suas aldeias mais próxima. Há cidades*

*entre lá e aqui”*

- “Ela é nossa (**terra**)”. Ele repetiu. “O Imperador disse. Nós a queremos de volta”. (Maybury-Lewis, 1990: 69; Wenzel, 1996:40)

Ainda nos dias de hoje, quando paramos para conversar com os mais velhos, as reclamações sobre a contínua redução do território tradicional Xerente são uma constante. Falam de um tempo em que suas aldeias localizavam-se acima do Rio do Sono - *Paneiros* - ou em Miranorte - *Sadu nômrze* . Que caçavam nas imediações de Porto Nacional “*Kri rã*” . Que pescavam no Rio dos Bois - *Wdê ttê kâ* . Todos estes locais ficaram de fora da demarcação da reserva. Hoje, é raro algum Xerente se aventurar em perambular por algum destes lugares.(**Ver anexo II**).

### 3.2 História do Contato

Historicamente, a trajetória dos Xerente se confunde até o final do século XIX, com a dos Xavante, sendo ambos membros do mesmo grupo, autodenominados **Acuen**.

Ravagnani (1991) aponta que, em fins do século XIX, intensificaram-se os contatos do grupo devido à expansão das frentes de colonização que vinham rumo às margens do Rio Araguaia e Tocantins, conjuntamente com as missões religiosas e as intervenções punitivas do Estado. Estas últimas objetivavam a pacificação dos *Acuen*, tidos como extremamente belicosos. As informações que provavelmente chegavam a esta grande nação indígena a respeito do contato como as frentes colonizadoras, levaram-nos a uma divergência de opiniões: de um lado os favoráveis e, de outro, os desfavoráveis ao estabelecimento do contato permanente:

*“Eram quando os favoráveis se mantinham em seu território indiferentes ou até desejosos pelo contato com os ‘civilizados’, enquanto aqueles que se recusavam a isto, com grande mobilidade horizontal, procuravam se afastar, espalhando-se pelo norte da província, atacando arraiais, fazendas e aldeias, como aconteceu em 1824 com Graciosa. A estes os colonizadores começaram a lhes chamar de **Xavante** e por suas atitudes deram-lhes os adjetivos ‘ferozes’, ‘bravios’, ‘bárbaros’,(...) aos outros chamaram-lhes de **Xerente**.”*  
(Ravagnani, 1991:23)

A historiografia sobre os primeiros contatos entre os Xerente e a sociedade envolvente aponta que as primeiras ocupações de seu território tradicional remontam ao século XVI, com a chegada das missões jesuítas e

por colonizadores. Estes últimos tinham por objetivo um reconhecimento inicial da região visando futuras explorações de ordem econômica, a busca de pedras preciosas e, é claro, o aprisionamento de índios.

*“Para o período que vai do século XVI até fins do século XVIII, as informações sobre o conhecimento da sociedade Xerente encontram-se relativamente prejudicadas. Na verdade, a notificação dessa nação, como uma sociedade específica, flutua ao sabor dos avanços registrados na consumação do domínio colonial sobre seu território tradicional.”* (Farias, 1990:15).

É durante o século XVIII que se terá claramente registrado a ocupação da área por contingentes populacionais, dedicados quase que exclusivamente a mineração. O comércio, a agricultura e a pecuária serviriam, durante todo o século XVIII, apenas como meios de sustentação as atividades de mineração (Farias, 1990:21/22).

*“Os garimpeiros, mineradores e seus escravos, foram os primeiros a invadir o território, que, até então, era habitado por índios Karajá, Xavante, Xerente, Acroá, Xacriabá, entre outros”* (Farias, 1990:21/22).

Mas é a partir do início do século XIX, por decorrência das chamadas “políticas de aldeamentos”, que os Xerente serão mencionados e identificados como um grupo distinto dos demais. A descrição a seguir aponta um dos mais famosos aldeamentos da região, já indicando a distinção acima referida:

*“A Aldeia Graciosa: Construída no início do século XIX, em 1824, por Cunha Mattos. Localizava-se à margem direita do rio Tocantins, junto ao ribeirão Taguarassu. Ficava a doze léguas ao norte de Porto Real (Atual Porto Nacional) e era habitada por índios Xerente, que chegaram a se aldear em número de 800 pessoas... Os 107 índios Xerente que iniciaram o aldeamento de Graciosa, tiveram seu sustento custeados por Cunha Mattos e pela população de Porto Real que tinha interesse em pacificar a região do Tocantins infestada pelos Akuem”* (Cunha Matos apud Farias, 1990).

A resistência indígena à ocupação de seu território tradicional continuava de forma intensa. A Coroa cria então os Presídios Militares, com o aumento da presença de efetivos do exército em povoados que sofriam o ataque contínuo dos grupos indígenas. Os Xerente aparecem na literatura neste período, em aliança com outros grupos indígenas, num ataque a um destes presídios:

*“Presídio São João das Barras: Construído na confluência do Rio São João das Barras com o rio Tocantins...Esse presídio foi construído em 1812, em 1813 foi atacado e destruído pelos índios Xerente, Xavante e Karajá” (Natal e Silva,1935 apud Farias, 1990).*

São várias as indicações do antigo território *Acuen* (Xerente/Xavante), entre as quais podemos destacar as seguintes:

*“Os índios Xerente são uma fração dos Xavante. Residiam antigamente juntos, nos planaltos entre o Tocantins e o Araguaia. .... Os Xerente, na proporção que os civilizados afluíam, foram se afastando até que formaram oito aldeias pequenas, de um e de outro lado do rio Tocantins” ( Pastor Zacarias Campelo,1957 apud Silva Neiva, 1986)*

*“John Emanuel Pohl informa que os Xerente e Acroá-Mirim, com os quais se uniram os Xavante, eram tribos independentes, que viviam na região do Duro, em contíguas correrias pelas amplidões de ambas as margens do Tocantins, desde Porto Real (Atual Porto Nacional) até São Pedro de Alcântara (Atual Carolina), estendendo-se até Pastos Bons, na Capitania do Maranhão” (Silva Neiva,1986)*

*“Os Xerente foram localizados no século XIX entre as terras do médio Tocantins e o Rio Manoel Alves. Em 1810 foram encontrados próximos à região do Duro, quando da sua submissão. Em 1812 possuíam 7 aldeias entre os rios Preto e Maranhão, afluentes da margem direita do rio Tocantins, na região de Muque” (Sampaio,1927 apud Farias, 1990)*

Nota-se por outro lado, no trecho descrito a seguir, uma outra maneira de vislumbramos a antiga dimensão do território tradicional Xerente, através da intensa relação com os demais grupos indígenas que compunham a região ocupada tradicionalmente pelos grupos Jê.

*“...A presença Xerente ao Norte era delimitada pela imediação do ribeirão Farinha, marco inicial da fronteira Xerente com os **Krahó**. Ao sul com os **Cayapó** na região do rio Parnaíba. A oeste com os **Karajá e Javaé**. A fronteira com maiores dificuldades de delimitação é a do leste. Nesta região os Xerente confundem-se com os **Acroá** e com os **Xacriabá**, também grupos *Acuem*” (Farias, 1990:36).*

Com estas indicações é possível termos uma dimensão do território tradicionalmente ocupado pelos Xerente.**(Ver anexo II)** . É importante contrastá-lo com o mapa da atual reserva Xerente, para termos uma idéia

das perdas territoriais que este grupo indígena sofreu no decorrer da história do seu contato com as frentes colonizadoras. A importância deste contraste ficará mais clara quando discutirmos, mais a frente, o uso e a diminuição dos recursos naturais pelos Xerente.

No século XX, o primeiro registro sobre a localização Xerente foi feito por Urbano Viana (1927), no qual localiza 12 aldeias Xerente (Farias, 1990:44). Note-se que, das 12 aldeias indicadas, 8 ficam na margem esquerda do Rio Tocantins, atuais municípios de Miracema e Miranorte, enquanto 4 localizam-se na sua margem direita, atual reserva e municípios de Pedro Afonso e Tocantínia .

<u>Quitê-Cré</u>	Barreiro d' anta	na Panella de Ferro, entre Pedro Afonso, Estado de Goiás, e Carolina, Estado do Maranhão, <i>margem esquerda</i> do Rio Tocantins
<u>Zuerê-querizê</u>	Cantador do Alto	no Morro Grande, na fralda da Cordilheira, 20 léguas de Couto Magalhães, entre o Rio Tocantins e o Rio Araguaia, portanto, <i>margem esquerda do Tocantins</i>
<u>Zé-zauréd</u>	Barra Larga	no Gorgulho, ribeirão dos Bois, <i>margem esquerda do Rio Tocantins</i>
<u>M'ran-ropé</u>	Mato Limpo	na Prata, ribeirão da Cachoeira, por cima da confluência do Sono, <i>margem esquerda do Rio Tocantins</i>
<u>Brúnúcaré</u>	Rocinha	no Ribeirão dos Bois, afluente da <i>margem esquerda do Rio Tocantins</i>
<u>Nhoron-zauréd</u>	Coqueiro Alto	em São João, fronteira de Pedro Afonso, <i>margem esquerda do Tocantins</i>



<u>Nhoron-ró-zauréd</u>	Cocal	<i>margem esquerda do Tocantins</i>
<u>Nhoron-ró-zauré- qué-rrhú</u>	Palmeiral	na Providência, <i>margem esquerda do Tocantins</i>
<u>Sacrê-prá</u>	Boqueirão do Funil	abaixo do Lageado, a duas léguas e meia, ou pouco mais, do Piabanha, <i>margem direita do Rio Tocantins</i>
<u>Nhoron-toudê- Rrhû</u>	Anajazal	em Morrinhos, cabeceiras do Piabanha, <i>margem direita do Tocantins</i>
<u>Cidaran</u>	Varedão	<i>na margem direita do Tocantins</i>
<u>Spró-rrhû</u>	Bananal	no Rio Preto, confluente da margem esquerda do Rio do Sono, <i>margem direita do Rio Tocantins</i>

Júlio Paternostro que entre 1934 e 1938 trabalhou no Serviço de Febre Amarela, visitou o território Xerente e registrou este contato, já indicando um processo de redução do grupo. Assinala a existência de 5 aldeias : Porteira, Pedra Preta, Paneiros, Providência e Pranchu localizadas

*“...na vizinhança da vila goiana de Pedro Afonso e expandem-se para oeste, a pouca distância da foz do Rio do Sono, no Tocantins.”*

Indicou ainda que ali viviam cerca de 180 famílias num total aproximado de 2000 pessoas que

*“...vivem negligentemente, definham com moléstias infecciosas existentes na região, contraem doenças venéreas dos sertanejos que a eles se ligam, estão desaparecendo e não são assistidos por um eficiente serviço de proteção”* (Paternostro, J.,1945 apud Farias, 1990:45).

Nimuendajú (1942) indica a existência de 9 aldeias no ano de 1930. Na margem direita do Rio

Tocantins, o autor localiza as seguintes aldeias: Pedra Preta, Castello, Porteira, Carro, Paineiras, Boqueirão e Exgotto. Na margem direita, Providência e Pedra Hume.

Maybuy-Lewis , que efetuou pesquisa de campo entre os Xerente em 1956 e 1963, indica a existência de 7 aldeias , todas localizadas na margem direita do Tocantins: Gorgulho, Baixão, Funil, Baixa Funda, Lageiro, Santa Cruz e Rio do Sono. O atual território Xerente, foi demarcada na década de 70 , com base na localização destas aldeias.

Com este breve histórico, esperamos ter podido demonstrar a difícil trajetória dos Xerente pela manutenção de um espaço territorial, que como é sabido , é a base da existência de todo e qualquer grupo indígena. Esta trajetória, que remonta a tempos imemoriais, é perpassada pela sistemática redução do seu território - e a decorrente pressão sobre seus recursos naturais - em favor de projetos e interesses não-indígenas.(Ver anexo III).

### **3.3 Situação atual da terra**

O atual território Xerente foi demarcado em dois momentos distintos. A primeira área - demarcada através de decreto presidencial 76.999 de 19 de setembro de 1972 e homologada em 16 de junho de 1989, decreto 97.838 - possui a superfície de 167.542.1058 ha. Esta demarcação deixou de fora a aldeia do Funil, localizada entre Tocantínia e a atual capital, Palmas. Depois de vários conflitos com os moradores de Tocantínia, a área na qual se localiza esta aldeia, com superfície de 15.703.7974 ha, foi demarcada e homologada em 29 de outubro de 1991, através do decreto presidencial 269. Os limites geográficos de ambas demarcações estão indicados no item 2 deste relatório.

Existem três cidades que devido as suas localizações, exercem uma enorme pressão sobre o território atual Xerente. A cidade de Tocantínia, localizada em meio à reserva, tem sido palco de tensões entre a população local não-india e os Xerente por quase todo este século.

Com a demarcação de grande parte da área na década de 70, e com a demarcação da área do Funil (1991), os habitantes deste município tiveram limitadas as possibilidades de expansão e de comunicação com os municípios vizinhos. A cidade encontra-se hoje, totalmente circundada pela reserva. Deve-se ter claro que esta cidade foi “construída” em território tradicional Xerente, e por uma série de circunstâncias históricas e negociações entre as autoridades responsáveis - S.P.I, Igreja, Governos Estaduais e federais - veio a se tornar um município.

A cidade de Miracema, do outro lado da margem, também possui uma importância crucial na vida dos Xerente, pois, além de ter abrigado antigamente várias de suas aldeias, hoje é para onde os Xerente se encaminham em várias ocasiões - como por exemplo, recebimento de aposentadorias, compras de alimentos, vestuário, assistência médica, escolas de primeiro e segundo grau, etc. Miracema do Norte ficou famosa por ter sido escolhida a primeira capital do Estado do Tocantins, em 1989. Com isto, seu nome mudou para Miracema do Tocantins e, em menos de três anos, sua população saltou de 6.000 para quase 20.000 pessoas.

A cidade do Rio do Sono, também possui uma importância fundamental na geopolítica da região. Devido a sua localização, limitando a reserva Xerente a oeste, aquele município encontra-se separado da atual capital do Estado, Palmas, localizada ao sul. Existe uma enorme pressão da população local para que a estrada de terra (TO-230), que corta a reserva Xerente seja asfaltada e para o término da construção de uma ponte sobre o Rio do Sono, iniciada em 1993 e embargada em 1994. O objetivo é o de permitir um acesso com menos obstáculos até a capital. Em contrapartida, é interessante para Palmas este acesso, pois agilizaria o fluxo rodoviário até o município de Lizarda, quase fronteira com o Piauí.

Em 1994 ocorreu um episódio que quase ganhou graves proporções. O então atual governo do Estado começou a construir uma ponte sobre o Rio do Sono, com o objetivo de atender à referida reivindicação da população do Rio do Sono e Tocantínia. Os Xerente, reunidos em "pé de guerra", tomaram a ponte e, depois de uma semana tensa de negociações e ameaças de confronto com a polícia do Estado, o governo estadual acabou por recuar. Em seguida, a obra foi embargada, atendendo uma liminar da Procuradoria da República em Palmas. Com a troca de governo - 1995 - começou-se então um processo de tentativas de aliciamento de lideranças indígenas para dar continuidade a obra, propiciando tensões que até hoje ainda repercutem de maneira negativa na vida social dos Xerente.

Outras duas estradas - TO 010 e TO 245 - atravessam a reserva Xerente, dando acesso de Tocantínia à Pedro Afonso e da primeira, à Aparecida do Rio Negro. A possível pavimentação da TO-010, também tem sido motivo de conflitos entre os Xerente e a população local de Tocantínia. Esta estrada dá acesso direto à capital Palmas, a cerca de 80 km de distância. Uma parte desta estrada - 7 km - atravessa a área indígena Xerente, mais precisamente, a área do Funil, demarcada em 1991. Várias vezes os Xerente da aldeia Funil ocuparam este trecho cobrando "pedágios", no sentido de pressionar as autoridades a controlarem o tráfego intenso de carros, ônibus e caminhões, que por ali trafegam. Os Xerente desta aldeia reclamam sobre o fato de que os ônibus inter - municipais, com destino à Palmas, passam em alta velocidade, não os recolhendo. Como se não bastasse, o Governo do Estado tenta há mais de dois anos conseguir o apoio da população desta aldeia para que aceitem a

pavimentação do trecho citado, através de uma série de promessas. Objeto de várias manifestações da população local de Tocantínia a favor da pavimentação, e de liminares por parte da FUNAI e do Estado, contra e a favor do mesmo respectivamente, o litígio encontra-se atualmente pendente, aguardando a elaboração de um EIA/RIMA para se chegar a uma decisão definitiva. Há de se notar que em nenhum momento da história, os Xerente tentaram interromper estas estradas ou exigir algum tipo de indenização das autoridades responsáveis,

*“...como meio de pressão para atingir suas reivindicações - como fazem os Guajajara no Maranhão, os Gaviões com a estrada de ferro Carajás no Pará e os Kaingang no Paraná e Santa Catarina.” (Azanha & Ladeira, 1996).*

Esta concessão do seu território - o tráfego de caminhões, carros de passeio e ônibus é intenso nestas estradas - pode de uma ora para outra ser revista pelos Xerente, devido o aumento cada vez maior de tensão na região, provocada pelos projetos desenvolvimentistas do Estado do Tocantins. **(Ver anexo IV).**

Toda esta pressão sobre o território Xerente tem causado sérios transtornos ao grupo, com o acirramento dos conflitos políticos internos que, muitas vezes desunido, acaba por deixar escapar possibilidades reais de concretizar projetos econômicos sérios - oriundos do órgão tutor, de universidades, de organizações não governamentais - que apontariam para sua autonomia econômica. Além do mais, muitos dos danos ambientais - causados por uma série de projetos que nada tem haver com o potencial da reserva e do grupo - são praticamente irreversíveis, como veremos mais abaixo.

Todas as iniciativas por parte do governo estadual - construção da Ponte sobre o Rio do Sono, pavimentação das estradas, construção de casas populares dentro da reserva - têm criado uma situação de profunda confusão e divisão na sociedade Xerente. O governo estadual, visando o consentimento das lideranças Xerente no sentido de tornar viáveis os projetos acima citados, tem utilizado de instrumentos inescrupulosos e anti-democráticos para tal objetivo, como a doação de somas em dinheiro, promessa de projetos agrícolas, cestas básicas, etc. Esta situação, que apesar de não ser nova - a história do contato dos grupos indígenas com a sociedade envolvente é repleta deste tipo de iniciativa - foi profundamente intensificada com a criação do Estado do Tocantins, fato este denunciado exaustivamente por várias lideranças Xerente, descontentes com esta situação. Como resultado desta política, a comunidade Xerente encontra-se dividida entre os “favoráveis” às iniciativas do governo e os contrários - estes, apoiados pela FUNAI e pelo CIMI - Conselho Missionário Indígena. Como bem aponta os antropólogos Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira no EIA/RIMA sobre a Hidrelétrica do Lageado:

*“Do ponto de vista Xerente, tal processo de cisão - apesar de inusitado e sem precedentes - pode até representar uma estratégia de sobrevivência com o fim de enfrentar a falência orçamentária da FUNAI e a precariedade física de sua assistência. Porém, as consequências sócio-culturais desta interferência têm sido gravíssimas para o futuro dos Xerente enquanto povo.” (Azanha, G. & Ladeira, M. E., 1996).*

Exemplos da referida ingerência do Estado dentro do território Xerente não faltam. Além das citadas iniciativas - a construção da ponte sobre o Rio do Sono e da contínua tentativa de conquistar o apoio dos Xerente para pavimentação das estradas que cortam a reserva, recentemente (segundo semestre de 1996), foram construídas 24 casas populares na aldeia do Salto, projeto este bancado pelo Governo do Estado, com o desmatamento de cerca de 20 alqueiros goianos de terra para implantação de uma roça mecanizada. Tal fato, novamente, ocasionou uma série de transtornos ao grupo, já que o resto da população Xerente foi alijada do processo. Além do mais - e o que é pior - tal iniciativa vai totalmente contra a tradicional configuração das casas Xerente.

Uma iniciativa desta natureza pode trazer prejuízos irreparáveis ao futuro Xerente, pois aponta para uma provável descaracterização cultural do grupo. Algumas lideranças de outras aldeias apoiaram a iniciativa, e já colocaram suas aldeias à disposição deste tipo de empreendimento. Por outro lado, outras lideranças destacaram o quanto tal iniciativa descaracteriza o grupo, sendo uma afronta a tradição indígena. Infelizmente, não houve qualquer reação do órgão tutor para impedir, ou ao menos, solicitar um estudo sério do impacto cultural e ambiental de tal empreendimento.

No que diz respeito aos danos ambientais, a derrubada de áreas de cerrado no território Xerente - na maioria das vezes, de responsabilidade do Governo Estadual, como contrapartida a apoios eleitorais - é uma constante. O resultado invariavelmente não passa de uma enorme área degradada, pois normalmente o apoio inicial não dura mais do que a derrubada das matas e o fornecimento de sementes - sem a menor organização e planejamento dentro dos padrões de cultivo dos Xerente.

É importante observar o item **6.4** mais à frente, onde está descrito de maneira sucinta os vários projetos governamentais e não-governamentais em curso na região.

Veremos como os Xerente encontram-se “cercados” e pressionados por uma gama de grandes projetos - praticamente por todos os lados de seu território - e devido à desestruturação social do grupo, suas condições de reprodução física e social podem estar extremamente ameaçadas, se providências sérias não forem tomadas

pelas autoridades competentes.

#### 4. POPULAÇÃO ATUAL

O total da população Xerente em 1997 é de **1671** pessoas, distribuídas em 28 aldeias. No quadro abaixo, podemos perceber historicamente um primeiro momento onde ocorreu um decréscimo populacional em virtude do contato com sociedade envolvente e a decorrente redução de seu território tradicional. Num segundo momento, principalmente após a demarcação de seu território, percebe-se um aumento constante da população, apesar das pressões contrárias, já apontadas acima.

#### Dados populacionais sobre os Xerente:

Ano	População	Fonte
1851	2139	Frei Rafael Taggia (estimativa)
1924	1360	Urbino Viana (estimativa)
1935	2000	Júlio Paternostro (estimativa)
1963	330	D. Maybury-Lewis
1982	700	Pastor Rinaldo de Matos
1984	850	Lopes da Silva
1987	1000	D.R.FUNAI – Gurupi/TO
1994	1364	D.R.FUNAI – Gurupi/TO
1996	1571	D.R.FUNAI – Gurupi/TO
1997	1671	D.R.FUNAI – Gurupi/TO

No que concerne ao crescimento populacional Xerente, os dados a seguir não foram colhidos de maneira mais abrangentes, mas é possível tirar algumas conclusões.

O total de óbitos registrados em 1995 foi de 10, contra um total de 59 nascimentos. De janeiro a junho de 1996, foram 4 contra 13, respectivamente (Azanha & Ladeira, 1996). Apesar das precárias condições de alimentação e saúde, os Xerente crescem a uma taxa anual acima dos 6%, o que se deve a alta taxa de natalidade entre as mulheres indígenas no geral. É possível assim, projetar - se mantidas as atuais taxas - que a população Xerente terá no ano 2000 um total de 2000 pessoas. Projetando para 2010, daqui exatamente treze anos, esta total deverá subir para 3700 pessoas.

#### 4.1 Distribuição populacional por sexo e idade.

##### a) Posto Indígena Xerente

	0 a 1		1 a 5		6 a 10		11 a 15		16 a 20		21 a 30		31 a 40		41 a 50		+ 50		Total
	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	
<b>Aldeias</b>																			
<b>Porteira</b>	5	3	16	14	22	20	18	14	13	4	10	12	7	7	5	8	8	2	<b>188</b>
<b>Salto</b>	8	2	18	14	9	14	6	13	12	6	8	8	6	8	5	3	9	3	<b>152</b>
<b>Cercadinho</b>	1	1	5	3	7	6	2	5	5	6	5	5	4	2	0	2	2	1	<b>62</b>
<b>Bela Vista</b>	2	1	5	9	3	10	8	6	5	3	4	7	1	4	3	0	2	0	<b>73</b>
<b>Kariu</b>	1	0	5	3	3	2	4	0	1	1	3	3	3	2	0	0	1	2	<b>34</b>
<b>Vão Grande</b>	1	1	5	5	2	2	5	1	0	1	4	4	1	1	2	0	1	1	<b>37</b>
<b>Piabanha</b>	0	1	2	3	2	1	0	1	0	1	3	2	1	1	1	1	1	1	<b>22</b>
<b>Recanto</b>	1	1	4	5	4	4	3	3	1	4	3	7	0	2	1	0	3	3	<b>49</b>
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>10</b>	<b>60</b>	<b>56</b>	<b>52</b>	<b>59</b>	<b>46</b>	<b>43</b>	<b>37</b>	<b>26</b>	<b>40</b>	<b>48</b>	<b>23</b>	<b>27</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>27</b>	<b>13</b>	<b><u>617</u></b>

## b) Posto Indígena Mirassol

	0 a 1		1 a 5		6 a 10		11 a 15		16 a 20		21 a 30		31 a 40		41 a 50		+ 50		Total
	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	M	f	m	f	m	f	
<b>Aldeias</b>																			
Mirassol	2	1	3	3	2	3	3	3	2	2	1	2	3	2	1	0	1	1	35
Kbawako	1	3	2	4	5	2	2	2	4	5	2	2	5	5	0	0	3	2	49
Jenipapo	2	0	1	1	2	2	1	2	2	2	1	2	1	1	1	0	0	1	22
Zé Brito	1	1	1	1	1	1	2	0	4	4	2	0	0	1	0	0	2	1	22
N. Horizonte	0	1	2	3	1	3	1	2	0	1	2	1	2	1	2	0	0	1	23
Lageado	1	3	2	2	6	2	2	5	0	0	5	0	0	1	2	1	3	3	38
Traira	2	1	4	4	3	4	2	5	2	3	3	5	1	1	1	2	1	2	46
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>19</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>235</b>

## c) Posto Indígena Funil

	0 a 1		1 a 5		6 a 10		11 a 15		16 a 20		21 a 30		31 a 40		41 a 50		+ 50		Total
	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	M	f	m	f	m	f	
<b>Aldeias</b>																			
Funil	9	4	18	14	18	17	15	10	11	6	13	13	7	7	5	5	6	8	186
Centro	4	1	5	7	3	7	2	5	1	2	2	4	3	3	2	2	1	1	55
Serrinha	10	2	4	8	7	9	9	3	10	8	12	15	10	14	6	10	2	2	141
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>7</b>	<b>27</b>	<b>29</b>	<b>28</b>	<b>33</b>	<b>26</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>16</b>	<b>27</b>	<b>32</b>	<b>20</b>	<b>24</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>382</b>

## d) Posto Indígena Rio Sono

	0 a 1		1 a 5		6 a 10		11 a 15		16 a 20		21 a 30		31 a 40		41 a 50		+ 50		Total
	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	M	f	m	f	m	f	
<b>Aldeias</b>																			
Rio Sono	3	3	11	9	11	6	9	5	5	5	9	6	2	6	3	2	4	6	105
Brejinho	1	2	3	6	7	4	3	3	1	1	2	5	3	0	0	0	2	1	44
Baixa Funda	4	0	3	3	2	6	3	4	3	0	3	4	3	1	2	1	0	1	43



Rio Preto	1	1	1	1	3	5	0	2	1	2	1	0	2	1	1	1	0	0	23
Sangradouro	2	0	3	2	2	5	2	1	0	1	2	2	2	3	0	0	0	0	27
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b><u>242</u></b>

e) Posto Indígena Brejo Comprido

	0 a 1		1 a 5		6 a 10		11 a 15		16 a 20		21 a 30		31 a 40		41 a 50		+ 50		Total
	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	M	f	m	f	m	f	
<i>Aldeias</i>																			
<b>B. Comprido</b>	3	1	7	7	3	5	5	5	3	1	4	4	3	2	1	2	2	3	<b>61</b>
<b>Bom Jardim</b>	2	2	1	6	2	2	5	1	1	1	3	3	2	1	1	2	2	1	<b>38</b>
<b>Aldeinha</b>	2	4	5	2	5	5	2	2	3	4	4	4	1	1	1	1	1	2	<b>49</b>
<b>Água Fria</b>	2	1	2	1	5	2	5	5	2	2	3	4	4	4	1	1	1	2	<b>47</b>
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b><u>195</u></b>

**4.2 GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL ENTRE OS XERENTE - SEXO E IDADE**

## 5. MODO DE VIDA E USO DE RECURSOS NATURAIS

### 5.1 Organização Social e Meio Ambiente

#### 5.1.1 Aspectos da Morfologia Social

Entre os vários grupos indígenas que compõem a sociedade brasileira, os Xerente pertencem à família linguística Jê do tronco Macro-Jê. Autodenominam-se *Acuem*, da mesma forma que os Xavante do Mato Grosso, os Xakriabá de Minas Gerais e os já extintos, Acroás. Todos estes grupos, conjuntamente com os Kaiapós, Kraôs, Goiás, Karajás, Javaés, e uma infinidade de outros grupos, dominavam todo o território do centro-oeste brasileiro antes da invasão das frentes de expansão não-indígenas. Estes grupos são denominados na literatura de viajantes, bandeirantes e missionários - antes do século XVIII - como *Tapuias*, em oposição aos grupos *Tupi*, localizados no litoral brasileiro.

Os estudos sobre os Jê apontam como sua característica principal a convivência de um sistema tecnológico "simples" - quer dizer, adaptado as condições ambientais - e com um sistema social extremamente complexo. Todo o universo sociocultural destes povos organiza-se através de um dualismo estrutural gerador de uma multiplicidade de sistemas de metades nos planos sociais das relações de parentesco, de trabalho, de rituais, de faixas etárias, de gênero, etc. Isto encontra expressão em complexos rituais, organizados a partir de grupos cerimoniais masculinos, grupos de nomeação, classes de idade, times esportivos, etc.

Os Xerente especificamente mantêm ainda com uma vitalidade espantosa a sua língua materna - as crianças de até 5 anos são monolíngues, isto é, só falam a língua materna. Já os adultos, devido ao longo contato com a sociedade regional, utilizam-se da língua materna no dia a dia nas aldeias, ou em momentos solenes diante de autoridades. Quando defrontados com não-índios, falam fluentemente o português.

Os Xerente possuem um ordenamento social complexo que inclui grupos sociais específicos - metades, clãs, linhagens e grupos rituais (Lopes da Silva & Farias, 1984). A base deste ordenamento está centrada numa divisão em duas metades sócio-cosmológicas - *Siptato* e *Sdakraã*, associadas respectivamente ao Sol e a Lua, que organizam todo seu sistema social, econômico, político, cultural e de parentesco. Tais metades são exogâmicas - o indivíduo é proibido de casar dentro da própria metade. A organização dos clãs - ver mais abaixo - é patrilinear, ou seja, a linhagem familiar é passada de pai para filho, ou de tio paterno a sobrinho. A regra de residência é uxorilocal - o genro, após o casamento, vai morar junto ao sogro.

O quadro abaixo descreve a organização das metades e de seus respectivos clãs, em três momentos diferentes da história Xerente. Nota-se que, apesar do antigo contato do grupo com a sociedade regional, as alterações em sua estrutura organizacional são praticamente nulas .

As diferenças existentes - as compilações dos dados foram efetuados a cada 25 anos - são quase que totalmente oriundas do modo de grafar os termos.

<b>O modelo de Nimuendajú (anos 30)</b>		
Metades	I. Sdacrã ou Wairí	II. Siptato ou Doí
Clãs	<i>Kreprenhi</i>	<i>Kuze</i>
	<i>Isauré</i>	<i>Isibdu</i>
	<i>Isruríe</i>	<i>Kbazi</i>
	<i>Krozaké</i>	<i>Praze (Klitó)</i>
<b>O modelo de Maybury-Lewis (1956/1963)</b>		
Metades	I. Wairí	II. Doí
Clãs	<i>Wairi</i>	<i>Kuze</i>
	<i>Krozaké</i>	<i>Kbazi</i>
		<i>Klitó</i>
<b>O modelo de Lopes da Silva e Farias (1985)</b>		
Metades	I. Wahirê	II. Doí
Clãs	<i>Wahirê</i>	<i>Kuzō</i>
	<i>Krozakéisaptorê</i>	<i>Kbazi</i>
	<i>Krozakétopá</i>	<i>Isibdu (Klitó)</i>
	<i>Kremprehí</i>	

Fonte: Lopes da Silva e Farias - 1985

As duas metades e seus respectivos clãs possuem entre si uma rede de deveres e obrigações recíprocas, que organizam toda vida social Xerente - casamentos, funerais, nomeação masculina e feminina, etc.

As relações de parentesco são fundamentais na organização da vida social Xerente. Os casamentos são exogâmicos - quer dizer, necessariamente o homem e a mulher devem pertencer respectivamente a um dos clãs de cada metade. As relações políticas - expressas em rituais e na pintura corporal - também dependem de uma série de deveres e direitos dados pelas relações de parentesco. Cada clã, grupos de descendência patrilinear, possuem um lista de nomes que são passados de pai para filho, de tio para sobrinho, identificando assim a localização do indivíduo no universo sociopolítico Xerente.

Lopes da Silva e Agenor Farias (1985), demonstraram que a pintura corporal é uma linguagem social através da qual se expressa a filiação de cada Xerente aos grupos que compõem sua sociedade. Os Xerente ( adultos ) pintam seu corpo só em ocasiões rituais, diferentemente de outro grupos Jê que o fazem cotidianamente - como os Kaiapó ou os Kraó. Só as crianças que podem ser pintadas desta maneira, sendo utilizados motivos que expressam a ordem do tamanduá e da onça, animais que possuem presença constante nas narrativas míticas Xerente. A onça, por exemplo, foi responsável por ensinar aos Xerente o uso do fogo (Nimuendajú,1942).

As pinturas entre os Xerente adultos podem estar relacionadas à várias esferas da organização da vida social e cerimonial Xerente - classes de idade, partidos da festa, partidos da tora, funerais, etc.

Nos cerimônias clânicos - onde são ritualizados as tradicionais relações entre os "partidos" (outra maneira dos Xerente se referirem a seus clãs) - dois motivos básicos orientam a identificação social de cada um deles: o traço, que indica que o indivíduo pertence a um dos clãs da metade *Wahirê/Sdacrã*, e o círculo, que identifica os indivíduos pertencentes aos clãs da metade *Doi/Siptató*. Para a confecção desta pintura os Xerente utilizam os seguintes elementos: para obter o preto, utilizam o carvão, misturado com pau-de-leite; o vermelho, é obtido através das sementes de urucum; o branco, com penugem de periquito ou de algodão. Estas são as cores básicas da pintura corporal Xerente. Além disto, os indivíduos, antes da pintura, untam seus corpos com óleo de babaçu. Os detalhes - círculo ou traços - são esculpidos em pedaços de miolo de tora de buriti.

Nas famosas corridas de tora de buriti, cada um dos times -*Steromkwá* e *Htamhã*- carregam uma tora esculpida e ornamentado com motivos relacionados respectivamente às figuras da sucuri e do jabuti. Os pajés têm a responsabilidade de ornamentar as toras, para solicitar a proteção dos espíritos da mata.

Na festa de nomeação masculina, descrita resumidamente logo abaixo, fica evidenciada mais uma vez a vitalidade da tradição cultural Xerente . Nota-se uma clara referência aos vários componentes da natureza que são mediados simbolicamente através de suas apropriações culturais - plantas, espaços geográficos, adornos, etc - bem como, as relações de reciprocidade intragrupal, que incluem velhos, homens, mulheres, crianças, pajés.

*“Os velhos se reúnem, no pátio central, e decidem publicamente cada nome a ser dado aos meninos e rapazes. A participação dos velhos nesse momento é fundamental , pois cada patriclã passou um conjunto específico de nomes masculinos, e cada indivíduo só deve receber um nome do seu próprio clã. Depois são realizadas danças masculinas e cantos. No dia seguinte, os homens adultos, após se reunirem no pátio, vão para o mato preparar os adornos a serem utilizados na festa. Pela metade do dia duas mulheres se juntam ao grupo, compondo com dois outros homens os pares cerimoniais - Dakumnrukwa. Estes pares, serão responsáveis por cantar os nomes no momento final da imposição dos mesmos. A tarde o velho pajé , chefe cerimonial da aldeia, se reúne ao grupo a fim de dar início a festa. Cada nome a ser atribuído é anunciado publicamente pelos Dakumnrukwa. A cerimônia encerra-se no outro dia com corridas de tora de buriti.” (Lopes da Silva e Farias,1984:101).*

A religiosidade tradicional Xerente está associada diretamente aos vários elementos que compõe a natureza que os cerca. A descrição abaixo do mito de origem do mundo, segundo os Xerente, expressa com profunda clareza esta associação:

*“ O sol - B'dê - que é o Deus criador, é casado com a lua - Uá - que é a mãe de tudo e, por isso, exerce geral influência. Tendo criado os animais, as plantas, a terra, o homem, deu a fala aos bichos, que sabiam tanto ou mais que o homem; e , enquanto eles usavam as plantas para comer, o homem se alimentava dos vermes da terra ou de paus podres, e nem conhecia o fogo. Isso era castigo, porque o homem desconheceu ao Sol como pai e criador. Mas os animais ensinaram o homem a usar das plantas e aplicar o fogo na feitura das roças e no assar as carnes e raízes comestíveis (...) foi a anta que lhe ensinou o uso do inhamé; a perdiz, o do mendobi; o cachorro da taioba; a onça, o da mandioca, ensinando também o uso do fogo e como poderia obtê-lo. Mas, de todos os presentes, foi o rato quem lhe fez melhor : o milho. Ensinando o uso dos vegetais ao homem, os animais perderam o uso da fala.” (Urbino Vianna,*

1927:46)

É claro que, com os processos de evangelização missionária - católica e , posteriormente, protestante - sua tradição religiosa tem sofrido uma grande influência de outros valores. Mas, em nenhum momento, mesmo aceitando e ressignificando os novos valores destas religiões, os Xerente abandonam suas crenças tradicionais, como eles mesmo relatam hoje em dia. O trecho abaixo, assinala com clareza este fato:

*“O céu para eles é uma aldeia grande, onde o Sol e a Lua vivem, e onde se vão reunir os índios que morrem. O céu do cristão é outro; e daí entendem que os índios que mudam de religião vivem separados na outra vida”* (Urbino Vianna, op. citada)

### **5.1.2 Política e territorialidade**

Extremamente políticos, organizados em clãs , facções e “partidos” - inseridos na lógica das metades exogâmicas patrilineares - vários agrupamentos políticos vivem em constante competição, buscando sempre que possível a liderança de cada uma das aldeias. Este fato, tradicionalmente proporciona - através de "rachas" - um aumento de aldeias e de caciques e, por conseguinte, novos arranjos políticos, sociais e cerimoniais. Entretanto, tais alterações não implicam necessariamente na rejeição nem dos vínculos parentais, nem coloca em cheque a unidade interna do grupo. Pelo contrário, este mecanismo é fundamental para a manutenção do equilíbrio da vida política e social dos Xerente.

Segundo Agenor Farias (1990),

*“A partir da filiação às metades exogâmicas e aos clãs patrilineares, os Xerente constroem a base de sua sociedade. Tais instituições são hoje das mais fundamentais pois localizam o indivíduo no plano da aldeia e no plano mais amplo da sociedade Xerente como um todo. A partir destes referenciais, os Xerente constroem sua sociedade dual e compõem os agrupamentos políticos que tanto caracterizam suas aldeias, constantemente divididas em pelo menos duas facções diferentes”* (Farias,1990).

Esta forma de arranjo político, responsável pelo equilíbrio tradicional da sociedade Xerente, tem sofrido uma série de influências , causando uma fragmentação das aldeias nunca vista em sua história. Entre estas influências, podemos destacar pelo menos três com total segurança.

Primeira, a constante ameaça de invasão de seu território por indivíduos interessados no pouco que resta de suas caças e madeira - além de empreendimentos governamentais que não contam com o consentimento total da comunidade Xerente - tem levado famílias à ocupação de locais estratégicos para a manutenção da integridade do território. O caso que melhor exemplifica isto é o da fundação, em 1994, da aldeia Kbwekõ, também chamada de “Aldeia da Ponte”. Ali, algumas famílias vivendo em condições precárias, fiscalizam o embargo da ponte sobre o Rio do Sono pela Justiça Federal .

Segunda, pela exaustão do solo - extremamente arenoso na quase totalidade da reserva, principalmente na beira do Rio Tocantins - as famílias se vêem obrigadas a procurar outros locais mais propícios não só à agricultura, como também, para as práticas de caça e da pesca.

Terceira, podemos afirmar com certeza ser a influência mais nefasta ao equilíbrio social Xerente, a política de divisão das lideranças Xerente, que começou a ser implementada pelos governos estaduais do Tocantins durante o início da década de 90 e que teve seu auge no episódio da tentativa de construção da ponte sobre o Rio do Sono. Esta política se pauta pelas tentativas declaradas de aliciamento de caciques e lideranças Xerente - oferta de cestas básicas, quantias em dinheiro, gado, projetos de agricultura mecanizada, etc. Tal fato tem duas implicações básicas: primeiro, lideranças de facções não contempladas com tais recursos, juntam seus parentes e aliados políticos mais próximos e fundam outra aldeia, sem a menor infra-estrutura à espera das promessas governamentais. Segundo, os prejuízos a união interna dos Xerente são imensos, pois tal política acaba por dividir a comunidade entre os “favoráveis” - normalmente os grupos contemplados com as benesses governamentais - e os desfavoráveis a este tipo de iniciativa.

Tanto parte da comunidade Xerente - através de cartas abertas à população - como a FUNAI , o CIMI e a Procuradoria da República, têm denunciado esta prática já algum tempo, mas infelizmente, por insensibilidade ou por inescrupulosidade, o Governo Estadual e seus aliados na cidade de Tocantínia não demonstram a menor vontade para por fim prática tão nefasta.

Outra decorrência deste vínculo é que as novas aldeias, em sua grande maioria, estão sendo construídas na beira das estradas que cortam a reserva. Assim, torna-se mais fácil o trânsito dos Xerente para a cidade , dependentes agora de toda sorte de recursos provenientes tanto da Prefeitura de Tocantínia como do Governo do Estado do Tocantins.

Para se ter uma idéia da gravidade desta questão, das 7 aldeias que existiam em 1987 (Farias,1990), nos dias atuais, a área Xerente encontra-se dividida em cerca de trinta aldeias, sendo que a maioria possui



precárias condições de assistência a saúde, de educação, de saneamento básico e transportes, como veremos no item 7.

## 5.2 Exploração do Meio Ambiente

### 5.2.1 Tipo de relação específica

Os Xerente, como os demais grupos Acuen, tradicionalmente exploravam o meio ambiente principalmente através da caça e da coleta, associadas a uma agricultura de coivara complementar. Devido a tais características básicas de subsistência, a necessidade de um amplo território sempre foi fundamental para a constituição e a reprodução do grupo. Não é por acaso que a identidade masculina Xerente está associada diretamente a condição de cada homem enquanto “bom caçador”, “andarilho” e “corredor” (Wenzel, 1995).

*“Os Xerente são principalmente caçadores, entregando-se a um tipo de caça coletiva exercida por intermédio das associações; a presa, no fim da jornada, é distribuída igualmente entre todos os membros.(...) Não é difícil notar a importância da caça na vida dos Xerente; ela ou seus produtos figuram em todos os cerimoniais. A cerimônia digna de maior nota, ‘O Grande Jejum’, tem a caçada entre os seus ritos; as festas de dar nome aos meninos, que se sucedem pelo ano a fora, também contam com a caçada entre as obrigações; e a solenidade final da festa Wakedi é uma grande caçada. Por outro lado o consumo de carne assume aspecto ritual nas cerimônias; na do casamento, os pais da noiva fazem um grande pastel de carne, que a noiva deve servir ao futuro esposo em vasilha nova e ornamentada, enquanto a mãe serve do mesmo aos futuros sogros - é o rito mais importante do casamento. Na designação do novo chefe figura também o rito da distribuição dos pastéis de carne. Os tabus alimentares se referem sempre a carne, enquanto produtos da lavoura - milho ou mandioca - podem ser ingeridos mesmo durante o Grande Jejum” (Nimuendajú apud Pereira de Queiroz, 1953:102 - Ver também, Lopes da Silva e Farias, 1985)*

Com o contato com as frentes de expansão e a conseqüente diminuição de seu território tradicional, os Xerente viram-se obrigados cada vez mais a concentrarem seus esforços nas atividades relacionadas à agricultura. É claro que esta nunca deixou de ser um complemento importante na sua dieta básica - o uso da

mandioca e do milho, por exemplo, provêm de tempos imemoriais.

### 5.2.2 *Ciclo sazonal*

As atividades de caça, pesca e coleta, bem como, da agricultura, estão intimamente associadas ao conhecimento que os Xerente possuem sobre a natureza, suas potencialidades e limites. Assim, a descrição que se segue é fundamental para podermos perceber a configuração do seu ciclo anual de exploração do meio-ambiente, estando implícitas as pressões sobre seus recursos naturais e suas perdas, muitas delas irreversíveis, advindas do contato com a sociedade envolvente.

O ciclo de atividades Xerente se divide, como para a maioria das populações indígenas, entre a estação das secas - chamada pelos próprios de *verão* - e a estação das chuvas - chamada de *inverno*. A primeira, compreende os meses de maio a setembro, enquanto a segunda, os meses de outubro a abril. Através destes fenômenos climáticos, os Xerente organizam suas atividades de plantação, de caça e de pesca, como veremos a seguir.

#### a) **Atividades de Caça**

Utilizando o sistema de espera, normalmente no período noturno, os Xerente caçam uma série de animais - tanto da mastofauna como da avifauna - como descritos nos quadros mais abaixo. É preciso deixar claro que, como já foi indicado anteriormente, a caça tem se tornado uma raridade, se não na sua diversidade, com certeza na sua abundância, como fazem questão de afirmar os próprios Xerente.

Há certos animais que são proibidos de se caçar - a onça, o jacaré e a preguiça são alguns deles. Tal proibição é derivada da relação simbólica que os Xerente possuem diante de vários elementos que compõe a natureza. Urbino Vianna (1927) descreve a fala de um velho Xerente a este respeito:

*“A carne do bicho tem as qualidades do bicho; que come a onça fica bravo; que come a preguiça fica preguiçoso; que come o jacaré fica traiçoeiro.”* ( Urbino Vianna, op. citada).

No mesmo sentido, os Xerente crêem na existência de um espírito da mata que protege e regula as atividades de caça, conforme descrito no trecho a seguir:

*“O bicho do mato, rei ou governador das caças, é um caboclo grande e cinzento, que não*

*permite que se mate bicho novo, nem que esteja amamentando; interdita a caça as fêmeas, e, si isso acontecer, é preciso um voto propiciatório: levar-lhe um beijú e deixá-lo no mato para o bicho, ao contrário, o caçador será sempre infeliz.” (Urbino Vianna, op. citada)*

É importante relatar a descrição recente de Agenor Farias (1990) sobre a captura de uma anta numa aldeia Xerente, pois reafirma o quanto a sua cultura tradicional continua viva, conforme temos apontado durante este relatório.

*“Quando a anta é abatida, o caçador vai até a aldeia buscar ajuda dos homens que nela se encontram. A carne desse animal é retalhada no próprio local de caçada. É uma atividade masculina. Cada homem que participou desse retalhamento traz seu pedaço de carne para casa e o entrega para a mulher. As mulheres encarregam-se de redistribuir a carne no âmbito da aldeia, contemplando famílias que não participaram da partilha realizada pelos homens no mato.” (Farias, 1990:70)*

Percebemos assim que o entrelaçamento da economia, das relações com o meio ambiente, da cosmologia, das redes de parentesco e todas as demais relações, são constitutivas do modo como os Xerente se vêem no mundo, o que implica numa conclusão óbvia: a preservação de seu território é condição fundamental para a preservação de sua vida social.

O quadro abaixo refere-se a dados coletados por Farias entre 1984 e 1987, e indicam o padrão de atividades de caça de algumas espécies de animais existentes em seu território.

<b>Período</b>	<b>Tipo de caça</b>	<b>Quantidade</b>
maio/agosto	anta	2 ou 3 unidades abatidas por ano, por aldeia
ano todo	paca	2 ou 3 unidades abatidas por noite, por caçador
ano todo	caititu	8 a 10 unidades abatidas por ano, por caçador
ano todo	veado	Esporadicamente, por caçador

A lista abaixo indica os tipos de animais (mastofauna e avifauna) que os Xerente tradicionalmente são habituados a caçar:

Xerente	Popular	Xerente	Popular
<b>Kdâ</b>	Anta	<b>wiki</b>	perdiz
<b>ti wawe</b>	Ariranha	<b>kratu wawe</b>	galinha d=água
<b>Kuhârê</b>	Caititu	<b>poze</b>	veado
<b>Kumdâ</b>	Capivara	<b>mnkum wawe</b>	marreco
<b>kru npokr porL</b>	coelho(do mato)	<b>kuhã</b>	queixada
<b>Kro</b>	Macaco	<b>kru bã</b>	preá
<b>Akka</b>	Mutum	<b>kuti zdazu</b>	rã
<b>Krawa</b>	Paca	<b>wrnku</b>	tatu
<b>Mnku</b>	pato (do mato)		

#### b) Atividades de plantio e coleta.

Como já foi indicado, a prática da agricultura tem ocupado com o passar do tempo - devido ao escasseamento da caça e da pesca - um papel cada vez mais importante na dieta dos Xerente. Antes do contato, plantavam milho, feijão e abóbora, que são plantas resistentes que não exigem cuidados. Os primeiros missionários católicos e posteriormente, o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), tentaram insistentemente persuadir os Xerente a cultivar outras plantas, especialmente, o arroz, o aipim e bananas. Explica-se. Previamente

que a vida de nomadismo que os Xerente levavam - dada através da caça e da coleta - brevemente sofreria uma seria restrição, devido à chegada incessante de novas frentes de colonização. Assim, percebiam que se os Xerente não adaptassem suas vidas a uma fração restrita do seu antigo território e, se não direcionassem suas atividades à agricultura, correriam o grave risco de desaparecer. Foi assim que os Xerente passaram a se dedicar cada vez mais às atividades de agricultura.

Estas atividades estruturam-se, nos dias atuais, da seguinte maneira. Nas roças, as atividades coletivas são efetuadas por um grupo de pessoas que compõem o mesmo segmento residencial - os pais, filhos solteiros, as filhas casadas e os genros. Entre tais atividades estão: cortar, derrubar e atear fogo no mato. O plantio e a colheita são feitos separadamente, de acordo com as famílias envolvidas. Existem roças isoladas - em várias partes da reserva - feitas por uma só família ou por uma aldeia, dependendo do local e do tamanho. A divisão do trabalho na roça é efetuada da seguinte maneira:

*“Ao homem cabe brocar (cortar e derrubar), e plantar. Após, aproximadamente, dois meses de plantio, manter a roça limpa através da capina que é feita com enxadas. A mulher trabalha na coivara. Junta pedaços de pau, garranchos do mato para ajudar na limpeza e melhor aproveitar a queimada. A colheita é uma atividade que a mulher desenvolve junto com o homem” (Farias, 1990: 69).*

<b>Período</b>	<b>Atividades</b>
Abril/maio	Colheita de arroz
Junho/julho	Período de broca: roçar, limpar e derrubar os “paus”
agosto	Colheita : inhame. Deixam a derrubada secando
Setembro	põem fogo e realizam a coivara
Outubro/novembro	Plantio: arroz, mandioca, milho e feijão
Janeiro	não há atividades. Só em caso de atraso nas etapas anteriores

Fevereiro	Colheita do arroz
março	Colheita do arroz

Fonte: Agenor Farias, 1990.

A coleta sempre foi o ingrediente mais importante na dieta básica dos Xerente. Colhem mel, diversos frutos, raízes e plantas medicinais. Além disso, os Xerente coletam material para confecção de artesanato.

Segundo Maybury-Lewis (1984), “...sem a caça, a cultura Xavante seria muito diferente; mas sem a coleta, os Xavante não seriam jamais capazes de existir”. Os mesmo raciocínio pode ser aplicado aos Xerente. A caça é um atividade a qual sua eficácia depende de uma série de fatores. Entretanto, a coleta de raízes, cocos (de babaçu) , frutas e palmitos, é praticada cotidianamente, fornecendo uma dieta nutritiva embora, quase exclusivamente composta de amido.

De acordo com Farias (1990:69), a atividade de coleta segue o seguinte padrão:

*“ É quase sempre realizada pelo grupo familiar. Homem, mulher e filhos vão para o mato em busca de sementes, brotos de buriti, embira e cocos de babaçu. Nessa época, aproveitam para iniciar a temporada de caça com a prática da espera”*

O quadro abaixo descreve os diversos tipos de plantas cultivadas e coletadas pelos Xerente, em seus mais variados usos:

Xerente	Popular	Uso	Variedade	Xerente	Popular	Uso	Variedade
Amsi	abacaxi	alimentação	1	kuzapo	abóbora	alimentação	3
zu pa prê	açafrão	alimentação	1	kbazi	algodão	ornamento	1
Sezâ	amendoim	alimentação	4	kunerê	araça	alimentação	1

		çãõ				çãõ	
Kakrã	bacaba	alimenta çãõ	1	hespô krã	banana	alimenta çãõ	10
sãnmã wawe	barbatimão	medicinal	1	kumdi	batata	alimenta çãõ	2
wdê krãi prê	cajá	alimenta çãõ	1	mkõitorã	cajú	alimenta çãõ	1
Duzê	cana-de açucar	alimenta çãõ	2	nrõ	coco	alimenta çãõ	4
wazum zã tê po	fava	alimenta çãõ	4	wazumzã	feijão	alimenta çãõ	2
wdê hã sku	gameleira	medicinal	1	zu pa karê	gengibre	medicina 	1
zã zumrê	gergelim	Medicinal	1	mkõini	inhame	alimenta çãõ	2
wdê krã	jenipápo	corante	1	wasterê	jurubéba	medicina 	1
wdê krã kuze	laranja	alimenta çãõ	1	romkrãi kuzerê	limão	alimenta çãõ	2
wdê hê krãitirê	mamão	alimenta çãõ	1	kupã	mandioca	alimenta çãõ	5
wdê krãi po	manga	alimenta çãõ	1	kritó	mangaba	alimenta çãõ	1
kbawasku krã	maracujá	alimenta çãõ	1	wdê kru krã	melancia	alimenta çãõ	1
Nõzã	milho	alimenta	4	kru zasi	mucuíba	medicina	1

		ção					
wdê kwasá	krãĩ oiti	alimenta ção	1	nrõkwatetb ê	olho-de- cabra	aartesan ato	1
ssu waipô	olho-de- buriti	artesanat o	1	brudu	pau-brasil	artesana to	1
Kbarê	pequi	alimenta ção	1	wdê pa kuzê	pra-tudo	medicina 	1
Pizu	buriti	artesanat o	1	remrã	aroeira	medicina 	1
Kuwaikrê	angelim	medicinal	1	nrõ wdê	babaçu	vários	1

### c) Atividades de pesca

A atividade da pesca, que já foi uma importante fonte de alimentação para os Xerente, tem declinado progressivamente com o passar dos anos, devido à pressão sobre os recursos da região, da mesma forma que a caça. O rio Tocantins, que já foi uma fonte das mais variadas espécies de peixe, teve um decréscimo acentuado nos últimos 15 anos, em virtude principalmente, das construções das barragens de Tucuruí, e mais recentemente, de Serra da Mesa.

Assim, o que resta de pescado na região da reserva concentra-se nos afluentes do Rio Tocantins que a cortam. Até quando haverá pesca nestes ribeirões é uma incógnita pois grande parte deles têm suas nascentes fora da reserva, em fazendas circunvizinhas.

Os Xerente praticam nestes ribeirões, além da pesca com anzol, a tradicional pesca com *tingui* que:

*“É um tipo de cipó existente na região, que tem a propriedade de entorpecer os peixes dos pequenos riachos que cortam as matas da reserva. Devido à abundância de peixes abatidos, que essa prática permite, a pesca com o tinguí é sempre planejada coletivamente. Todos da aldeia participam. A época apropriado é o mês de setembro. Perto da meia noite começam a bater o tinguí no riacho previamente escolhido. Batem muito, numa distância aproximada de*



*duas léguas. Depois, com a luz do dia vão flechando os peixes, matando com facão e, mesmo, apanhando com as mãos, já que os peixes ficam completamente dopados, devido a alta quantidade de tingui utilizada” (Farias, 1990:70).*

Não se trata em hipótese alguma de alguma espécie de degradação ambiental. Pelo contrário, esta prática - ancestral de vários grupos indígenas - é extremamente adaptada as condições do meio-ambiente, com uma série de regras que vão deste o período exato para exercê-la, até a quantidade aplicada de *tingui* - de acordo com a demanda do grupo.

As regras e o manejo correto dos elementos do rio e sua importância simbólica na vida Xerente pode ser verificada no seguinte trecho:

*“No rio, há o caboclo d’água, que não permite pescar na ocasião da desova, nem os peixinhos. Faz naufragar a canoa do temerário e leva-o para o fundo do rio, onde mora também a mãe d’água, que tem o seu palácio no rebojo das cachoeiras grandes.” (Urbino Vianna, op. citada).*

No quadro abaixo estão relacionados os principais tipos de pescado consumidos tradicionalmente pelos Xerente:

<b>Xerente</b>	<b>Popular</b>
Skrêzaromkwai	facão
po kmõ ne	fidalgo
Sdacrbo zawre	jaú
tpê hêre ktorê	ladino
tpê ka	lambari

Sdacrbo rdu	mandi
Waikwa ka	pacu
tpê npre	papa-terra
Waikwa kwa pre	piranha
tpê nõkrkwa	sardinha
Suwara sdakre	tucunaré
Zu	traíra
tpê npre	curumatá
tpê bâ	arraia
tpê hêrdu	baiacu
sdacrbo ka	barbado
tpê hrê pa	bico-de-pato
tpê wta kturê	bicudo
tpê zdawarê	braúna
Danmizahâ	camarão-de-água-doce

tpê kburõi	casudo
suwara sdakre	corvina
Wra	caranguejo
ktê zru nikwazi	corró
waikwa dup krã	tambaqui
tpê zaro	dourado

### 5.2.3 *Ecossistemas explorados*

Os Xerente, assim como os Xavante, gostam do cerrado por sua amplitude, por ser aberto em comparação à floresta tropical, encontrada em todo o seu território nas matas-de-galeria que se formam ao longo de todos os cursos d'água. Apreciam as matas ciliares porque nelas sempre encontram água e muita abundância de raízes e frutas - base diária de sua dieta. É aí também, que se encontra o melhor solo para o cultivo de suas roças. Além disso, estes lugares são geralmente bons para caçar, pois os animais se sentem atraídos pela sombra fresca e úmidas destas matas. Constróem suas aldeias sempre em campo aberto, sobre solo limpo. (Maybury-Lewis, 1984).

As roças de toco - **bru** - localizam-se em sua grande maioria, nas imediações das aldeias, junto à ribeirões e córregos próximos à matas-de-galeria.

Outro tipo de roça de toco muito utilizada pelos Xerente localiza-se em quase toda margem do Rio Tocantins que pertence à reserva. (Cerca de 12 km de extensão, entre os Rio Gorgulho, divisa ao norte e o Rio Piabanha, divisa ao sul - abaixo de Tocantínia). Outros 7 km de margem do Rio Tocantins pertencem ao outro lado da reserva, rio acima da cidade de Tocantínia, Aldeia do Funil. Estas roças - as chamadas áreas de várzea

- dependem exclusivamente do ciclo natural de alagamento do Rio Tocantins na época das cheias. Existem atualmente três aldeias - Salto, Porteira, e Bela Vista - que devido as suas localizações , a menos de 500 m do rio Tocantins , exercem este tipo de atividade, bem como, atividades de pesca e abastecimento de água. O trecho pertencente ao Funil, apesar de distar cerca de 10 km da aldeia, também é utilizado para a cultura de várzea, mas com menor intensidade.

Como veremos mais adiante ( **item 7** ) o abastecimento de água é precário na maioria das aldeias, sendo necessário cotidianamente a sua busca nos córregos e ribeirões através de utensílios domésticos - baldes, panelas, etc - e o que é pior, sem nenhuma espécie de tratamento sanitário. Este quadro precário se agrava acentuadamente durante a época da seca.

A atividade da pesca, como já dissemos, ainda é um importante complemento na dieta alimentar dos Xerente. Apesar do escassear da mesma, os Xerente pescam em vários afluentes do Rio Tocantins , bem como - em menor grau - nele mesmo. Os locais mais privilegiados para esta atividade são os seguintes:

<b>Xerente</b>	<b>Popular</b>	<b>Localização</b>
Kâ waku	Ribeirão Piabanha	Afluente do Rio Tocantins, limita a reserva ao sul com a cidade de Tocantínia. Abastece a maioria das aldeias do P.I. Xerente, além das aldeias Centro e Serrinha.
Mrã zawrerê kâ	Ribeirão do Jenipapo	Afluente do Rio do Sono, abastece as aldeias do Jenipapo, Sangradouro, Bom Jardim e Brejo Comprido, entre outras.
Kâ waktû	Ribeirão do Rio Preto	Afluente do Ribeirão Piabanha, abastece as aldeias Rio Preto, Baixa Funda e Aldeinha, entre outras.
Kri wahâ kâ	Ribeirão Gorgulho	Afluente do Rio Tocantins, limita a reserva ao norte com a cidade de Pedro Afonso.
Ktê ka kâ	Rio do Sono	Afluente do Rio Tocantins, limita toda a extensão da reserva a oeste com a cidade do Rio Sono. Várias aldeias estão localizadas à sua margem: Kubawekô, Novo Horizonte, Jenipapo, Sangradouro e Rio do Sono.

Kâ wawe	Rio Tocantins	Limita a reserva a leste com a cidade de Miracema. Aldeias localizadas a sua margem: Bela Vista e Porteira ; um pouco mais distante, Salto. É limite também da aldeia do Funil.
---------	---------------	---

A caça e a coleta são exercidas na reserva como um todo. A primeira inclusive é praticada fora da mesma, nas imediações do município do Rio do Sono - área de localização de uma antiga aldeia chamada de "Paneiros". Neste local, hoje em dia, existe uma fazenda de propriedade privada.

A paca, o quati, o tamanduá, a ema, a siriema, várias espécies de macaco, veado catingueiro e a capivara são as caças ainda mais facilmente encontradas. O caititu e a anta, muito abundante até pouco tempo atrás, têm sido encontradas com menor facilidade. Entre os frutos mais coletados estão a manga, o pequi, a mangaba, o buriti, o buçá.

Algumas áreas de mata fechada que ainda restam na reserva - florestas de galeria que compõem a paisagem do cerrado - são locais mais preservados dentro da reserva. Vários são os motivos que explicam esta preservação. Entre eles está o fato de que alguns destes locais são considerados sagrados pelos Xerente, pois estão relacionados com a morada de espíritos da mata, principalmente de **huku** - a onça-pintada, ancestral mítico - responsável pelo ensino do uso do fogo aos Xerente (Nimuendajú, 1942). Estas áreas são utilizadas pelos Xerente, para a caça de outros tipos de animais e aves, além da coleta de frutos e raízes que florescem nestas localidades. Algumas roças de toco são abertas nestas áreas, principalmente quando localizadas próximas a riachos e ribeirões, em um sistema de manejo tradicional que garante a preservação ambiental

Os cemitérios estão espalhados em vários locais da reserva, principalmente, próximos as aldeias mais antigas - Funil, Porteira, Bela Vista, Brejo Comprido e Rio do Sono. O respeito para com os mortos tem um valor fundamental para os Xerente.

*“Quando morre um índio, fazem sepultura de forma cilíndrica e põem o morto assentado, colocando junto a ele: beijú, mendobi, farinha e uma pequena cabaça de água. O cemitério é um lugar apartada da aldeia e, antes do enterramento, fazem um alarido medonho, chorando o morto, pranteando-o não só os parentes como os conhecidos. Nisso demonstram o amor que têm entre si, e não há tempo possível para esquecer os parentes e amigos falecidos.”* (Urbino

Vianna, op. citada, 43)

Na aldeia do Funil, o cemitério local encontra-se localizado à menos de 50 m da estrada TO-010, que corta a reserva. Este local sagrado tem sido objeto de polêmica acirrada ultimamente, devido à necessidade de sua remoção se a referida estrada for realmente pavimentada.

Para obtermos informações mais profundas sobre as atuais condições e uso do ecossistema dentro da reserva Xerente, se faz necessário - como já ficou claro tanto em relação a pesca como em relação a caça - um amplo estudo por especialistas destas áreas, conjuntamente com os Xerente, que conhecem e reconhecem seu território com muita habilidade.

## **6. RELAÇÃO DOS XERENTE COM A SOCIEDADE REGIONAL**

### **6.1 Uso dos Recursos Naturais**

Como tem sido demonstrado, a pressão sobre os recursos naturais existentes, tanto sobre o atual território Xerente, como também, sobre toda a região que o circunda, tem levado esta população - no decorrer dos anos - a viabilizar novas formas de sobrevivência. Assim, a sensível queda da oferta de caça e pesca, somada às dificuldades de adquirirem instrumentos e sementes para plantarem com regularidade suas roças de toco, tem levado os Xerente a uma dependência cada vez maior de recursos advindos de outras fontes como apontaremos mais abaixo.

Em conversas informais com as gerações mais velhas - tanto dos Xerente como de antigos moradores - é comum escutar referências a um tempo em que os primeiros abasteciam a cidade de Tocantínia com vários produtos oriundos das suas atividades de caça, pesca e de suas plantações. Hoje em dia, vez ou outra, é possível encontrar na cidade um Xerente vendendo uma paca para algum morador local. Mas, o que fica evidente - é só andar pelas cidades Tocantínia e Miracema por algum tempo - é a total inversão desta relação. É comum ver homens e mulheres Xerente comprando, muitas vezes a preços acima do normal, alimentos básicos como carne, farinha e arroz, que em tese, deveriam ser supridos pela sua própria produção interna.

Os únicos recursos naturais que ainda servem como base de troca com a sociedade regional, são aqueles dirigidos à confecção de artesanato: os colares são confeccionadas através de sementes de tiririca, olho-de-boi, olho-de-buriti, fios de buriti retirados das suas folhas, penas de vários tipos de aves; as cestarias são

confeccionadas através do retalho das folhas de buriti, que posteriormente são trançadas. Estas duas atividades são, na maioria das vezes, responsabilidade das mulheres que as aprendem desde pequenas. Os arcos e as flechas - além de um instrumento parecido com uma espada, usado para fisgar peixes - são confeccionados através do manejo artesanal de vários tipos de árvores, como por exemplo, o pau-brasil. Confeccionam também flautas com bambú, e cocares com folhas de buriti e penas de arara. Estes últimos artesanatos são exclusivamente atividades masculinas.

Infelizmente, apesar da beleza deste material e do trabalho meticuloso que é empregado na sua confecção, os regionais não o valorizam de maneira alguma. Pelo contrário, nos pontos de travessia entre as cidades de Miracema e Tocantínia podemos ver uma infinidade produtos artesanais Xerente, sendo vendidos em bares pela população local, a preço desprezível. Por esta constatação, podemos ter uma idéia do ínfimo valor que deve ser pago aos Xerente pelo seu artesanato, para que estes intermediários os vendam tão barato. Não é incomum, nestas transações, segundo os próprios Xerente, a troca se basear em alguns trocados, ou até mesmo, em garrafas de pinga.

Uma equipe do CIMI (Conselho Missionário Indígena), que atua na área em defesa dos direitos indígenas, por quase dois anos organizou a venda do artesanato Xerente para outras localidades - outros municípios de Tocantins, Brasília e Goiás - o que possibilitou uma valorização e um incentivo a esta prática entre os Xerente. Infelizmente este trabalho encontra-se suspenso devido a conflitos entre a instituição citada e um grupo de Xerentes, incentivados por políticos locais, descontentes com a possibilidade de autonomia do grupo.

## **6.2 Outras formas de inserção da economia regional**

A falta de autonomia econômica aliada à escassez de oportunidades no mercado regional e, principalmente, pela diminuição drástica das suas fontes de alimentação tradicionais, levou os Xerente à dependência cada vez maior de recursos oriundos da sociedade envolvente. Primeiro, cargos administrativos - motoristas, vaqueiros, atendentes de enfermagem, professores-bílingues - conquistados junto ao órgão responsável pela tutela (FUNAI), a partir dos fins da década de 70 (Azanha & Ladeira, 1996). Segundo, cargos administrativos - agentes de saúde e professores - conquistados junto à Prefeitura local de Tocantínia ou junto ao Governo do Estado. Terceiro, alguns trabalhos conseguidos por um ou outro Xerente que consegue terminar o segundo grau nas cidades e acabam por morar e trabalhar no comércio local. Quarto, a dependência familiar da aposentadoria dos velhos pelo FUNRURAL. Quinto, trabalhos temporários nas fazendas ao redor de seu

território . Sexto, o aumento considerável da prostituição feminina nas cidades circunvizinhas.

As cinco primeiras atividades, em princípio, poderiam aparecer como “normais” a olhos menos avisados. Entretanto, por de trás desta aparente normalidade, esconde-se uma série de “esquemas” políticos responsáveis pelo aumento das contradições internas do grupo. Explica-se. Tais “empregos”, em sua grande maioria, são gerados através de barganhas políticas das lideranças Xerente que apoiam ou a FUNAI ou a Prefeitura e o Estado. Constata-se facilmente que, do lado da FUNAI, os cargos são dados aos parentes das lideranças mais influentes que a apoia em seu conflito contra o Governo do Tocantins. A lógica se repete quando se trata da Prefeitura e do Estado - caciques e lideranças que apoiam suas iniciativas são beneficiados com cargos, muitas vezes apenas formais.

O que deveria ser um processo transparente de seleção, que implica-se em oportunidades iguais a todo o grupo, incentivando-os ao estudo, torna-se uma relação de favores - típica da política mais atrasada brasileira - o que desperta uma série de conflitos internos na sociedade Xerente.

A dependência da comunidade Xerente das aposentadorias dos velhos pelo FUNRURAL - apesar de ser um fonte de recursos fundamental para a sua sobrevivência - possui uma série de problemas que passamos a enumerar abaixo: primeiro, os velhos se vêem obrigados a andar em carros e caminhões em péssimas condições para receber seus pagamentos em Tocantínia ou em Miracema; segundo, a maior parte do pagamento fica nas mãos de comerciantes de Tocantínia e Miracema, pois os próprios aposentados e seus parentes se encarregam de comprometer o pagamento mesmo antes de recebê-los; terceiro, por incrível que pareça, os cartões de aposentadoria ficam na mãos dos comerciantes durante o mês inteiro. No dia do pagamento, o aposentado dirige-se ao estabelecimento que tem a “conta” e vai junto com o comerciante recebê-lo. Normalmente, toda a aposentadoria já esta comprometida pelos gastos efetuados durante o mês anterior. Esta relação assemelha-se muito aos famosos sistemas de “barracão”, utilizados largamente em fazendas extrativistas de borracha durante este século. No limite, podemos encontrar nesta forma de relação, claras características de semi-escravidão. Alguns chefes de posto da FUNAI têm tentado recuperar os cartões de aposentadoria junto aos comerciantes, pagando as dívidas dos Xerente e implantando ao mesmo tempo cantinas nas próprias aldeias com o objetivo de evitar tal prática. Os resultados até agora têm sido pouco frutíferos já que tal prática está incorporada tanto entre os Xerente como entre os comerciantes locais. Estes últimos alegam que, sem esta medida - a retenção dos cartões de aposentadoria - os Xerente não os pagariam. Por outro lado, os Xerente se submetem a este sistema exploratório devido à falta de alternativas econômicas que garantam sua sobrevivência.



A prostituição - principalmente das mulheres Xerente mais jovens, que estudam nas cidades de Tocantínia, Miracema e Rio do Sono - está intimamente relacionada a falta de orientação da comunidade e também, da falta de medidas coercitivas por parte das autoridades locais contra tal prática. Esta situação extremamente perversa trás consequências terríveis para o grupo. Primeiro, a ocorrência de alguns casos de jovens Xerente que voltam da cidade grávidas, desconhecendo quem é o pai, provocando sua marginalização e do futuro filho dentro da própria comunidade. Segundo, tal situação coloca em risco a saúde da população como um todo, devido à sabida falta de controle sobre doenças sexualmente transmissíveis. Já há casos registrados de AIDS em Tocantínia e Miracema, fato este que apenas torna a situação mais grave do que já é.

### **6.3 Intercâmbio Social e Representação Política**

Devido às intensas e antigas relações estabelecidas entre os Xerente e a população local - tanto nas cidades circunvizinhas, como também nas áreas rurais a elas pertencentes - ocorrem os mais variados tipos de relações sociais, culturais e políticas entre os grupos ali reunidos.

Em termos políticos institucionais, os Xerente tiveram a oportunidade de ter um vereador na Câmara Municipal de Tocantínia, durante o período legislativo de 1992 a 1996. Devido à inexperiência e também, à pressões políticas locais, houve um distanciamento muito grande entre o vereador eleito e o grupo, levando-os a um descrédito muito grande perante a este tipo de iniciativa. Mesmo assim, nas eleições municipais de 1996, dois candidatos Xerente a vereador quase foram eleitos, faltando pouquíssimos votos para que tal objetivo fosse alcançado. Segundo cálculos, ver quadro abaixo, seria possível eleger no mínimo três vereadores Xerente na cidade de Tocantínia. A divisão atual do grupo, por influências externas, e a provável manipulação do processo eleitoral - eleição e apuração dos votos - contribuem de forma decisiva para que os Xerente não consigam eleger seus representantes. Nas últimas eleições, apesar da não eleição de nenhum representante, foram distribuídos cargos a algumas famílias Xerente, que apoiaram o prefeito eleito, sendo este fato motivo de novos conflitos dentro da área, segundo informações dos próprios Xerente.

Esta relação clientelista dos políticos locais com os Xerente tem uma explicação clara: os eleitores Xerente têm uma importância decisiva no quadro partidário local.

Dados demográficos e eleitorais do Município de Tocantínia - TO.\*

<b>População</b>	<b>quantidade</b>	<b>porcentagem</b>	<b>nº/eleitores</b>	<b>porcentagem</b>
Urbana	3031	48 %	1783	55 %
rural (não-índia)	1780	28 %	880	27 %
rural (Xerente)	1552	24 %	550	18 %
<b>Total</b>	<b>6363</b>	<b>100 %</b>	<b>3213</b>	<b>100 %</b>

\* Fonte: Censo Demográfico-1991, número 8, Tocantins.

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação-RÉ/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

Os quinhentos e cinquenta votos - avaliação aproximada efetuada pela FUNAI em 1996 - são decisivos nas eleições municipais de Tocantínia. Explica-se assim a intensa procura dos políticos locais que, interessados em angariar o apoio dos eleitores Xerente, prometem uma série de benefícios, normalmente às vésperas das eleições . Sabemos que tal prática é tida como generalizada por todo o país - até nos centros mais "desenvolvidos" - entretanto, no caso aqui estudado, tal variável reforça mais ainda a já complicada situação de vida dos Xerente.

Um projeto promissor foi abortado devido as mesmas pressões políticas locais. Em 1990 foi criado pelo Xerente - com assessoria do CIMI e da FUNAI - a Associação Indígena Xerente (A . I. X ). O processo foi tão bem elaborado que, pela primeira vez depois de muito anos, a totalidade da comunidade Xerente esteve unida em busca de um objetivo comum. Conseguiram implementar uma série de projetos econômicos que contemplavam todas as aldeias, fato este que possibilitou um início de autonomia diante da rede de relações econômicas (e políticas) exploratórias nas quais estavam submetidos. Novamente, a ingerência do Governo Estadual, apostando na divisão e na compra de lideranças, inviabilizou a associação, sendo que desde 1995, suas portas estão fechadas. Evidentemente, a autonomia econômica, política e social indígena vai contra uma série de interesses de grupos interessados em mantê-los em constante submissão.

No que tange as relações sociais propriamente ditas, na cidade de Tocantínia, o Colégio Batista e as celebrações religiosas da Igreja Batista, são locais onde podemos encontrar alunos e fiéis Xerente, respectivamente. O incentivo ao ensino e a conversão religiosa, propiciam assim, uma relação estreita entre uma parte dos Xerente e esta congregação. Explica-se esta relação devido ao fato de que, durante a década de

50, missionários estabeleceram-se na área Xerente e, desde então, criaram uma relação de confiança com boa parte da comunidade indígena.. Já existem, inclusive, alguns pastores Xerente, que celebram os encontros religiosos em sua língua materna.

Afora o estudo de alguns poucos Xerente no Colégio Tocantins em Miracema - administradas por freira católicas - a relação entre a Igreja Católica de Tocantínia e os Xerente, atualmente é praticamente nula, devido a uma série de conflitos históricos locais. Ultimamente, tem havido tentativas de uma maior aproximação desta instituição com os Xerente, através de algumas visitas do Bispo de Palmas à reserva. Por outro lado, existe uma intensa relação entre os Xerente e os fiéis católicos na zona rural, dada através de festas tradicionais realizadas conjuntamente, além das antigas relações de compadrio, muitas delas oriundas da grande quantidade de casamentos interétnicos.

Um razoável percentual de famílias Xerente têm se deslocado para a cidade de Tocantínia. Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira (1996) apontam este recente fenômeno entre os Xerente, como algo comum entre várias populações indígenas brasileiras que - devido às precárias condições de existência em suas áreas - acabam por "optar" em morar nas cidades, no limite para "...escaparem de sua condição de *índio*" (op.citada).

Outra relação altamente negativa para a vida social Xerente é o conhecido problema do alcoolismo. Apesar de algumas tentativas frustradas de coibir a venda de bebida alcoólica para membros de populações indígenas - há um decreto federal (6001 de dezembro de 1973 - artigo 58) que proíbe terminantemente esta prática - vários comerciantes das cidades de Tocantínia, Miracema e Rio do Sono não o cumprem. É comum encontrar, tanto nestas cidades, como também nas aldeias, vários Xerente - desde os mais jovens até os mais velhos - completamente alcoolizados. Muitos trocam sua força de trabalho por pagamento em garrafas de pinga, conforme relatos deles mesmos. Tal problema, cada vez mais grave, acarreta uma série de brigas, tanto internamente ao grupo, como entre este e a população local não-índia. Com tantos problemas e com a total falta de perspectivas, não é por acaso que a imagem do "índio" que chega a população regional é a de "bêbados" e "preguiçosos", como é comum escutar pelas redondezas. Quando um "índio" se submete a um trabalho nas fazendas ao redor durante o dia inteiro, muitas vezes em troca apenas da alimentação e de alguns trocados, estranhamente é possível escutar dos mesmos detratores: "Ah, sim. Este aí é trabalhador, não é que nem o resto!". O planejamento e a implementação de um projeto de saúde coletiva - com a orientação da comunidade por especialistas, capacitação dos agentes de saúde indígenas, incentivo a autonomia econômica do grupo, etc - poderiam ser o início de um longo trabalho de recuperação dos dependentes e, principalmente, evitaria que as gerações mais jovens, devido a falta de perspectivas, fossem atraídos pelo alcoolismo.

#### 6.4 Projetos Governamentais e Não - Governamentais em curso na Região.

Devido a sua localização, o atual território Xerente encontra-se literalmente rodeado de projetos econômicos incentivados pelos governos federal e estadual, em parceria com a iniciativa privada. Normalmente, tais projetos contam, em sua maioria, com o apoio do capital internacional, já que o centro-oeste e seu cerrado, além de ser um imenso “vazio demográfico”, possui todas as qualidades necessárias para a produção de grãos, principalmente a soja. Tais características coloca essa região como centro das novas frentes de expansão econômicas, num momento em que o centro-sul do país dá sinais de esgotamento de suas terras, como também, de suas condições de vida devido à concentração populacional.

Vários são os projetos que, dentro desta nova onda desenvolvimentista, circundam o atual território Xerente. Vejamos:

a) **Prodecer III:** Projeto que conta com apoio total do capital japonês, implementado paulatinamente desde a assinatura do acordo Brasil - Japão, ainda na década de 70 pelo governo militar. Seu objetivo principal é fazer do Brasil um grande exportador de grãos. Como justificativa ao empreendimento, é dito que região do cerrado brasileiro compreende cerca de 180.000.000 de hectares, ocupando 20% do território nacional, sendo que, deste total, 50.000.000 de hectares são caracterizadas como terras agriculturáveis. Para isto já foram realizadas pesquisas pela Embrapa, que apontam o cerrado brasileiro como o local mais propício aos cultivo de soja. Dividido em várias etapas, o projeto abrange várias regiões do país - Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Bahia, entre outros. Cinco instituições são responsáveis pela sua administração : SEPLAN - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação; SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais; MAARA - Ministério de Agricultura, de Abastecimento e Reforma Agrária; CPA - Companhia de Promoções Agrícolas e ÉICA - Japan Internacional Cooperation Agency. A primeira etapa - o Prodecer I - foi efetivada entre 1979 e 1982 no estado de Minas Gerais, numa área de 60.000 mil hectares. A segunda etapa - o Prodecer II - foi efetuada em 1985, nos estados do Mato Grosso, Bahia e Goiás, num total de 120.000 mil hectares. **A terceira etapa, o Prodecer III, começou a sua implantação em 1995 no Estado do Tocantins. Mais especificamente, localiza-se no município de Pedro Afonso, limite norte do território Xerente.** A proposta desta etapa inclui o assentamento de “colonos”, numa espécie de franquia, na qual serão beneficiadas 40 famílias que deverão entrar com a cota mínima de R\$ 34.000,00, para garantir as operações de crédito do projeto.

**b) Hidrelétrica do Lageado:** A construção da usina hidrelétrica do Lageado, prevista para ser iniciada em janeiro de 1998, ocupará uma área total de 750 km quadrados, sendo que o reservatório atingirá áreas dos municípios de Miracema, Lageado, Palmas, Porto Nacional e Brejinho de Nazaré. A energia gerada pela usina será suficiente para abastecer o estado do Tocantins, sendo que, o excedente será transportado pela linha de transmissão Imperatriz - Serra da Mesa, interligando o Sistema Norte - Nordeste. Sua exploração ficará a cargo da iniciativa privada, após regime de licitação a ser publicada após a obtenção das licenças necessárias. O EIA/RIMA da obra foi efetuado pela THEMAG Engenharia de São Paulo, contratada pela CELTINS - Companhia Energética do Tocantins. Este empreendimento localiza-se à menos de 12 km do início da área Xerente - aldeia do Funil. Segundo o relatório da THEMAG as "...reservas indígenas que podem sofrer interferências de futuros reservatórios na bacia são: dos Apinajé, na margem esquerda do Tocantins, próximo a Tocantinópolis; **dos Xerente, localizada entre o rio Tocantins e o rio do Sono, no município de Tocantínia** e dos Krahô, localizada às margens do rio Manoel Alves Grande."(1996:20).

**c) Hidrovia Araguaia-Tocantins:** Por ser o objeto principal desta análise, suas características estarão descritas durante as Fases II e III, deste relatório.

**d)** Outros projetos em curso na região que brevemente deverão trazer impactos sócio-econômicos para os Xerente são a **Ferrovia Norte-Sul**, localizada a 60km a leste do território, e a expansão da capital do Tocantins, **Palmas**, localizada 80 km ao sul.

**e)** Como já foi descrito anteriormente, existem vários projetos de iniciativa do Governo Estadual do Tocantins, pendentes de resolução na justiça federal a respeito de estradas que cortam a reserva Xerente e sobre a construção da ponte sobre o Rio do Sono (Ver o item 3.3). **(Ver anexo V)**

## 7. CONDIÇÕES DE VIDA

Neste item serão abordados as situações atuais de alimentação, saúde e educação, bem como, das condições de assistência dadas pelas instituições responsáveis - FUNAI, Estado e Prefeitura - aos Xerente.

Antes de entrarmos nos itens acima propostos, se faz necessário um breve resumo da situação cultural dos Xerente atualmente.

Conforme abordado no item 5 deste relatório, a sociedade Xerente atual se constitui através de uma série de instituições vitais a sua identidade enquanto grupo - língua, mecanismos políticos, sociais e culturais e seu território - possibilitando assim, uma distinção clara destes perante a sociedade envolvente.

Apesar de todas as mazelas às quais têm sido submetidos, durante todo estes anos de contato, os Xerente dão mostras de uma heróica resistência, mantendo as estruturas básicas de sua sociedade.

Já é sabido que as culturas não podem ser compreendidas como um “produto” original, que uma vez transformado, perderiam suas qualidades primevas. Pelo contrário, as culturas são dinâmicas e abertas às transformações, características estas que justamente lhes dão a possibilidade de adaptação às mudanças inexoráveis às quais estão submetidas todas as sociedades inseridas na história. Mas não é por isto que devemos tentar “tapar o sol com a peneira”, mascarando uma série de influências e pressões oriundas da sociedade envolvente que repercutem negativamente sobre as sociedades indígenas.

Assim, entre os Xerente, com o passar dos anos de contato tem havido paulatinamente um abandono de certas práticas culturais tradicionais, principalmente pelos mais jovens, atraídos pelas ilusões que a sociedade “branca” aparenta oferecer. Somado a isto - a diminuição gradativa das gerações mais velhas, detentores por excelência da tradição e dos costumes tradicionais indígenas, e responsáveis por passá-las a diante; o vício pelo alcoolismo disseminado por toda a sociedade ; a dependência exagerada de recursos do órgão tutor, cada vez mais ausente devido à crise dos gastos públicos federais; o costume cada vez mais frequente de casamentos interétnicos e a conseqüente mudança para as cidades vizinhas - podemos prever futuramente uma desestruturação sócio-cultural de conseqüências imprevisíveis para a sociedade Xerente. Não estamos falando da sobrevivência física do grupo - que parece consolidada devido aos altos índices de natalidade registrados de ano para ano como poderemos ver mais abaixo - mas sim, de sua sobrevivência cultural enquanto um grupo indígena diferenciado.

Este quadro pessimista não é novo. Júlio Paternostro e Nimuendajú, na década de 30, apontavam que a sociedade Xerente dava sinais de colapso, devido ao descaso a que estavam relegados. Já na década de 60, num diálogo do antropólogo Maybury-Lewis com o cacique Xerente Wakuke, este último revelava descrença quanto ao futuro do grupo:

*“Os civilizados dizem que somos animais porque tentamos viver como nossos antepassados nos ensinaram a fazê-lo. Portanto, nem tentamos mais. Os jovens não estudam. Eles não podem caçar. Eles correm atrás da anta como bobos, sem nem mesmo acuá-la. Eles só*

*sabem fornicar e beber pinga(...) Nós, os velhos, lembramos e tentamos ensinar os jovens. Se eles não aprenderem a viver, os Xerente morrerão.*” (Maybury-Lewis, 1990:117).

A demarcação do seu território durante a década de 70 e o apoio do órgão tutor - a FUNAI, e demais agentes defensores de seus direitos, CIMI, antropólogos, ONGs, etc - propiciaram aos Xerente o mínimo de tranquilidade para se reorganizarem e recuperarem tradições quase esquecidas, o que possibilitou para eles uma visão mais otimista diante de um futuro até então incerto.

Como a grande maioria dos grupos indígenas brasileiros, os Xerente sobrevivem há quase 2 séculos (!) da maneira que podem, intercalando momentos de otimismo com momentos de profundas incertezas quanto ao seu futuro.

Em meio a estas idas e vindas, a implantação do Estado do Tocantins em 1989, novamente colocou em cheque a tranquilidade do grupo, em virtude das já descritas pressões e influências externas. A primeira capital do Estado foi instalada em Miracema, cidade localizada ao lado da reserva Xerente - separadas apenas pelo Rio Tocantins. Este fato trouxe para esta região uma série de aventureiros e especuladores (Farias, 1990).

Não que durante estes anos tudo tenha sido um “mar-de-rosas” para os Xerente. Pelo contrário, houve uma série de conflitos entre os Xerente e a população local de Tocantínia - resultando na morte de pessoas de ambos os lados - inconformados estes últimos com a demarcação da reserva. Além do que, o alcoolismo e a mestiçagem já é um antigo problema entre os grupos indígenas, que só tem se agravado com o passar dos anos. Assim, a possibilidade de conflitos entre os Xerente e as populações não-indígenas não estão em hipótese alguma descartadas, pelo contrário - se medidas sérias não forem tomadas para reverter o atual quadro de desestruturação social do grupo - tendem a ser intensificados e com consequências imprevisíveis.

A chegada cada vez mais intensa do “progresso” a esta região, iniciado com a implantação do Estado do Tocantins, e continuado por toda sorte de projetos estaduais, federais e internacionais - como já descritos anteriormente - tem multiplicado as contradições ali já há muito existentes.

Cabe ressaltar que, quando falamos de preservação do território e da cultura indígena, não estamos querendo que os mesmos “parem” no tempo e permaneçam como objetos em museus. O que devemos ter claro é que, sua inserção no processo de desenvolvimento, deve se pautar pela resolução prévia de problemas seríssimos aos quais as populações indígenas estão submetidas, como já intensamente relatados neste relatório.

*“As populações indígenas têm direito a seus territórios por motivos históricos, que foram*

*reconhecidos no Brasil ao longo dos séculos. Mas estes direitos não devem ser pensados como um óbice para o resto do Brasil: ao contrário, são um pré-requisito da preservação de uma riqueza ainda inestimada mais crucial. O que se deve procurar, no interesse de todos, é dar as condições para que esta riqueza não se perca. Fazem-se assim coincidir os direitos dos índios com os interesses da sociedade brasileira. (Carneiro da Cunha, M., 1995:139)*

## **7.1 Alimentação**

Afora a já citada dependência de recursos externos, os Xerente vivem basicamente da produção agrícola de suas roças, além da coleta de frutos, pesca, caça e produção de artesanato para a venda nos municípios vizinhos.

Nos dias atuais, segundo relatos dos Xerente, as atividades de caça têm sido quase nulas. A constante compra de carne por parte dos Xerente nas cidades de Tocantínia e Miracema, comprovam este argumento.

Sua subsistência atualmente é garantida pelas roças familiares, abertas anualmente nas matas de galeria localizadas próximas aos pequenos rios ou nos vãos de serra, com solos mais propícios à agricultura de coivara. Planta-se mandioca, arroz e feijão, sendo estes os componentes principais da dieta básica dos Xerente.

O dinheiro proveniente das aposentadorias rurais e dos salários de funcionários da FUNAI, da Prefeitura ou do Estado, é em geral canalizado para compra de roupas ou bens industrializados - querosene, sal, café, açúcar, fumo, ferramentas, etc.(Azanha & Ladeira, 1996).

Existem duas aldeias atualmente com algumas cabeças de gado, que servem apenas para o consumo das mesmas.

O quadro geral da alimentação entre os Xerente revela assim, um alto grau de comprometimento das suas fontes tradicionais de alimentação com o conseqüente excesso de dependência de recursos externos.

As roças de toco, que através dos anos, vem sendo a alternativa mais concreta diante do desaparecimento da caça e do pescado, são empreendidas com muito esforço e contam com pouco incentivo por parte das instituições ali envolvidas - FUNAI, Estado e Prefeitura de Tocantínia.

Pelo contrário, de alguns anos para cá, dentro da lógica da política clientelista ali estabelecida, o



Estado e a Prefeitura têm prometido aos Xerente a abertura em seu território de grandes roças mecanizadas - que quase sempre são literalmente abandonadas posteriormente a sua implantação. Estas iniciativas, reforçam uma tendência já manifesta de uma parte dos Xerente - como é comum em outros grupos indígenas, acostumados a um excesso de paternalismo - de “esperarem” a concretização das promessas e por decorrência, suspenderem os trabalhos nas roças de toco.

Na tentativa de reverter esta tendência que se revela negativa para os Xerente - pois a falta de autonomia econômica abre brechas para a política clientelista local - o CIMI por alguns anos e a FUNAI, mais recentemente, têm tentado implantar alguns projetos de produção econômica localizados em algumas aldeias.

## 7.2 Saúde

O atendimento à saúde na reserva Xerente e em outros locais, em tese, é efetuada em diversos níveis.

O primeiro nível de atendimento é dado pelos agentes indígenas de saúde ainda nas aldeias. Cumpram a tarefa de cadastrar e encaminhar as pessoas para a enfermaria do P.I.Xerente, a que possui maior infra-estrutura.

Na enfermaria no Posto Indígena Xerente, os casos menos graves são atendido - partos, gripes, verminoses, machucados, etc. Num outro momento, um posto do S.U.S em Tocantínia, atende casos que requeiram cuidados maiores - consultas ambulatoriais, odontológicas, pré-natais, etc. Outra alternativa são os dois hospitais de Miracema, que requerem a travessia da balsa de Tocantínia a Miracema. Por fim, há uma equipe médica especializada para atendimento integral aos índios do Estado do Tocantins, na Casa do Índio em Gurupi, sede da FUNAI local. Casos de maior gravidade - cirurgias do coração e casos de câncer no colo do útero entre as mulheres, por exemplo - são levados para os hospitais de Goiânia e Brasília..

Evidentemente que a concatenação entre estas diversas etapas é apenas um modelo ideal. O que acontece na prática é outra coisa. A Casa do Índio em Gurupi, que seria um dos últimos lugares a ser procurado - pois é para lá que se dirigem as populações indígenas de todo o estado - costuma ser priorizada não só pelos Xerente, como pelos demais grupos indígenas do estado. Além do atendimento ser mais “humanizado” - os funcionários são pagos para atenderem bem os grupos indígenas - a Casa do Índio oferece refeições e acomodamento gratuitos, o que muitas vezes acaba tendo um poder de atração muito grande. Não é incomum encontrar o paciente com toda a sua família ali hospedados. Os responsáveis pela triagem dos casos que

realmente necessitariam de ser encaminhados, a enfermeira da FUNAI na reserva e o chefe de posto, não possuem qualquer tipo de infra-estrutura - falta de transporte e instrumentos básicos - para realizarem tal tarefa. Não é raro a enfermeira ter de se locomover pelas aldeias com o auxílio de bicicletas. Alguns caciques, pouquíssimos, que possuem carros dados pela FUNAI ou então, o chefe de posto, é que acabam por transportar os casos emergência. Assim, existe todo o tempo, um processo de negociação entre os chefes de posto e a sede da FUNAI em Gurupi, objetivando o parecer favorável de quem “merece” ser locomovido para um destes lugares. Lamentavelmente, em consequência desta desestruturação, casos graves acabam permanecendo na aldeia, e casos absolutamente comuns, são levados para Gurupi.

Segundo informações do pessoal responsável pela área de saúde da FUNAI, os períodos de maior incidência de doenças, como é típico destas regiões, dá-se entre os meses de dezembro a março em virtude da estação de chuvas. Aumenta-se claramente o número de casos comprovados de doenças infecto-contagiosas: dengue, gripe, disenterias, verminoses. Tais casos se agravam em virtude da falta de alimentação e higiene adequadas, e por consequência, os casos de desnutrição - não só de crianças como também de adultos - são extremamente comuns. Em decorrência disto, problemas com visão e dentição afetam boa parte dos Xerente. Casos mais raros, como derrames e câncer do útero, têm se repetido ultimamente com uma regularidade maior. A questão da desnutrição se torna mais complicada quando associada ao alcoolismo, que segundo um coordenador de saúde Xerente, tem sido um dos problemas mais graves enfrentados na área de saúde.

Tentativas de atendimento em mutirão por médicos de Miracema e de Gurupi foram levadas a cabo, mas pecaram pela descontinuidade. Em dezembro de 95, por exemplo, veio uma equipe de oftalmologistas na Aldeia do Funil, iniciativa esta que contou com grande participação da população indígena de várias aldeias. Houve uma frustração generalizada a seguir, em virtude da equipe médica não ter retornado quando se efetivaria algumas operações de cataratas e entrega de óculos. Uma outra equipe de médicos de Miracema, no mesmo período, iniciou um trabalho de prevenção em relação ao câncer de colo entre as mulheres Xerente. Rompido o alto grau de contrangimento que aquelas normalmente enfrentam quando se trata deste tipo de exame, alguns testes foram realizados com coleta de material para análise. Várias falhas foram percebidas no decorrer deste processo, inclusive com grande quantidade de exames sem nome, ou simplesmente com o primeiro nome, impossibilitando a identificação das pessoas para o tratamento posterior, em caso positivo.

Um recente relatório da FUNAI - 1997 - comprova as informações colhidas acima, através de informantes Xerente e funcionários da FUNAI.

Os atendimentos preliminares e primeiros socorros são geralmente efetuados nas aldeias, utilizando-se para isto, servidores do órgão e agentes de saúde indígenas mantidos pelo Estado ou Prefeitura. Com farmácias básicas instaladas em cerca de 30% das aldeias, tal procedimento alivia pelo menos em parte, a necessidade dos Xerente irem para as cidades atrás deste tipo de atendimento. As consultas médicas de um modo geral são realizadas no centro de saúde em Tocantínia, além dos hospitais e centros de saúde de Miracema, através do convênio com o SUS. Exames não cobertos pelo convênio são realizados da rede privada de saúde, com patrocínio da FUNAI. Tratamentos mais prolongados são encaminhados para a Casa do Índio de Gurupi. Casos mais graves são ainda remetidos a Goiânia, Brasília ou Porto Nacional.

A infra-estrutura local - Tocantínia e Miracema, bem como, nas aldeias - não possibilita o atendimento necessário nem mesmo para a população não-índia, muito menos para os Xerente. Assim, muitos pacientes Xerente acabam se dirigindo a Casa do Índio em Gurupi, sem qualquer triagem inicial, acarretando um excesso de demanda neste local. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos Xerente, quando do atendimento, reside na falta total de transportes. A frota da FUNAI, em sua maioria, não possui condições mínimas de uso. São os chefes - de - posto, muitas vezes, é que levam os Xerente para as cidades, em seus carros particulares. A outra parte do atendimento é efetuado através de fretes, caronas e bicicletas. As prefeituras locais não prestam este tipo de atendimento. O trajeto de Miracema a Gurupi é realizado por linhas de ônibus comerciais, sendo as passagens custeadas pela FUNAI.

Dentre as doenças de maior incidência, segundo o relatório da FUNAI, estão a verminose, gripe, disenteria, bronquite, pneumonia, reumatismo, conjuntivite, escabiose, e amigdalite. Tais doenças, em sua maioria infecto-contagiosas, são provavelmente derivadas de uma infra-estrutura básica precária, não apenas da saúde, mas, das condições de alimentação da população como um todo. Por exemplo, alguns dos córregos utilizados pelos Xerente para o abastecimento de água, não nascem dentro da área, tendo suas nascentes localizadas em fazendas circunvizinhas, que não são objeto de nenhum tipo de fiscalização ambiental. O comprometimento da qualidade da água tomada pelos Xerente, sem qualquer tipo de tratamento, é assunto que merece atenção redobrada das autoridades responsáveis. Vários e constantes são os casos de desnutrição e desidratação, que não podem ser considerados como doenças, mas sim, como seus causadores diretos. Somase a isto, o gravíssimo problema do alcoolismo, que além dos danos morais, acarreta um impacto negativo no quadro físico dos indivíduos, propiciando o aparecimento de uma séria de doenças.

No quadro abaixo, segue a situação dos recursos humanos empregados na área de Saúde, que trabalham no território Xerente (Xerente e não-índios):

Nome	Aldeia	Função	Contratante
Bernaldino Xerente	Brejo Comprido	Agente Comunitário	PACS-Tocantínia
Priscila K. Xerente	Brejo Comprido	Agente de Saúde	SEDUC-Palmas
Iraci Simikide	Mirassol	Agente Comunitário	PACS-Palmas
Pedro Xerente	Novo Horizonte	Agente Comunitário	PACS-Tocantínia
Moacir da Mata Xerente	Rio Sono	Técnico em Enfermagem	SESAU - Palmas
Teodoro Sakruikawê	Rio Sono	Agente Comunitário	PACS - Tocantínia
Angelo de Brito Xerente	Brejinho	Atendente / Enfermagem	FUNAI
Pedro Kase Xerente	Porteira	Agente Comunitário	PACS-Palmas
Lucia Xerente	Porteira	Atendente de Saúde	SESAU - Palmas
Romilda Xerente	Cercadinho	Agente de Saúde	SESAU-Palmas
Hilda Xerente	Funil	Agente de Saúde	SESAU-Palmas
Éosé Maria Xerente	Funil	Agente Comunitário	PACS - Palmas
Valmir Xerente	Centro	Agente Comunitário	PACS - Palmas
Elmo Xerente	Serrinha	Agente de Asúde	SESAU - Palmas
Naídes Xerente	Bela Vista	Agente Comunitário	PACS - Tocantínia
Alair Faúla (não-índio)	Porteira	Técnica em Enfermagem	FUNAI
Laurenice Rodrigues (não índio)	Funil	Atendente/ Enfermagem	FUNAI

Fonte: Funai- Gurupi/TO - 1997.

Obs: SESAU - Secretaria de Saúde - Palmas/TO.

Após os próximos dois itens, onde serão abordados as condições atuais de educação e assistência, seguirá um quadro das condições atuais de infra-estrutura nestas áreas de todas as atuais aldeias Xerente.

### 7.3 Educação

O ensino escolar nas aldeias restringe-se ao período de 1ª a 4ª série. São ministrados por professores indígenas e não-indígenas, conforme quadro mais abaixo. Há um planejamento dividido por etapas no que tange à entrada do aluno Xerente no processo educacional que vai de um período de adaptação e transição, até chegar ao término do primário - iniciado geralmente aos sete anos.

Durante um ano e meio aprendem somente a língua Xerente, sendo as aulas ministradas só por professores indígenas. Durante mais um ano e meio ocorre um processo de transição em que as primeiras noções de Português e Matemática são ministradas tanto por professores indígenas como por professores não-indígenas, quando disponíveis. Por fim, os alunos entram no 1º ano primário, já com as matérias de Português, Matemática e Ciências.

As grandes dificuldade começam de fato a partir daí, pois as escolas ginasiais e de segundo grau estão localizadas nas cidades e se torna extremamente difícil a locomoção e a adaptação às exigências das escolas não-indígenas. Casos de prostituição e alcoolismo não são raros entre os adolescentes que vão estudar na cidade. Por outro lado, a grande maioria dos professores indígenas foi apenas alfabetizada, sendo este fato um dos obstáculos principais na implementação de um ensino escolar indígena eficaz. Muitas vezes, a escolha destes professores segue o mesmo critério utilizados na escolha dos agentes de saúde: a necessidade de encontrar um emprego mais estável. Assim, as lideranças e caciques de maior influência junto à FUNAI ou ao Estado e Prefeitura, conseguem colocar seus parentes nestas funções, algo bem diferente de um processo de escolha por capacidade.

As principais dificuldades abrangem desde a falta de recursos humanos (oferta e capacitação); estrutura física e equipamentos (oferta e manutenção) até a total falta de um planejamento integrado entre as instituições participantes - FUNAI, Coordenação de Educação Indígena do Estado e Prefeituras locais. Por outro lado, os professores indígenas alegam uma série de dificuldades para ministrarem um ensino de boa qualidade. Entre elas estão : a falta de material didático condizente com a proposta de um ensino multicultural; a impossibilidade de ministrar aulas em salas que são constituídas de alunos indígenas que têm entre 7 e 30 anos - misturando crianças em início de alfabetização com adultos já casados ; o contrato com o Estado é temporário e passível de renovação ou não, o que acarreta instabilidade quanto ao futuro do professor ; os cursos de professores são descontínuos e distantes da realidade cultural do grupo; o salário é considerado baixo.

No quadro abaixo, segue a relação dos professores da área de Educação no território Xerente (Índios e não-índios).

<b>Nome</b>	<b>Aldeia</b>	<b>Contratante</b>
Wilson Xerente	Rio Preto	SEDUC-Palmas
Viturino Xerente	Aldeinha	SEDUC-Palmas

Vanda Brudi Xerente	Aldeinha	SEDUC-Palmas
Nelson Brito Xerente	Brejo Comprido	SEDUC-Palmas
Aparecida Xerente	Brejo Comprido	SEDUC-Tocantínia
Ivone Brito Xerente	Água Fria	SEDUC-Palmas
Antonio Xerente	Bom Jardim	SEDUC-Palmas
Claudio Xerente	Mirassol	SEDUC-Palmas
Bonfim Xerente	Traira	SEDUC-Palmas
Éeová Xerente	Lageado	SEDUC-Palmas
Roberto Xerente	Novo Horizonte	SEDUC-Palmas
Éoão Xerente	Zé Brito	SEDUC-Palmas
Laura Xerente	Rio Sono	SEDUC-Palmas
Vilmar Xerente	Rio Sono	SEDUC-Palmas
Valdeci Xerente	Brejinho	SEDUC-Palmas
Edite Xerente	Brejinho	SEDUC-Palmas
Noemi Xerente	Baixa Funda	SEDUC-Palmas
Valnice Xerente	Baixa Funda	SEDUC-Palmas
Nelson Xerente	Porteira	SEDUC-Palmas
Éoana Xerente	Sangradouro	SEDUC-Palmas
Rosalina Sibakadi	Porteira	SEDUC-Palmas
Pedro Waro	Salto	SEDUC-Palmas
Maria Helena Xerente	Salto	SEDUC-Palmas
Éuarez Xerente	Bela Vista	FUNAI
Alberto Xerente	Cercadinho	SEDUC-Palmas
Gildilen Xerente	Kariú	SEDUC-Palmas
Éoão Batista Xerente	Bela Vista	SEDUC-Palmas
Roberto Xerente	Varjão	SEDUC-Palmas
Manuel Sirnare	Vão Grande	SEDUC-Palmas
Ari Tambô Xerente	Funil	SEDUC-Palmas
Adriano Xerente	Centro	SEDUC-Palmas
Paulo Xerente	Serrinha	SEDUC-Palmas
Enedirene Barbosa	Porteira	FUNAI
Armando Teixeira	Krite	FUNAI
Maria Déane Luz	Funil	FUNAI
Maria Vilma Barbosa	Funil	FUNAI

Fonte: FUNAI-Gurupi-TO - 1997.

Os alunos Xerente, quando terminam a quarta série, dirigem-se em tese para escolas localizadas nas cidades de Tocantínia, Miracema e, ultimamente, para Escola Agrícola de Catalão - Goiás.

Em Tocantínia, existe o Colégio Batista que oferece vagas a alguns alunos Xerente. Por exemplo, em 1995 estudavam cinco alunos nas áreas de magistério e normal, que tinham suas mensalidades custeadas pela FUNAI. Os colégios estaduais localizados em Tocantínia, E.E.P.G. Antonio de Freitas e E.E.P.G. Constantino Pedro de Castro, tinha em 1995, um total de 15 alunos Xerente.

Em Miracema, localiza-se o Colégio Tocantins - fundado em 1962, sob orientação da Religiosas da Assunção, congregação de freiras católicas - que atende à população regional. Segundo fontes do Colégio, o período que houve maior número de estudantes foi durante a década de 80, quando o colégio contava com mais ou menos 25 alunos Xerente, distribuídos por todas as séries. No decorrer dos anos, foi caindo gradativamente o índice de alunos de maneira geral, inclusive dos Xerente.

Com auxílio da FUNAI, à partir de 1994 alguns alunos Xerente, uma vez terminado o primário, passaram a estudar na Escola Agrícola de Catalão, em Goiás. O ensino equivale ao ginásial - 5ª a 8ª série - onde se aprende técnicas agrícolas e temas básicos de saúde. A idade dos alunos Xerente varia de 16 a 20 anos. Tem ocorrido uma série de desistências - primeiro, pelo fato da escola ficar muito distante da reserva, fato que ocasiona transtornos para a família e para os estudantes, e, segundo, pela falta de perspectivas na continuidade do ensino e de sua aplicabilidade prática. Por se tratar de colégio interno, só revêem os parentes no período de férias. Outra dificuldade apontada pelos alunos Xerente é a falta de compreensão dos professores que impõem um ensino homogeneizado, sem levar em conta as diferentes formações. Vários alunos acabam voltando para a reserva, casando logo em seguida, e fechando as portas definitivamente para a continuidade dos estudos. Em 1997, um aluno Xerente conseguiu passar no vestibular para Engenharia Florestal na UNITINS - Universidade do Tocantins, privatizada em 1995. A FUNAI, por enquanto, tem mantido o aluno em Gurupi, próximo a universidade, custeando a sua mensalidade e acomodação.

No quadro abaixo, segue a relação de alunos Xerente, mantidos pela FUNAI em diversas escolas.

Nome	Série	Escola	Cidade
Sueli Kitidi	1º ano - 2º grau	Colégio Tocantins	Miracema
Elizabete Hmōdi	7ª série	Colégio Tocantins	Miracema
Naíde Kralude	2º ano - Magistério	Colégio Tocantins	Miracema

Angelo Sirnapte	7ª série	Colégio Tocantins	Miracema
Fernando Xerente	5ª série	Colégio Batista	Tocantínia
Vanderley Swpté	5ª série	Colégio Batista	Tocantínia
Silvia Xerente	4ª série	Colégio Batista	Tocantínia
Pedro Paulo Xerente	5ª série	Colégio Batista	Tocantínia
Carlos Pikoiwaka	5ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
Daniel Kuhākru	2º ano	Escola Agrícola	Catalão – GO
Davi Samuru	5ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
Marcelo Kunkidi	5ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
Cleber Xerente	6ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
Marcolino Xerente	6ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
José Sepkrtumekwa	7ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
Reginaldo Xerente	7ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
Ricardo Xerente	7ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
Alexandre Xerente	8ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
Lenivaldo Xerente	6ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
Nelson Prazé	6ª série	Escola Agrícola	Catalão – GO
Ester Xerente	7ª série	João XXIII	Gurupi – TO
Carlos Augusto Xerente	1º ano - 2º grau	Escola Agrícola	Urutaí - GO
Márcio Sromne	1º ano - 3º grau	Unitins (Engenharia Agrícola)	Gurupi – TO

Fonte: FUNAI - Gurupi - TO - 1997

#### 7.4 Assistência

É sabido o auto grau de dependência que sociedades indígenas de uma maneira geral possuem, principalmente junto à FUNAI , para que sejam atendidas suas atividades básicas de subsistência. A impossibilidade crescente de exercerem suas atividades tradicionais - no caso Xerente, a caça e a pesca - levou a maioria destas sociedades a se submeterem a uma dependência de recursos das instituições oficiais de apoio as sociedades indígenas. Por outro lado, tal dependência é fruto da política indigenista assimilacionista - levado a cabo principalmente na época do S.P.I. - que tinha como pressuposto básico a integração das sociedades



indígenas ao “mundo branco”, de maneira lenta e gradual.

Desde a época dos aldeamentos durante o século XVIII, como já vimos, passando pela implementação do Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I), fundado por Rondon em 1910, até a sua extinção em 1968 e a posterior criação da FUNAI, os grupos indígenas não tiveram escolha a não ser “optar” pelo mal menor, qual seja, a dependência destas instituições para garantirem a possibilidade de sobrevivência.

Nesse sentido, a falta de projetos oriundos destas instituições que garantissem, dentro de um processo de médio e longo prazo, a possibilidade de autonomia dos grupos indígenas, levou-os a uma atual situação de total dependência perante a sociedade envolvente.

Tal dependência, nefasta por si só, é manipulada pelos grupos políticos locais que, utilizando a fragilidade da condição de vida indígena, usam toda sorte de barganha e estratégias para efetivar seus objetivos eleitorais. No caso Xerente, como já foi descrito exhaustivamente neste relatório, a cooptação de caciques e lideranças através de distribuição de cestas básicas, quantias em dinheiro, promessas de roça mecanizada, cabeças de gado, etc., revelam com clareza as consequências terríveis da dependência econômica a qual as sociedades indígenas estão submetidas à séculos.

Como podemos perceber - pelos quadros acima descritos do pessoal empregado nas áreas de saúde e educação - a FUNAI tem uma participação muito pequena em ambas as áreas. Até 1994, a maioria do quadro de funcionários pertenciam a FUNAI. Entretanto, a partir de 1995, a competência destas atividades passou para os Estados e Municípios, em virtude da quase falência do órgão tutor. Assim, atualmente a grande maioria dos empregados estão ligados através de contratos temporários às Secretarias de Saúde e Educação do Estado do Tocantins.

Apesar desta mudança, os chefes - de - posto - cargos ocupados por funcionários da FUNAI dentro das reservas - tomam algumas iniciativas localizadas, de acordo com os recursos disponíveis. Recentemente, depois dos mal-sucedidos projetos de agricultura mecanizada de arroz no início da década de 80 patrocinados pelo governo militar através da FUNAI em áreas indígenas, passou haver um incentivo a projetos de subsistência de menor porte.

No caso dos Xerente, existem atualmente em curso alguns projetos de permacultura e psicultura em algumas aldeias, por iniciativa da FUNAI em parceria com técnicos contratados de outras instituições. No momento, ainda de maneira experimental, os técnicos têm assessorado os Xerente na criação de suínos, na construção de tanques para psicultura e na plantação de pequi e cajú . O objetivo, segundo um funcionário da

FUNAI, é “criar” entre os Xerente uma prática de geração de produtos a longo prazo, visando uma maior autonomia do grupo.

Em que pese o esforço de alguns funcionários e administradores regionais, a FUNAI enquanto instituição encontra-se totalmente desestruturada e sem recursos, fato este que se revela com clareza quando observamos as precárias condições de vida dos grupos indígenas brasileiros. Por exemplo, dos cinco postos indígenas na reserva, quatro possuem funcionários - inclusive o do Brejo Comprido é um Xerente - enquanto o do P.I. Mirassol encontra-se descoberto. Tal fato, tem deixado as aldeias que fazem parte deste posto quase que totalmente abandonadas pelo órgão tutor. Novamente deve-se ressaltar que estas falhas abrem espaços para toda espécie de tentativas de cooptação da comunidade Xerente por políticos locais. É comum ouvir-se que “fulano” dou cestas básicas para tal aldeia, fato este de terríveis consequências para união interna dos Xerente. Outro fato importante de apontar é o desconhecimento de elementos básicos da cultura Xerente por parte de funcionários do órgão tutor, o que acarreta tensões constantes entre ambos, revelados claramente pela constante troca de chefes de posto e demais funcionários que atuam na reserva.

A Prefeitura de Tocantínia que, em tese, deveria dar apoio a uma série de demandas indígenas - a reserva compreende 70% do município - oferece extemporaneamente alguns serviços, como o envio de tratores para melhorar estradas, para abertura de roças, ou construção de escolas - normalmente em ano eleitoral.

Por exemplo, de todas escolas construídas na área Xerente até os dias atuais, três foram de responsabilidade da Prefeitura, não por acaso, nos anos de 1995 e 1996.

Para termos idéia do descaso com tais demandas, a distribuição de leite em pó na área Xerente - que deveria ser responsabilidade da Prefeitura de Tocantínia - é efetuada através do município de Gurupi, distante mais de 200 km, através de um acordo entre a administração da FUNAI e a prefeitura desta última cidade. O descaso das sucessivas administrações municipais da cidade de Tocantínia, diante das demandas Xerente, torna-se mais vergonhoso quando sabemos que grande parte dos recursos conseguidos pelos indígenas - aposentadorias, salários, etc - são gastos nos estabelecimentos comerciais da cidade.

Por fim, a relação do Governo Estadual perante as demandas Xerente, como já foi descrito, realiza-se ao sabor de toda sorte de barganhas políticas com as lideranças indígenas. Evidentemente, após as mudanças de 1995, nas quais a FUNAI literalmente teve que “tirar seu time de campo”, o Estado passou, por obrigação, a ser o maior responsável pelo fornecimento de cargos nas áreas de saúde e educação, como fica demonstrado nos quadros de recursos humanos já descritos neste relatório.

Das escolas construídas na área Xerente, só quatro foram de responsabilidade do Estado, ainda no ano de 1993. As demais escolas, bem como outras melhorias infra-estruturais, continuam a cargo da FUNAI, de incentivos da Igreja Batista ou da iniciativa da própria comunidade Xerente.

A seguir, estão descritos as atuais condições de infra-estrutura das aldeias Xerente.

### I. Posto Indígena Xerente.

**Aldeia Porteira** : número de famílias residentes: 34 . Total de alunos: 58.

Localização: a 20 km de Tocantínia, à margem esquerda do Rio Tocantins entre os Ribeirões Piabanha e Porteira. Estrutura física: Enfermaria/residência do servidor (enfermeira da FUNAI) com 9 dependências. Em alvenaria, cobertura de telha cerâmica, instalações hidrosanitárias, área de serviço, piso cimentado. Escola com três salas de aula, uma secretaria/biblioteca e área de recreação. Alvenaria, cobertura de telha cerâmica, piso cimento e duas privadas. Residência do Missionário, barracão com cobertura de telha amianto. A captação de água, efetuada através de sistema de roda d'água em represa a dois km de distância e o destino dos dejetos em fossas, atendem a enfermaria e a residência do missionário. Comunicação através de rádio transmissor a bateria. Transporte através de barco de alumínio de 5 m com motor de popa moto Yamaha e um caminhão F 1000.

**Aldeia Bela Vista**: número de famílias residentes: 14. Total de alunos: 18.

Localização: a 45 km de Tocantínia, a margem do Rio Tocantins. Estrutura física: Escola com piso de cimento, paredes de adobo, cobertura de palha. Comunicação através de rádio transmissor a bateria. Estrutura Física: Escola com piso de cimento, paredes de adobo e cobertura de palha. Captação de água através de poço micro sistema de bomba manual com caixa d'água de 4000 l e chafariz. Comunicação através de rádio a bateria. Transporte realizada através de barco a motor de alumínio como motor de popa.

**Aldeia Cercadinho**: número de famílias residentes: 13. Total de alunos: 11.

Localização: a 15 km de Tocantínia, próximo a rodovia TO-245 que liga esta cidade ao município do Rio do Sono. Estrutura física: Escola / Enfermaria, construção rústica em adobo e cobertura de telha e cimento grosso. Abastecimento de água em córregos, sem qualquer espécie de

<p>tratamento. Transporte efetuado através das linhas de ônibus inter-municipais que cruzam a reserva.</p>
<p><b>Aldeia Vão Grande:</b> número de famílias residentes: 6. Total de alunos: 16.</p> <p>Localização: a 20 kms de Tocantínia, próxima a TO-245. Estrutura física: Escola improvisada na casa do professor, rústica, piso batido, cobertura de palha. Abastecimento de água em córregos, sem qualquer espécie de tratamento. Transporte efetuado através de camioneta A-10 (FNS) e linhas de ônibus.</p>
<p><b>Aldeia Kariú:</b> número de famílias residentes: 9. Total de alunos: 12.</p> <p>Localização: a 26 km de Tocantínia, próximo a TO-245. Estrutura física: Escola rústica , chão batido e cobertura de palha. Abastecimento de água em córrego, sem qualquer tratamento. Transporte inexistente. Comunicação inexistente.</p>
<p><b>Aldeia Salto:</b> número de famílias residentes: 33. Total de alunos: 42</p> <p>Localização: a 13 km de Tocantínia, próxima a rodovia TO-245. Estrutura física: Escola rústica, chão batido e cobertura de palha. Abastecimento de água em córrego, sem tratamento. Transporte efetuado por linha de ônibus. Comunicação inexistente.</p> <p><b>Observação:</b> Foram construídas 24 casas populares - cobertura de telha de cerâmica, paredes de tiéolos, com dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro. A infra-estrutura necessária - rede de esgotos, captação de água, etc - ainda não foram efetuadas.</p>
<p><b>Aldeia Recanto:</b> número de famílias: 10. Total de alunos: estudam na escola da aldeia Salto.</p> <p>Localização: a 13 km de Tocantínia, próxima a rodovia TO-245. Estrutura física: Escola, captação de água, comunicação : in-existentes. Abastecimento de água em córrego, sem tratamento. Transporte efetuado através de linhas de ônibus.</p>
<p><b>Aldeia Piabanha:</b> número de Famílias: 5. Total de alunos: estudam na aldeia Porteira.</p> <p>Localização: na divisa com Tocantínia, á 10 km, na margem do Ribeirão Piabanha.</p> <p>Estrutura física: aldeia fundada recentemente, sem qualquer infra-estrutura, a não ser as casas tradicionais das famílias moradoras.</p>

## II. Posto Indígena Mirassol

<p><b>Aldeia Mirassol:</b> número de famílias residentes: 7. Total de alunos: 18 alunos.</p> <p>Localização: a 45 km de Tocantínia, na margem do Ribeirão das Cobras, próximo a rodovia TO-450 . Estrutura física: escola em alvenaria com uma sala de aula, secretaria, cantina e pátio de recreação. Abastecimento de água em córrego distante, sem tratamento. Transportes e comunicação: inexistentes.</p>
<p><b>Aldeia Kbaweko:</b> número de famílias residentes: 10. Total de alunos: 18.</p> <p>Localização: a 63 km de Tocantínia, ao lado da rodovia TO-450, próximo a ponte (embargada) sobre o Rio do Sono. Estrutura física: escola rústica, chão batido e cobertura de palha. Captação de água efetuada através de micro sistema manual de captação d'água para 40000 litros e chafariz. Transporte: carro A-10, movido a gás e linha de ônibus. Comunicação: rádio transmissor a bateira.</p>
<p><b>Aldeia Lageado:</b> número de famílias residentes: 8. Total de alunos: 13.</p> <p>Localização: a 50 km de Tocantínia, próxima à rodovia TO-450. Estrutura física: escola rústica, chão batido e cobertura de palha. Abastecimento de água em nascente a 50 m da aldeia, com água corrente o ano todo. Comunicação: inexistente. Transporte: linha de ônibus.</p>
<p><b>Aldeia Zé Brito/Hespohêre:</b> número de famílias: 3. Total de alunos: 17.</p> <p>Localização: a 35 km de Tocantínia, próxima a rodovia TO-450. Estrutura física: sede da Associação Indígena Xerente (paredes de adobe, chão cimentado e cobertura de palha). A escola funciona neste local. Abastecimento de água em córrego, sem tratamento. Comunicação: rádio transmissor movido por placa solar. Transporte: linha de ônibus.</p>
<p><b>Aldeia Traíra:</b> número de famílias residentes: 4. Total de alunos: 14.</p> <p>Localização: a 30 km de Tocantínia, próxima a rodovia TO-450. Estrutura física: escola em alvenaria com uma sala de aula, secretaria, cantina, pátio de recreação e privada. Captação de água por roda d'água. Comunicação: rádio transmissor movido por placa solar. Transporte: linha de ônibus.</p>
<p><b>Aldeia Jenipapo:</b> número de famílias residentes: 5. Total de alunos: 5. Localização: margem do Rio do Sono, a 75 km de Tocantínia, sendo que 12 km são efetuados por via fluvial. Estrutura física: escola na casa do professor. Abastecimento de água no córrego, sem tratamento. Transporte: canoa e linha de ônibus. Comunicação: inexistente.</p>

**Aldeia Novo Horizonte:** número de famílias residentes: 3 . Total de alunos: 13.

Localização: margem do Rio do Sono, a 73 km de Tocantínia, sendo que 10 km são efetuados por via fluvial. Estrutura física: escola na casa do professor. Abastecimento de água em córrego, sem tratamento. Transporte: canoa e linha de ônibus. Comunicação: inexistente.

### III. Posto Indígena Funil

**Aldeia Funil:** número de famílias residentes: 33. Total de alunos: 42

Localização: a 12 km de Tocantínia, a 70 km de Palmas, próxima a TO-010. Estrutura física: enfermaria/residência com 4 dependências, em alvenaria, cobertura de telha cerâmica, piso cimentado, paredes de tijolos, instalação de água por bomba manual. Escola com 3 salas de aula, uma secretaria, cozinha com fogão a lenha, piso de chão batido, cobertura de telhas de cerâmica, paredes de tiéolos, duas privadas. Barracão com cobertura de amianto. Rede de energia elétrica. Captação de água: com roda d'água e poços a serem ampliados com sistema de bombas elétricas. Comunicação: rádio transmissor movido a energia elétrica. Transporte: veículo saveiro e camioneta inoperante, precisando de reformas/ linha de ônibus.

**Aldeia Centro:** número de famílias residentes: 8. Total de alunos: 22.

Localização: a 15 km de Tocantínia, próxima a rodovia TO-450. Estrutura física: escola rústica, piso de chão batido, cobertura de palha. Abastecimento de água em córrego, sem tratamento. Transporte: linha de ônibus. Comunicação: inexistente.

**Aldeia Serrinha:** número de famílias residentes: 13. Total de alunos: 20.

Localização: a 18 km de Tocantínia, próxima a TO-450. Estrutura física: enfermaria/ escola/ residência em alvenaria, cobertura de telha cerâmica, piso cimentado, calçadas. Captação de água através de micro sistema - bomba manual , caixa de 4000 litros e chafariz. Transporte por pinha de ônibus. Comunicação: inexistente.

#### IV. Posto Indígena Brejo Comprido

<p><b>Aldeia Brejo Comprido:</b> número de famílias residentes: 15. Total de alunos: 16.</p> <p>Localização: a 47 km de Tocantínia. Estrutura física: enfermaria rústica, em condições precárias; escola com duas salas de aula, secretaria e cozinha, com cobertura de telha cerâmica e instalação hidrosanitária. Captação de água através de roda d'água canalizada - caixa de 5000 litros. Transporte: veículo D-10 reformado. Comunicação; rádio transmissor a bateira.</p>
<p><b>Aldeia Aldeinha:</b> número de famílias residentes: 9. Total de alunos: 30.</p> <p>Localização: a 53 km de Tocantínia. Estrutura física: escola com sala de aula, cimentada, cozinha, cobertura de telha cerâmica e piso cimentado. A enfermaria funciona numa sala destinada a secretaria da escola. Captação de água por roda d'água. Transporte e comunicação: inexistentes.</p>
<p><b>Aldeia Bom Jardim:</b> número de famílias residentes: 9. Total de alunos: 15.</p> <p>Localização: a 60 km de Tocantínia. Estrutura física: escola com uma sala de aula, secretaria, cozinha, piso cimentado, pátio de recreação, cobertura de telha cerâmica e duas privadas. Captação de água por roda d'água. Transporte atendido pelo P.I. Brejo Comprido. Comunicação: inexistente.</p>
<p><b>Aldeia Recanto da Água Fria:</b> número de famílias residentes: 12. Total de alunos: 21.</p> <p>Localização: a 52 km de Tocantínia. Estrutura física: escola rústica, cobertura de palha e chão batido. Abastecimento de água em córrego, sem tratamento. Transporte através do P.I. Brejo Comprido. Comunicação: inexistente.</p>

#### V. Posto Indígena Rio do Sono

<p><b>Aldeia Rio Sono:</b> número de famílias residentes: 18. Total de alunos: 26.</p> <p>Localização: na margem do Rio do Sono, a 74 km de Tocantínia. Estrutura física: escola/residência com duas salas de aula em alvenaria, piso cimentado, cobertura de telha cerâmica, instalação hidrosanitária e uma privada. Enfermaria ocupa um pequeno cômodo na</p>
--

<p>escola. Captação através de roda d'água. Comunicação: rádio transmissor à bateria / televisão com parabólica. Transporte: saveiro 1987.</p>
<p><b>Aldeia Baixa Funda:</b> número de famílias residentes: 8. Total de alunos: 21.</p> <p>Localização: a 60 km de Tocantínia. Estrutura física: três construções em alvenaria que antes eram destinadas a moradia do chefe de posto, escola e residência do professor. Estão ocupadas por famílias. Abastecimento de água em córrego, sem tratamento. Escola rústica em palha e chão batido. Transporte: atendido pelo veículo da Aldeia Rio do Sono. Comunicação: inexistente.</p>
<p><b>Aldeia Brejinho:</b> número de famílias residentes: 10. Total de alunos: 17.</p> <p>Localização: a 70 km de Tocantínia. Estrutura física: escola rústica, cobertura de palha e chão batido. Abastecimento de água em córrego, sem tratamento Transporte: atendido pelo veículo da aldeia Rio do Sono. Comunicação: inexistente.</p>
<p><b>Aldeia Rio Preto:</b> número de famílias: 3. Total de alunos: estudam na escola da aldeia Baixa Funda. Localização: a 65 km de Tocantínia. Estrutura física: abastecimento de água em córrego, sem tratamento. Transporte através do veículo da Aldeia Rio do Sono. Comunicação: inexistente.</p>
<p><b>Aldeia Sangradouro:</b> número de famílias residentes: 4. Total de alunos: 16.</p> <p>Localização: na margem do Rio do Sono, a 75 km de Tocantínia, sendo 10 km por via fluvial. Estrutura física: escola na casa do professor. Abastecimento de água em córrego, sem tratamento. Transporte: canoa até a aldeia Rio do Sono. Comunicação: inexistente.</p>

Fonte: FUNAI - GURUPI - 1997



## Parte II - Análise dos Impactos Ambientais

### 1. METODOLOGIA UTILIZADA.

Para a elaboração deste relatório foram cumpridas as seguintes etapas:

- a) De posse do Projeto Executivo da Hidrovia Araguaia-Tocantins, foram realizadas reuniões com as lideranças Xerente no período compreendido entre 21 de julho a 4 de agosto de 1997, visando o esclarecimento inicial do empreendimento.
- b) A elaboração da Parte I - Diagnóstico, foi realizada da seguinte maneira:
  - Primeiro, a utilização de uma vasta bibliografia antropológica elaborada por pesquisadores que estiveram entre os Xerente em vários momentos deste século, além de referências coletadas sobre o grupo através de relatos de viajantes - séculos XVIII e XIX;
  - Segundo, a utilização de EIA/RIMAS sobre outros empreendimentos que estão em andamento junto a área Xerente;
  - Terceiro, a utilização e incorporação de dados e avaliações decorrentes de informações pessoais obtidas através do diálogo direto com a comunidade Xerente;
  - Quarto, a utilização de dados e avaliações que foram obtidas junto à FUNAI de Gurupi - TO e Brasília-DF; Procuradoria da República em Palmas, e fatos noticiados pela imprensa em geral.
- c) A Parte II - Análise dos Impactos Ambientais, foi elaborada da seguinte maneira:
  - Primeiro, a leitura atenta do "Projeto Executivo" do empreendimento, com especial atenção às interferências de ordem física - dragagem e derrocamento para construção do canal por onde deverá passar as chatas - que afetarão diretamente aldeias Xerente localizadas à margem do Rio Tocantins.

- Segundo, a leitura atenta dos impactos que o empreendimento causará sobre: a fauna, a flora, o regime hídrico, o entorno sócio-econômico, realizados por consultores contratados pelo empreendedor;
- Terceiro, a leitura atenta de análises de experiência nacionais e internacionais sobre a construção de hidrovias, obtidas junto à diversas fontes - conforme bibliografia anexa - nas quais são assinalados impactos que o empreendimento pode acarretar futuramente para as comunidade indígenas por ela atingidas;
- Quarto, através do contraste destes três itens, com o relatório da Parte I- Diagnóstico, esta parte pode assim ser elaborada da maneira mais próxima da realidade.

Como analisamos exaustivamente na Parte I - Diagnóstico deste relatório, a atual situação dos Xerente apresenta os seguintes problemas:

- a) Apesar de demarcada, existe uma enorme pressão territorial sobre a Reserva Xerente. Em virtude da sua localização - na margem direita do Rio Tocantins, entre a capital Palmas e as regiões do norte e do nordeste brasileiro - a Reserva Xerente tem sido um obstáculo aos projetos de desenvolvimento não só do recém-criado Estado do Tocantins, mas também, de projetos do governo federal. Além disso, a cidade de Tocantínia localiza-se no meio da Reserva, o que é motivo de constante tensão entre os Xerente e a população não-índia local. A aldeia do Funil, entre Tocantínia e Palmas, no momento, é o local onde se encontra o maior foco de tensão, em virtude da proposta de pavimentação da estrada que a corta, conforme descrito da Parte I.
- b) Ingerência externa no sistema social e político tradicional Xerente, oriunda de pressões políticas locais e regionais, o que tem proporcionado a desunião interna do grupo, caracterizando um aumento exagerado de aldeias sem a menor infra-estrutura.
- c) Degradação Ambiental das áreas internas da reserva, devido a : projetos de agricultura mecanizadas que não tiveram continuidade ; implementação de obras financiadas pelo Governo Estadual - como a citada construção de 24 casas populares; antigas fazendas de não-índios que se localizam dentro da área e o excesso do uso do solo, extremamente pobre em vários locais da reserva.

- d) Completa ausência de saneamento básico em todas as aldeias que compõem a reserva - tratamento de água, destino de dejetos, etc.
- e) Condições precárias de atendimento à saúde e à educação - transportes, enfermarias, instrumentos médicos em geral, escolas, pessoal capacitado, etc.
- f) Falta de apoio e incentivo a alternativas econômicas do grupo, já que suas fontes tradicionais de subsistência - a caça e a pesca - encontram-se cada vez mais raras devido à pressão da sociedade envolvente sobre seus recursos naturais.
- g) Dependência dos recursos advindos de aposentadorias dos velhos, empregos nas cidades e fazendas circunvizinhas, cargos na Prefeitura de Tocantínia e no Governo em Palmas, muitos deles, conquistados através de barganha eleitoral, etc.
- h) Dependência da comunidade Xerente do comércio local - Tocantínia, Miracema e Rio do Sono - relação esta muito parecida com o sistema de "barracão", conforme visto no item 6.2 da Parte I deste relatório.
- i) Livre comércio de bebidas alcoólicas - apesar de sua ilegalidade - o que contribui significativamente para o alto índice de alcoolismo entre os Xerente.
- j) Prostituição entre as mulheres Xerente mais jovens.
- k) Títulos eleitorais do grupo espalhados por pelo menos três cidades circunvizinhas - Lageado, Rio do Sono e Lizarda - impossibilitando a conquista de representação política na cidade de Tocantínia.
- l) Suspensão das atividades da Associação Indígena Xerente, devido a pressões políticas externas e a decorrente desunião interna do grupo.
- m) Falta de incentivo às instituições tradicionais Xerente - econômicas, políticas, sociais e religiosas - proporcionado um desligamento das gerações mais novas da cultura Xerente.

Todos estes problemas acima elencados e exaustivamente analisados no diagnóstico (Parte I), deverão ser **potencializados** com maior ou menor intensidade não só pela implementação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, como também, pelos demais projetos que circundam a reserva, como descritos no item 6.4 do diagnóstico.

## 2. IMPACTOS: IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, MEDIDAS PRÉVIAS E MITIGADORAS

2.1 Os impactos identificados serão avaliados e qualificados da seguinte maneira:

- a) Tipo de efeito: **positivo** ou **negativo**.
- b) Probabilidade de ocorrência: **certa, moderada e baixa**.
- c) Magnitude do efeito: **muito baixa, baixa, moderada, alta ou muito alta**.
- d) Duração: **muito curta** (poucos dias); **curta** (menos de um mês); **moderada** (menos de um ano); **permanente** (duração de vários anos).
- e) Área de Influência: **pontual** (muito pequenas / exemplo: um barranco); **local** (restrita); **zonal** (maior que a restrita); **regional** (área total em estudo); **extra-regional** (transcende a região estudada).
- f) Mitigabilidade: **não mitigáveis; pouco mitigáveis; medianamente mitigáveis; altamente mitigáveis e totalmente mitigáveis**.
- g) Relevância: **baixa, moderada, alta e muito alta**.

### Observações:

1) Neste relatório, devido à generalidade dos conceitos assinalados, as delimitações das áreas de influência ( **item e** ) serão assim definidas:

**pontual** - se o impacto for apenas sobre as aldeias Xerente localizadas à margem do Rio Tocantins;

**local** - se o impacto afetar a comunidade indígena Xerente como um todo, independente da proximidade das aldeias do Rio Tocantins;

**regional** - se o impacto afetar toda a comunidade indígena Xerente e o *entorno não-indígena* ;

**extra-regional** - se o impacto assinalado tiver consequências que vão além área de influência **regional**.

2) A diferenciação entre impactos diretos e indiretos no que tange as análises sobre comunidades indígenas é contraproducente, como bem assinala Bartolomeu Meliá:

*“A distinção entre impactos diretos e indiretos é, no caso de povos indígenas, de pouca relevância, uma vez, paradoxalmente, o que é considerado tribal apresenta elevado grau de integração e de intracomunicabilidade. Povos indígenas deveriam, basicamente, serem considerados como grupos regionais e territoriais; o que ocorre*

nas margens do rio afeta o grupo completo das comunidades, mesmo aquelas que se encontram no interior.” (Meliá, B.,1996: 211).

3) Sobre a mitigabilidade dos impactos, transcrevo a seguinte passagem da Metodologia de Avaliação de Impactos, fornecida pela AHITAR: “...**a mitigabilidade depende tanto da possibilidade de execução técnica e econômica como da vontade política de fazê-lo**”.(PAG. 5). Tal afirmativa assinala a necessidade de haver um compromisso ético por parte do empreendedor (Ministério dos Transportes e AHITAR) em cumprir todas as medidas prévias e mitigadoras apontadas nos relatórios dos consultores. Sem este compromisso, o EIA/RIMA do empreendimento perderá seu sentido, sendo que nenhum dos consultores poderão ser responsabilizados por danos causados aos meios estudados. Em outras palavras, se não houver **vontade política** do empreendedor e dos demais órgãos envolvidos, as medidas propostas não sairão do “papel”.

## **2.2 FASE DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO**

### **2.2.1 Interferência do empreendimento: Dragagem do Rio Tocantins - Baixo de Miracema - para aprofundamento do canal por onde deverão passar as chatas e comboios**

Considerando-se:

- Que a dragagem implicará em uma série de danos ao meio-ambiente, como assoreamento das margens, erosão, remoção de sedimentos e aumento da velocidade do rio, etc;(Garro,1997; Bucher er Alli,1994)
- Que tais danos implicam num impacto direto sobre o meio-biótico, como por exemplo, a devastação da mata ciliar e a erosão das margens dos rios, prejudicando sensivelmente a reprodução da ictiofauna (fauna marinha), bem como, a fauna que sobrevive diretamente dos rios;
- as operações de dragagem, conforme amplos estudos, implicará na remoção de sedimentos do fundo do rio;
- tal remoção implicará num descontrole sobre os processos naturais que ocorrem no meio-biótico;
- que há casos registrados de aumento de esquistossomose, malária e dengue, após empreendimentos desta natureza (Ver Análise Independente da Hidrovia Paraná-Paraguai, cf. bibliografia em anexo);
- que não está definido em qual local será colocado o material dragado;

E que:

- a Reserva Xerente possui 12 km de extensão junto à margem do Rio Tocantins;
- grande parte destes 12 km - conforme Projeto Executivo - será exatamente o local pelo qual passará o referido canal, ou seja, na margem direita do Rio Tocantins, limite oeste da Reserva Xerente;
- por toda esta margem estão localizadas roças de toco, dependentes exclusivamente do sistema de vazantes do Rio Tocantins e que são a fonte mais segura de subsistência dos Xerente;
- três aldeias encontram-se a quinhentos metros da margem - Salto, Porteira e Bela Vista - e seus moradores utilizam-se do Rio Tocantins para diversas atividades - pesca, caça, banho, lavagem de roupa, recreação e abastecimento de água;
- a população total destas aldeias é de mais de 360 pessoas;
- o solo destas aldeias mais adentro - extremamente arenosos - encontram-se totalmente desgastados;
- a falta de infra-estrutura do órgão tutor - FUNAI - para implementar projetos econômicos na área Xerente, visando sua autonomia futura;
- as precárias condições da infra-estrutura de saúde e saneamento básico, tanto na Reserva Xerente, como também, nas cidades circunvizinhas;

Prevêm-se:

- impacto sobre a fonte de alimentação - pesca e roça de tocos - das populações das aldeias Porteira e Bela Vista, localizadas à margem do Rio Tocantins;
- impacto sobre as atividades de abastecimento de água, recreação e higiene (banhos, lavagem de roupas e louça), dos moradores das referidas aldeias;
- impacto sobre as demais aldeias através da interferência na fonte de alimentação, já que há um amplo sistema de trocas de alimentos entre as mesmas;
- possibilidade de aparecimento de doenças infecto-contagiosas - dengue, malária, esquistossomose - em indivíduos das aldeias Xerente - principalmente nos moradores das aldeias localizadas à beira do Rio Tocantins - que, como já descrito, tem no rio sua fonte principal para um série de atividades (banho, recreação, higiene, abastecimento de água, etc);

- impacto sobre as demais aldeias Xerente, devido ao amplo relacionamento de todo o grupo;

#### **Medidas Prévias:**

- Mudança pelo empreendedor do canal para a margem esquerda do Rio Tocantins, limite da cidade de Miracema, como atenuante dos impactos acima assinalados;
- Orientação da comunidade das aldeias Porteira, Bela Vista e Salto, para não mais utilizarem a água proveniente do Rio Tocantins, devido à possibilidade de alteração da qualidade da água através do sistema de dragagem anual e produtos tóxicos (óleo diesel, agrotóxicos, etc)
- Definição do local no qual será colocado o material dragado, através de um prévio estudo sobre suas interferências no meio-ambiente;

#### **Medidas Mitigadoras:**

- Planejamento e Implementação de projetos econômicos que substituam as fontes de alimentação que sofrerão interferência, por toda a Reserva Xerente;
- Planejamento e Implementação de programas de recuperação do solo e do meio-ambiente degradados em toda a Reserva Xerente para que os projetos agrícolas possam ser implementados nos solos recuperados;
- Criação de uma Zona de Proteção Ambiental ( A.P.A ) que compreenda toda a extensão da margem do Rio Tocantins, com seu total reflorestamento - após consulta à comunidade Xerente - visando sua proteção contra futuras erosões e assoreamentos;
- Planejamento e Implementação de infra-estrutura de abastecimento de água e saneamento básico em todas as aldeias Xerente.
- Planejamento e implementação de programas de capacitação dos agentes de saúde indígenas, visando a prevenção de possíveis epidemias.

**Avaliação:**

*Os impactos aqui considerados são **negativos** para a comunidade Xerente, principalmente para os moradores das aldeias próximas ao Rio Tocantins. Deve-se levar em conta que, se as medidas prévias assinaladas apenas atenuam os impactos, as medidas mitigadoras propostas poderiam solucionar as repercussões negativas das referidas interferências desde que fossem realmente implementadas.*

Quanto aos demais atributos, os impactos derivados das atividades de dragagem podem assim ser avaliados:

- de **ocorrência certa**, uma vez que as obras de dragagem são extremamente prejudiciais aos rios de maneira geral (erosão, assoreamento, remoção de sedimentos, etc);
- como manifestação **a curto prazo**, a partir do início das obras de dragagem;
- de ocorrência **permanente**, pois as atividades de dragagem acontecerão durante as fases de **pré-operação, construção e operação** da Hidrovia;
- **local**, na comunidade Xerente como um todo, com maior prejuízo para as aldeias Bela Vista e Porteira, localizadas à margem do Rio Tocantins;
- no cômputo geral, embora não quantificável, os impactos assinalados devem ser considerados de **alta magnitude**, já que ocorrerão permanentemente, sendo intensificados a partir da operação do empreendimento;
- observando esses atributos - e considerando que a minimização dos impactos dependem de uma série de medidas técnicas de alto custo e bem planejadas - acredita-se que os impactos assinalados sejam **pouco mitigáveis** por um lado, e de **relevância muito alta** para a comunidade Xerente.

### **2.2.2 Interferência do empreendimento: navegação das chatas pelo Rio Tocantins, com cargas ainda não definida**

Considerando-se que:



- não está definido que tipo de carga será transportada pela Hidrovia, já que tal característica dependerá dos interesses da iniciativa privada;
- poderá haver vazamento de óleo e outros materiais tóxicos, proveniente das chatas e comboios de maneira contínua e pouco controlável;
- existe a possibilidade de acidentes com material altamente prejudicial ao meio-ambiente em geral ( biótico, físico e antrópico)

Prevêem-se:

- impacto sobre todo o meio ambiente
- impacto sobre a comunidade Xerente que depende do rio para uma série de atividades já descritas anteriormente;

#### **Medidas Prévias:**

- Definição, antes do início da operação da Hidrovia, de qual o tipo de carga que será transportada pelas chatas;
- Não deverá ser permitido o transporte de cargas nocivas ao meio-ambiente e as populações humanas - material agrotóxico, pesticidas, combustível, etc.;

#### **Medidas Mitigadoras:**

- Contrato assinado entre as partes envolvidas no empreendimento , para indenização de qualquer tipo de prejuízo que um acidente poderá acarretar para a comunidade Xerente;
- Programa de Monitoramento Ambiental, com a participação da comunidade Xerente, sobre as operações da Hidrovia;

**Avaliação:**

*Os impactos provenientes de um acidente com carga poluente devem ser considerados altamente **negativos** para a comunidade Xerente como um todo, devido a sua dependência do Rio Tocantins.*

Quanto aos demais atributos, os impactos provenientes do transporte de cargas poluentes podem assim ser avaliados:

- de **ocorrência imprevisível**, mesmo se as medidas prévias e mitigadoras sejam implementadas;
- como manifestação **a curto prazo**, a partir do início da operação da Hidrovia ;
- **pontuais, locais, regionais e extra-regionais**, dependendo da dimensão do acidente;
- no cômputo geral, embora não quantificável, os impactos assinalados devem ser considerados de **magnitude muito alta**;
- observando esses atributos - e considerando a imprevisibilidade da ocorrência de acidentes com cargas poluentes - acredita-se que os impactos sejam **não mitigáveis** e de **relevância muito alta** para a comunidade Xerente.

**2.2.3 Interferência do empreendimento: Pressão sobre as terras indígenas**

Considerando-se que:

- a proposta do empreendimento analisado é de criar um corredor de transporte para o escoamento da produção de grãos da região centro-oeste;
- a valorização das terras da região sobre influência do empreendimento;
- a expulsão de pequenos proprietários e de posseiros com a incorporação de suas terras pela agro-indústria de exportação ;
- a mudança de uso do solo, que passará da pecuária extensiva para a agricultura mecanizada;

- no entorno da Reserva Xerente localizam-se várias fazendas de pecuária que tenderão a ser incorporadas pela expansão da agro-indústria de grãos;
- no limite norte da Reserva Xerente encontra-se já em funcionamento o PRODECER III, projeto de agro-exportação;
- a construção prevista da Hidrelétrica do Lageado, no limite sul da Reserva Xerente;
- pressão para a pavimentação de estradas que cortam a Reserva Xerente por apete das autoridades executivas municipais e estaduais.

Prevêm-se:

- Forte pressão sobre a terra Xerente, através do interesse de empresários desejosos de incorporar as fazendas de pecuária que estão no entorno da reserva na lógica da agro-indústria de grãos e por posseiros ou pequenos proprietários expulsos de suas terras;
- Intensificação da pressão sobre a comunidade Xerente visando a pavimentação das estradas que cortam a sua reserva;

#### **Medidas Prévias:**

- Planejamento e implementação de programa de fiscalização dos limites da Reserva Xerente;
- Planejamento e implementação de um traçado alternativo para as estradas que cortam a Reserva Xerente, *visando o fim das pressões do estado do Tocantins e de grupos empresariais para a pavimentação das mesmas.*
- Planejamento e implementação de postos de fiscalização que controlem o tráfego de veículos dentro da Reserva Xerente.

#### **Medidas Mitigadoras:**

- Implementação de uma zona de proteção ambiental - A P A - no entorno da reserva Xerente ( no limite interno, junto à cidade de Tocantínia e nos limites externos)

- Zoneamento agro-ecológico de toda a região de influência da Hidrovia Araguaia-Tocantins;
- Planejamento e implementação de programas socio- econômicos visando o uso sustentável das terras indígenas pela própria população.
- Planejamento da ocupação das cidades circunvizinhas, com investimentos na saúde, educação, transporte, saneamento básico, etc;
- Planejamento e introdução de programas de orientação a comunidade não-índia sobre os valores, a cultura e os direitos indígenas, em todas as escolas das cidades circunvizinhas;
- Planejamento e implementação de um mini-hospital na área Xerente, com pessoal capacitado e toda a infraestrutura necessária para um bom atendimento a saúde - ambulância, instrumentos cirúrgicos; etc;
- Planejamento e implementação de uma escola de 1º e 2º graus na Reserva Xerente, com cursos de capacitação dos professores indígenas;
- Planejamento e implementação de rede de energia elétrica em toda as aldeias da reserva Xerente;
- Ampliação da área indígena Xerente através da identificação, delimitação e homologação de áreas de ocupação tradicional Xerente que ficaram de fora da atual área demarcada.

### Avaliação:

*Os impactos decorrentes da pressão sobre as Reserva Xerente - já em andamento, mesmo antes do início das operações da Hidrovia - devem ser considerados **negativos** para a comunidade Xerente , devido a localização estratégica que sua reserva ocupa no Estado do Tocantins.*

Quanto aos demais atributos, os impactos podem assim ser avaliados:

- de **ocorrência certa**, já que a pressão sobre a Reserva Xerente já se alonga há vários anos (ver item 6.4 do diagnóstico);
- como manifestação **a curto prazo**, a partir do início da construção e operação da Hidrovia ;

- **local, zonal, regional e extra-regional**, compreendendo toda a área de influência da bacia Araguaia-Tocantins;
- de ocorrência **permanente**, já que a pressão sobre a Reserva Xerente só tende a ser intensificada com o início da operação do empreendimento;
- no cômputo geral, embora não quantificável, os impactos assinalados devem ser considerados de **magnitude muito alta**, já que - apesar das séries de denúncias que têm sido divulgadas sobre a pressão exercida por segmentos não indígenas sobre a reserva e a comunidade Xerente - as mesmas continuam em curso;
- observando esses atributos - e considerando que a minimização dos impactos assinalados depende, principalmente, do fim da ingerência política de segmentos não indígenas sobre a comunidade Xerente - acredita-se que, mantida a atual situação política na qual a comunidade Xerente está envolta, os citados impactos **não são mitigáveis** e de **relevância muito alta** para a comunidade Xerente.

#### **2.2.5 Interferência do empreendimento: construção de um porto de escoamento da produção agrícola da região, na cidade de Miracema do Tocantins ( conforme previsão descrita no Projeto Executivo da Hidrovia):**

Considerando-se que:

- a construção e a operação de um porto de terminal de cargas implicará na vinda de trabalhadores, comerciantes, mascates, aventureiros, que desconhecem a cultura e os valores Xerente;
- a necessidade de implantação e operação de canteiros de obras de apoio ao empreendimento;
- a construção de portos ficará à cargo da iniciativa privada em parceria com as prefeituras locais;

E que:

- a região central de Miracema, na qual está prevista a construção do porto, é área de constante perambulação da comunidade Xerente - escolas, hospitais, comércio, etc.
- a existência do vício alcoólico entre os Xerente;
- a liberdade sexual do grupo;
- a “troca de favores” desenvolvidas pelos Xerente, como estratégia de sobrevivência;
- as precárias condições de infra-estrutura - saneamento e saúde - na cidade de Miracema e Tocantínia;

- a inexistência de programas educacionais das populações não-índias, por parte das prefeituras locais, no sentido de orientá-las no bom convívio com os Xerente;
- a inexistência de uma repressão severa sobre o comércio ilegal de bebidas alcoólicas para os Xerente por parte das autoridades locais;
- a falta de infra-estrutura do órgão tutor - FUNAI - para fiscalização das relações entre índios e não-índios;
- a existência de casos registrados de AIDS nas cidades de Miracema e Tocantínia;

Prevêem-se:

- aumento de consumo de bebidas alcoólicas entre os Xerente;
- possibilidade de intensificação de relacionamento sexual entre índios e não-índios,
- conflitos entre os Xerente e a “nova população” que certamente se estabelecerá em Miracema e provavelmente em Tocantínia, já que nesta cidade o custo de vida é bem mais acessível;
- possibilidade de transmissão de doenças epidemiológicas trazidas de outras regiões pela “nova população”, com a conseqüente contaminação dos Xerente por doenças infecto-contagiosas;

### **Medidas Prévias:**

- Construção do porto num local em Miracema, que não seja área de perambulação dos Xerente, que deverá contar com a elaboração de um EIA/RIMA específico.
- Programa de Combate ao Alcoolismo entre os Xerente, envolvendo um trabalho profundo de assistência por profissionais qualificados;
- Programa de Orientação da comunidade Xerente, para convivência com as obras relacionadas aos empreendimentos;
- Programa de Orientação na “nova população” - principalmente dos trabalhadores, no trato com os Xerente, através de palestras sobre sua cultura e seus direitos;
- Programa de Controle de Saúde da “nova população” que se estabelecerá em Miracema e Tocantínia;
- Montagem e implementação de estratégias de fiscalização conjunta entre FUNAI e o empreendedor

### Medidas Mitigadoras:

- Planejamento e Implementação de projetos econômicos por toda a Reserva Xerente, objetivando a independência econômica dos Xerente;
- Implementação de cantinas em locais a serem definidos pelos Xerente, que contenham as mercadorias básicas de alimentação, vestuário, instrumentos de trabalho agrícola, insumos, etc, com o objetivo de diminuir a dependência da comunidade perante o comércio local;
- Montagem e implementação de estratégias de fiscalização conjunta entre FUNAI , Procuradoria da República e autoridades locais para coibir o venda de bebida alcóolica para os Xerente;
- Criação de uma A PA . ( Área de Proteção Ambiental) no entorno de toda a Reserva Xerente;

### Avaliação:

*A construção do porto de escoamento em Miracema deve ser vista como **negativa** para a comunidade Xerente devido a sua intensa perambulação pela cidade de Miracema. Se implementadas, tanto as medidas prévias como as mitigadoras apenas atenuariam os problemas assinalados, sendo mais provável sua intensificação.*

Quanto aos demais atributos, os impactos decorrentes da construção do porto podem assim ser avaliados:

- de **ocorrência certa**, a menos que o porto não seja construído no local indicado;
- como manifestação **a curto prazo**, a partir do início das obras de construção do porto;
- de ocorrência **permanente**, pois as consequências da implementação do porto em Miracema , acontecerão durante as fases de **pré-operação, construção e operação** da Hidrovia;
- **regional**, pois a área de influência da construção do porto abrangerá certamente Miracema, Tocantínia e a comunidade Xerente;

- no cômputo geral, embora não quantificável, os impactos assinalados devem ser considerados de **alta magnitude**, intensificados a partir da operação do porto de escoamento;
- observando esses atributos, acredita-se que os impactos decorrentes da construção de um porto de escoamento em Miracema , sejam **pouco mitigáveis**, e de **relevância muito alta** para a comunidade Xerente.



## **Parte III - Programas de Monitoramento e Mitigação de Impactos oriundos da implementação da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre a comunidade e território Xerente .**

### **1. JUSTIFICATIVA**

Levando-se em conta as precárias condições sociais da comunidade Xerente e as implicações negativas dos empreendimentos em curso na região que - devido a sua influência direta sobre a Reserva - tenderão a intensificar todos os problemas aos quais a comunidade indígena está submetida, as propostas abaixo relacionadas devem ser cumpridas pelos órgãos competentes, visando a preservação cultural, social e ambiental da comunidade e da reserva Xerente. Por outro lado, devido aos grandes projetos de desenvolvimento que estão em curso no Estado do Tocantins , são elencadas também, possíveis diretrizes de serem assumidas pelo atual e futuros governos do Estado do Tocantins, visando à preservação das culturas indígenas ali localizadas. Tais diretrizes justificam-se já que o empreendimento analisado beneficiará vários segmentos não-indígenas (empresários rurais, prefeituras, Estados, etc.), sendo, portanto, imprescindível que a comunidade indígena seja beneficiada de maneira ampla e irrestrita, já que , no limite - com a implementação da Hidrovia Araguaia-Tocantins - a comunidade indígena será a maior prejudicada devido a sua dependência direta dos recursos naturais.

#### **1.1. OBJETIVOS**

Organizar e implementar as medidas prévias e mitigadoras no sentido de minimizar os efeitos negativos do empreendimento sobre a área indígena e a comunidade Xerente, por meio de compromissos específicos a serem assumidos , pelo empreendedor - **AHITAR/Ministério dos Transportes**; pelo Poder Público - **Prefeituras circunvizinhas e o Governo do Estado do Tocantins**; e pelo **IBAMA e FUNAI**. O planejamento e a

implementação das medidas deverão ser estabelecidas através de uma atuação integrada entre todos os órgãos citados acima.

O Programa Xerente pressupõe dois tipos de ações - prévias e mitigadoras - estruturadas nos seguintes sub-programas:

1. Programa de Controle Territorial
2. Programa Ambiental
3. Programa de Qualidade de Vida

## **1.2. PÚBLICO ALVO**

- Comunidade Xerente
- Comunidades não-indígenas circunvizinhas à Reserva Xerente
- A população do Estado do Tocantins
- Órgãos participantes - FUNAI, IBAMA, Procuradoria da República, Prefeituras das cidades circunvizinhas a Reserva Xerente, Governo do Estado, e Ministério dos Transportes/AHITAR.

## 2. DETALHAMENTO DOS SUB-PROGRAMAS:

### **2.1 Programa de Controle Territorial**

#### **Ações Prévias**

- a) Planejamento e implementação de A PA(s) , que compreendam todo o entorno da Reserva Xerente, em seus limites internos ( cidade de Tocantínia) e externos.
- b) Controle do tráfego de veículos dentro da Reserva Xerente, através da criação de Postos de Fiscalização e cobrança de pedágio a ser revertido para a comunidade Xerente.
- c) Planejamento e implementação de traçados alternativos às estradas que cortam a Reserva Xerente, visando a diminuição do tráfego de veículos em seu interior.

#### **Ações Previstas**

- a) Ampliação da área indígena Xerente, através da identificação, demarcação e homologação de áreas tradicionais indígena que ficaram de fora da atual reserva.
  - Na Área Grande: área a ser identificada, nas imediações do Rio Gorgulho, ao norte da atual reserva, região pertencente atualmente à cidade de Pedro Afonso.
  - Na Área Grande: área a ser identificada, conhecida como Paneiros, que vai desde o Rio Perdida até Córrego da Aldeia - afluentes do Rio do Sono, no limite oeste da atual Reserva Xerente, hoje pertencentes a cidade do Rio do Sono.
  - Na Área do Funil: área a ser identificada conjuntamente com a população da Aldeia do Funil.
- b) Planejamento e implementação de um Programa de Fiscalização e Monitoramento da Reserva Xerente, evitando atividades predatórias desenvolvidas por intrusos.

- c) Planejamento de dotações necessárias para a implementação de infra-estrutura de transporte para efetiva implantação do Programa de Fiscalização Territorial.
- d) Desenvolvimento de estudos para a efetiva proteção de sítios arqueológicos e de outros patrimônios culturais e paisagísticos que são referências básicas de sustentação da cosmovisão Xerente.

### Matriz Institucional

Ações	Responsável
Prévias	
a	FUNAI/ IBAMA / NATURATINS
B	FUNAI
C	FUNAI / Governo do Estado
Previstas	
a	FUNAI / IBAMA / NATURATINS
b	FUNAI / IBAMA/NATURATINS
c	FUNAI / Ministério dos Transportes
d	FUNAI/ IBAMA / Ministério da Cultura

### 2.2. Programa Ambiental

#### Ações Prévias

- a) Planejamento e implementação de diagnósticos das potencialidades econômicas e da atual situação ambiental da Reserva Xerente, visando à elaboração de projetos de recuperação de recursos vegetais e à elaboração de programas de exploração econômica para melhoria da alimentação da comunidade Xerente.
- b) Planejamento e implementação de Projeto de Recuperação de área degradadas na Reserva Xerente.

- c) Fiscalização permanente da Reserva Xerente visando impedir que se implementem projetos econômicos ou sociais, sem o prévio estudo de impacto ambiental e cultural sobre a comunidade Xerente. (Ver no Diagnóstico- Parte 1, referência a construção de 24 casas populares na aldeia Salto e o desmatamento de 20 alqueires)

### Ações Previstas

- a) Planejamento e implementação de zoneamento agro-ecológico em toda imediação da Reserva Xerente.
- b) Desenvolvimento de estudos técnicos e econômicos visando mitigar os efeitos das atividades de construção e operação da Hidrovia: derrocamentos, tráfego fluvial, construção de portos, pressão antrópica, etc.
- c) Planejamento de dotações necessárias para a efetiva implantação das medidas mitigadoras e do monitoramento permanente das ações de proteção ambiental.

### Matriz Institucional

Ações	Responsável	
Prévias	a	FUNAI / IBAMA / NATURATINS
	b	FUNAI / IBAMA / NATURATINS
	c	FUNAI
Previstas	a	IBAMA / NATURATINS
	b	Ministério dos Transportes
	c	Ministério dos Transportes

### **2.3 Programa de Qualidade de Vida**

#### **Ações Previstas**

- a) Planejamento e implementação de um Programa de Saúde Xerente visando a melhoria da qualidade de atendimento médico, da infra-estrutura de saúde ( instalações - enfermarias e um mini-hospital -, medicamentos, transporte, comunicação, etc) e dos recursos humanos a partir da capacitação dos agentes e monitores de saúde indígena.
- b) Planejamento e Implementação de Programa de Combate ao Alcoolismo em todas as aldeias da Reserva Xerente.
- c) Planejamento e implementação de saneamento básico e de abastecimento de água potável em todas as aldeias da Reserva Xerente.
- d) Planejamento e Implementação de cantinas abastecidas com alimentação básica, dentro nas aldeias indígenas, sob controle da comunidade Xerente, visando a independência da comunidade perante o comércio das cidades circunvizinhas.
- e) Planejamento e Implementação de projetos de produção econômica para melhoria da alimentação dos Xerente, respeitando-se suas atividades econômicas tradicionais.
- f) Planejamento e Implementação de Programas de Resgate Cultural, através de convênios com as secretarias de educação municipais e do Governo Estadual, incentivando a capacitação dos professores indígenas e instrumentalização das escolas indígenas.
- g) Planejamento e implementação de uma escola de 1º e 2º graus, com cursos profissionalizantes por um lado, e incentivo ao aprendizado da língua e cultura Xerente ,por outro, dentro da Reserva Xerente.
- h) Planejamento e implantação de um Programa de Eletrificação em todas as aldeias Xerente através de tecnologias alternativas, como o uso de placas solares.
- i) Punição e fiscalização severa sobre o comércio local das cidades de Tocantínia, Miracema e Rio do Sono, visando o cumprimento da lei 6001 de Dezembro de 1973 - Art. 58, que proíbe terminantemente a venda de bebidas alcoólicas para populações indígenas. A pena para os infratores varia de 6 meses a 2 anos de prisão.
- j) Punição e fiscalização severa sobre o comércio local, visando acabar com o sistema de retenção dos cartões dos aposentados Xerente por parte de alguns comerciantes.

- k) Investimento da infra-estrutura de educação, saúde e saneamento básico nas cidades de Tocantínia, Miracema e Rio do Sono , visando dar condições a chegada de novos contingentes populacionais.
- l) Planejamento e Implementação de Programa de Prevenção de Doenças - dengue, malária, esquistossomose, DST-AIDS -, visando o controle da saúde da população local (indígena e não-indígena).
- m) Planejamento e Implementação de Programas de Educação nas escolas da região visando a divulgação dos direitos e valores da cultura Xerente para a comunidade não-indígena.
- n) Recuperar e implementar o Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins, num convênio tripartite assinado em 19.08.1991, entre o Governo do Estado, a Universidade Federal de Goiás e a FUNAI., visando o respeito e a valorização das culturas indígenas localizadas neste estado.
- o) Reativação da Associação Indígena Xerente - com discussões prévias entre os caciques e lideranças Xerente, com assessoria antropológica - transformando-a num organismo que tenha participação ativa no planejamento, implementação e a administração de todas as medidas aqui elencadas, bem como, outras a serem propostas futuramente, visando assim, a autonomia sócioeconômica e política da comunidade Xerente.
- p) Controle dos processos eleitorais (votação e apuração) municipais, estaduais e federais, na comunidade Xerente, visando garantir a autonomia política, a legitimidade e a não manipulação de tais processos.
- q) Previsão de dotações necessárias para a efetiva implantação dos programas assinalados.

### Matriz Institucional

Ações	Responsável
a	FUNAI / Ministério dos Transportes
b	FUNAI / FNS / SESAU-TO
c	FUNAI / FNS / SESAU-TO / Ministério dos Transportes
d	FUNAI / Ministério dos Transportes
e	FUNAI / Ministério dos Transportes
f	FUNAI / SEDUC-TO / Ministério dos Transportes

g	FUNAI / SEDUC -TO/ Ministério dos Transportes
h	FUNAI /CELTINS-TO/Ministério dos Transportes
i	FUNAI / Procuradoria da República / Autoridades executivas municipais e estaduais
j	FUNAI / Procuradoria da República / Autoridades executivas municipais e estaduais
k	Autoridades executivas municipais e estaduais/Ministério dos Transportes
l	FUNAI / SESAU-TO/FNS/Autoridades executivas municipais
m	FUNAI / SEDUC-TO/ Autoridades executivas municipais
n	FUNAI / SEDUC-TO/UFG
o	FUNAI
p	FUNAI
q	FUNAI / Ministério dos Transportes

### 3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Sub-Programas	Fases
1. Territorial	anterior ao início das obras e continuidade nas fases seguintes



<b>2. Ambiental</b>	<b>anterior ao início das obras e ao longo da operação da Hidrovia</b>
<b>3. Qualidade de Vida</b>	<b>durante a construção e ao longo da operação da Hidrovia</b>

**Bibliografia:**

AZANHA, G. & Ladeira, M.E. **Componente Indígena do EIA/RIMA da Hidrelétrica do Lageado, 1996.**

EDF/CEBRAC **O Projeto de Navegação da Hidrovia Paraguai- Paraná - Relatório de uma Análise Independente, 1997.**

FARIAS, Agenor **Fluxos Sociais Xerente: Organização Social e Dinâmica das Relações entre Aldeias.** Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 1990.

GARRO, L. **Estudo de Impacto Ambiental ictiofaunístico da Hidrovia Araguaia-Tocantins, 1997.**

LOPES DA SILVA, A. & Farias, A. **"Pintura corporal e sociedade, os partidos Xerente",** in Grafismos Indígenas. São Paulo, Nobel/Edusp, 1992

MAYBURY-LEWIS, D.. **O Selvagem e o Inocente.** Ed.UNICAMP, São Paulo, 1990

MAYBURY-LEWIS, D **Dialectical Societies. The Gê and Bororo of Central Brazil.** Cambridge, Harvard University Press, 1979.

MAYBURY-LEWIS, D **A sociedade Xavante.** São Paulo, Francisco Alves, 1984.

NIMUENDAJU, Curt **The Serent** . Los Angeles: Publications of the Frederick Webb Hodge, Vol. IV.

QUEIROZ, M.I. **A noção de arcaísmo em etnologia e a organização social Xerente**. in: Revista de Antropologia, I, v.2, São Paulo, 1953.

RAVAGNANI, O. M. **A experiência Xavânte com o mundo dos brancos** - Textos - publicação da UNESP/Campus Araraquara, São Paulo - 1991.

RICARDO, C.A. (edit.) **Povos Indígenas no Brasil - 1991/1995**, Instituto Socioambiental, São Paulo, 1996.

SERPA, Paulo **Componente Indígena do EIA/RIMA da Ferrovia FERRONORTE**, 1996.(TETAPLAN - Consultoria e Planejamento)

VIANA, Urbino **AKuen ou Xerente**. in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 101, vol. 155, Rio de Janeiro, 1928.

WENZEL, EUGÊNIO - **LAUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A TO 010, 1995**.